



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LINA PENATI FERREIRA

**AS “GUERREIRAS” DE SALVADOR-BA:
UM ESTUDO SOBRE ESTRATÉGIAS PARA A SAÍDA DA
POBREZA**

Londrina
2018

LINA PENATI FERREIRA

AS “GUERREIRAS” DE SALVADOR-BA:
UM ESTUDO SOBRE ESTRATÉGIAS PARA A SAÍDA DA
POBREZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Mariano

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Ferreira, Lina Penati.

As "guerreiras" de Salvador-BA : um estudo sobre estratégias para a saída da pobreza / Lina Penati Ferreira. - Londrina, 2018.
138 f.

Orientador: Silvana Aparecida Mariano.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Pobreza - Tese. 2. Estratégias para superação da pobreza - Tese. 3. Mulher - Tese. 4. Agência - Tese. I. Mariano, Silvana Aparecida. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

LINA PENATI FERREIRA

AS “GUERREIRAS” DE SALVADOR-BA:
UM ESTUDO SOBRE ESTRATÉGIAS PARA A SAÍDA DA POBREZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Mariano
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Profa. Dra. Maria José de Rezende
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 12 de novembro de 2018.

A minha mãe e meu pai, responsáveis por despertarem minhas primeiras preocupações e indignações com as injustiças sociais.

AGRADECIMENTOS

A cada mulher que narrou sua trajetória, que contou seus desejos e compartilhou seus planos de vida; pelo tempo cedido, que possibilitou a existência desta pesquisa, mas, particularmente, por serem as “guerreiras” que são em meio aos contextos de privação em que vivem.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos que permitiu objetivamente a realização deste trabalho. Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEL, pelo acolhimento nessa etapa da minha formação. Ao corpo técnico do CLCH da UEL, por todo auxílio oferecido nas lidas com a burocracia da Universidade. Ao corpo docente do Programa pelo conhecimento e experiências compartilhadas de forma tão generosa. À professora Ivone, que de modo tão atencioso sempre atendeu às urgências das correções deste trabalho.

Em particular, ao professor Cléber Lopes e à professora Maria José de Rezende, que desde a graduação foram fundamentais para minha formação, com destaque às participações e os generosos comentários da professora Maria José na banca de qualificação e defesa deste trabalho. Agradeço também aos instigantes comentários da professora Martha Ramirez na banca de qualificação e ao professor Márcio Ferreira de Souza pela honrosa presença na banca de defesa.

Agradeço de forma especial à minha orientadora, professora Silvana Mariano, por ter propiciado esta pesquisa, pelas tantas oportunidades, pela confiança, dedicação e seriedade, serei sempre grata.

Ao grupo de estudos e pesquisa por ela coordenados, agradeço o apoio na realização da pesquisa e por dividirem as etapas mais minuciosas comigo, das digitações às transcrições das entrevistas, agradeço aos colegas: Luís Gabriel, Lorena Moreira, Agnes Felix e Laís Regina.

Às amigas e aos amigos que a Ciências Sociais me permitiu conhecer e que o empenho e o companheirismo fizeram permanecer: Kaique Cardoso, Amanda Vitória, Gabriel Patriarca, João Paulo Dellasta, Letícia Kulaitis, Fernando Kulaitis, Fábio Lanza, Líria Betiol, Thamires Betiol, Ana Cláudia, José Neves, Evelyn Secco e, em especial, à amizade do Guilherme de Moraes.

Às amigas que de modo tão doce sempre estiveram presentes em minha vida: Stephanie Shibuya, Júlia Medina, Júlia Ramalho, Amanda Silveira, Carol

Hirayama, Ananda Reus, Letícia Costa, Ana Luísa Ruffino, Baruana Calado e Gabriel Biroca.

Ao querido Caio, por ter compartilhado essa trajetória comigo; pela presença nos momentos de alegrias e de angústias que marcaram essa etapa, por todo o incentivo e carinho, muito obrigada. Agradeço também o acolhimento tão generoso de sua família.

Pelo respeito e confiança com que tratam minhas escolhas e desejos, agradeço aos meus pais, Adelino e Regina, e ao meu irmão, Filipe, a quem também dedico este trabalho. Por todo apoio que oferecem aos meus estudos, sem o qual esta etapa não se concretizaria e por serem exemplos constantes, muito obrigada.

No geral, agradeço de modo sincero a cada uma e a cada um que colaborou nessa etapa. Vocês fazem parte de cada palavra escrita neste trabalho.

***Gente é pra brilhar
Não pra morrer de fome!***

Gente - Caetano Veloso

FERREIRA, Lina Penati. **As “guerreiras” de Salvador-BA: um estudo sobre estratégias para a saída da pobreza.** 2018. 138 f. Dissertação (Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

Este trabalho soma-se à extensa literatura das ciências sociais que tem como temática central a pobreza e como foco específico as tentativas de enfrentamento a esse fenômeno social. Desse modo, o objeto desta pesquisa são as estratégias mobilizadas pelas mulheres beneficiárias da assistência social para a possível saída da situação de pobreza na cidade de Salvador-BA. Isso significa que tratamos da pobreza e de sua superação a partir de uma perspectiva em particular, da visão daquelas que vivem nessa condição. Nosso foco em mulheres se justifica pelo fato de serem majoritariamente elas as interlocutoras entre a família e o Estado nas políticas de combate à pobreza, bem como pela grande presença de famílias chefiadas por elas entre a população pobre. Salvador-BA destaca-se por ser a maior capital da região mais pobre do país e por isso torna-se um caso particular quando falamos em pobreza urbana. Orientamos este trabalho partindo de três perguntas: 1) De que maneira as mulheres em situação de pobreza atuam nos contextos de vulnerabilidade, a fim de buscar a saída da situação de pobreza? 2) Em que circunstâncias os diversos pertencimentos, como os de gênero, raça e classe, se interseccionam e geram diferentes possibilidades e obstáculos para a saída da situação de pobreza? 3) Qual seria a relação dessas mulheres com a escolarização e com o mercado de trabalho como possíveis caminhos para a superação da pobreza? Para responder essas indagações, selecionamos oito entrevistas com mulheres pobres da periferia de Salvador. Apesar de não ser um critério, todas as entrevistadas são negras. A partir da técnica de entrevista narrativa, buscamos captar as trajetórias e as estratégias de superação da pobreza mobilizadas por essas mulheres. Assim, pudemos compreender uma combinação de diferentes dimensões da vida dessas mulheres que resultam nas estratégias de saída da pobreza, mas também da própria sobrevivência delas e de suas famílias. A conciliação entre trabalho e família, as atividades informais, as redes de apoio, as políticas sociais e a representação de mulher autônoma que elas têm de si mesmas são combinadas de forma a enfrentar os obstáculos e oportunizar caminhos para a sobrevivência e a melhora de vida. Nessa empreitada, o trabalho passa por discussões que envolvem as noções de agência e capacidades nos contextos de pobreza e destaca as possibilidades que essas mulheres constroem, mesmo em situações de extrema vulnerabilidade.

Palavras-chave: Pobreza. Estratégias para superação da pobreza. Mulher. Agência.

FERREIRA, Lina Penati. **The "warrior" women of Salvador-BA: a study about strategies to exit poverty.** 2018. 138 p. Dissertacion (Social Science) – State University of Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

This work adds to the social sciences' extensive literature on poverty and, specifically, the attempts to confront this social phenomenon. Its object is the strategies for the possible exit from the poverty situation mobilized by women who are beneficiaries of the social assistance in the city of Salvador-BA. This means that we take poverty and its overcoming from a particular perspective, from the point of view of those living in that condition. Our focus on women is justified by the facts that they are the majority of the interlocutors between the family and the State in policies to combat poverty, as well as by the large presence of families headed by them among the poor. Salvador-BA stands out as the largest capital of the poorest region of Brazil and therefore becomes a particular case when we speak of urban poverty. We orient this work based on three questions: 1) how women in situations of poverty act in contexts of vulnerability in order to seek the way out of this situation; 2) in what circumstances diverse belongings, such as those of gender, race and class, intersect and generate different possibilities and obstacles to exit the situation of poverty; 3) what would the relationship of these women be to schooling and the labor market, as possible ways to overcome poverty. To answer these questions, we selected eight interviews with poor women from low-income neighborhoods of Salvador. Although not a criterion, all the interviewees are black. Based on the narrative interview technique, we sought to capture the trajectories and strategies of overcoming poverty mobilized by these women. Thus, we are able to understand a combination of different dimensions of these women's lives that results in strategies both to exit poverty and for their own and their families' survival. The conciliation of work and family, informal activities, support networks, social policies and the autonomous women's representation that they have of themselves are combined in order to face the obstacles and create opportunities pathways for survival and the improvement of life. In this endeavor, this work goes through discussions involving the notions of agency and capabilities in contexts of poverty and highlights the possibilities that these women build, even in situations of extreme vulnerability.

Key words: Poverty. Strategies for overcoming poverty. Woman. Agency

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Eixos temáticos para organizar o material empírico	26
Quadro 2 –	Tipologias de benefícios concedidos pelo PBF	65
Quadro 3 –	Eixos, programas e ministérios integrados ao Plano Brasil sem Miséria 83	
Quadro 4 –	Escolaridade das entrevistadas, segundo remuneração, ocupação e idade	80
Quadro 5 –	Resumo do perfil das entrevistadas.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Taxa de Participação das pessoas com 16 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça e Grupos de Anos de Estudo - Brasil, 1995 e 2014.....	79
-------------------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Média de Anos de Estudo da População de 15 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça e Situação de Pobreza (1) - Brasil, 1995 e 201478
- Gráfico 2** – Rendimento médio real da população ocupada, por grupos de anos de estudo, segundo sexo, Brasil, 2003 e 2011.....80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEI	Microempreendedor Individual
PANES	<i>Plan de Asistencia Nacional a la Emergencia Social</i>
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PEA	População Economicamente Ativa
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
	NOTAS METODOLÓGICAS	20
1	MODERNIDADE, RISCO, DESIGUALDADES SOCIAIS E POBREZA: CONSTRUINDO UM OBJETO SOCIOLÓGICO	31
1.1	INDÍVIDUO E SOCIEDADE: UM CAMINHO PARA ESTUDOS SOBRE POBREZA	31
1.2	RISCO E DESIGUALDADES SOCIAIS.....	39
1.3	A POBREZA NO BRASIL	47
2	AS RECENTES TENTATIVAS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO BRASIL	56
2.1	AS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS: COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?.....	56
2.1.1	<i>Da transferência de renda às políticas intersetoriais</i>	60
2.2	AS “PORTAS DE SAÍDA” NAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA	71
2.3	ESCOLARIDADE, OCUPAÇÃO E RENDIMENTOS E O PROBLEMA DA CONVERSÃO	75
2.3.1	<i>Educação, trabalho e remuneração na experiência das entrevistadas</i>	82
3	ENTRE POSSIBILIDADES E OBSTÁCULOS: AS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS	86
3.1	O ONTEM E O HOJE: AS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES DE SALVADOR	87
3.2	ESTRATÉGIAS PARA SAÍDA DA POBREZA	100
3.2.1	<i>Trabalho pago</i>	100
3.2.2	<i>As estratégias de conciliação entre trabalho e família</i>	103
3.2.3	<i>As redes de apoio</i>	109
3.2.4	<i>As políticas sociais e as estratégias de saída da pobreza</i>	110
3.2.5	<i>Enfrentando os obstáculos: as mulheres enquanto agente</i>	114
3.3	CONSTRUÍINDO POSSIBILIDADES: O PLANEJAMENTO PARA O FUTURO	116

CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	123
ANEXOS	136
ANEXO A – Questionário	131
ANEXO B – Roteiro para entrevista narrativa	135
ANEXO C – Roteiro para entrevista narrativa	139

INTRODUÇÃO

A pobreza tem sido prevaiente no Brasil e na América Latina e, por isso, sempre teve atenção dos estudos sociais. É um tema que salta aos olhos dos "de fora" e dos "de dentro", o que resultou em uma série extensa de diagnósticos e orientações para supera-la. Desde perspectivas mais estruturais, como as fundamentadas na econômica, até as mais microssociais, embasadas em ideias meritocráticas e de responsabilização individual, diversas foram as pesquisas, orientações e proposições. Todavia, é possível que o tema da pobreza já tenha estado mais em alta na agenda das ciências sociais, em especial, a brasileira. Apesar desse possível declínio nos interesses científicos, a pobreza não deixou de ser um problema, seja ele social ou sociológico. As pessoas continuam a viver/sobreviver nessa condição diariamente, anualmente, por vida inteiras e mesmo por gerações.

Em relação aos níveis de pobreza, o Brasil ainda apresenta taxas preocupantes. Apesar das divergências sobre a mensuração da pobreza, é significativo dizer que, no ano de 2016, 25,4% da população brasileira vivia em situação de pobreza ou de extrema pobreza, segundo a linha de corte monetária adotada pelo Banco Mundial para países de renda média como o Brasil¹ (IBGE, 2017), sendo a região nordeste a que apresenta maior concentração da população pobre no país.

A pobreza brasileira apresenta traços bem demarcados no que diz respeito ao perfil da sua população. O primeiro deles é a cor/raça. Enquanto pouco mais de 15% da população branca de homens e mulheres está na condição de pobreza, mais de 30% da população negra se encontra nessa situação, sejam homens ou mulheres. Além disso, crianças são o grupo com maior presença na condição de pobreza, tendo atingido 42,4% de crianças e adolescentes de 0-14 anos, no ano 2016 (IBGE, 2017). Outra característica é o tipo de arranjo familiar que compõe essa população. Ainda em 2016, dos diferentes tipos de composição doméstica, eram os arranjos monoparentais de chefia feminina com crianças de até 14 anos, o grupo que extrapolava mais de 50% na condição de pobreza. Mais do que isso, só as composições monoparentais de chefia feminina negra com filhos tinha 64% das famílias em condição de pobreza (IBGE, 2017). Dessa forma, ainda que não haja uma

¹ 5,5 dólares diários *per capita* para países com renda média, o que engloba o Brasil.

diferença significativa entre homens e mulheres da mesma cor em condição de pobreza, são os arranjos chefiados por mulheres, particularmente as negras, com presença de crianças, aqueles em maior condição de vulnerabilidade. Não queremos aqui reforçar qualquer estereótipo de chefia feminina relacionada a pobreza ou “fracasso”, mas ressaltar que certa composição, especialmente de mulheres sem cônjuge com crianças, é que possivelmente está em maior situação de vulnerabilidade.

Assim, falar em pobreza tem significado pensar também nas possibilidades de enfrentamento a esse fenômeno. Passando por soluções econômicas, macropolíticas e de políticas públicas, diversas foram e são as tentativas. Todavia, sem perder de vista essas ações, trataremos neste trabalho de uma outra perspectiva dos chamados enfrentamentos à pobreza. Nosso foco aqui são as estratégias das pessoas pobres nessa empreitada. Sendo assim, o **objeto** desta pesquisa são as **estratégias mobilizadas pelas mulheres beneficiárias da assistência social para a possível saída da situação de pobreza na cidade de Salvador-BA**. Nosso entendimento é que, ao olharmos para as estratégias mobilizadas pelas pessoas em situação de pobreza para superar tal condição, em contextos marcados por extrema desigualdade, compreenderemos as esferas que são relevantes nesse processo e poderemos, a partir das experiências relatadas, entender quais possibilidades e quais obstáculos têm se colocado na trajetória desses indivíduos.

Falar de mulher em condição de pobreza justifica-se por diferentes motivos, mas destaca-se o fato de elas serem as responsáveis pelo arranjo familiar que mais se encontra na situação de pobreza e por serem elas o membro da família que se incube e é incumbido de intermediar a relação entre Estado e família nas atuais políticas de combate à pobreza no Brasil. O fato de serem beneficiárias das políticas de assistência social foi um critério utilizado para entrar em contato com as mulheres pobres, que acessam esse tipo de serviço.

O estado da Bahia tem uma população em situação de pobreza em torno de 43,5%, ainda segundo a mensuração proposta pelo Banco Mundial (IBGE, 2017). Todavia, Salvador, a capital do estado baiano, apresenta taxa de pobreza um pouco abaixo da média da população nacional (em torno dos 20%), devido ao fato de que a pobreza medida através da renda está mais ligada aos domicílios rurais e pouco presente em municípios que são capitais de estados. Por outro lado, os grandes

municípios, como Salvador, concentram mais de 80% da população brasileira, o que também significa que, apesar de menores proporcionalmente, é nos grandes centros que se encontram a massa da população pobre brasileira.

Dessa forma, orientamos este trabalho a partir de **três perguntas**. Em primeiro lugar, buscamos saber **de que maneira as mulheres em situação de pobreza atuam nos contextos de vulnerabilidade a fim de buscar a saída da situação de pobreza**; depois, **em que circunstâncias os diversos pertencimentos, como os de gênero, raça e classe, interseccionam-se e geram diferentes possibilidades e obstáculos para a saída da situação de pobreza**; por fim, **qual seria a relação dessas mulheres com a escolarização e com o mercado de trabalho como possíveis caminhos para a superação da pobreza**.

Nossas hipóteses eram que, **assumindo-se como agentes, mesmo em situação de vulnerabilidade, essas mulheres combinam estratégias no uso de recursos (benefícios sociais, trabalhos remunerados informais e redes de apoio para o cuidado das crianças) que lhes permitam a conciliação com o trabalho de cuidado da casa e das crianças**. Além disso, **supúnhamos que as experiências relacionadas à condição de mulher, bem como de sua cor/raça, como o trabalho de cuidado, a violência sexual, a violência doméstica, a discriminação na escola e no trabalho, acabaram por estreitar as possibilidades de escolhas dessas mulheres, por outro lado, que as representações de autonomia e agenciamento ligadas à noção de mulher parecem revelar as tentativas de construção de saídas das condições vulneráveis em que vivem**. Por fim, **nossa hipótese sobre a relação entre escolaridade e renda, sugeria que as mulheres identificavam uma relação positiva entre escolaridade e renda apesar de possuírem baixa escolaridade e não planejarem aumentar seu nível educacional, e dessa forma, em que pese a baixa escolaridade, apostariam no trabalho pago, ainda que em condições precárias ou informais, como possibilidade de saírem da situação de pobreza e depositariam no futuro dos seus filhos o sucesso da relação escolaridade e renda**.

Na literatura nacional, parte das explicações aposta na dependente relação entre escolarização e mercado de trabalho como um caminho para a superação da pobreza (OLIVEIRA, 2014; SCHWARTZMAN, 2006). Nessa proposta, toma-se como pressuposto de saída da pobreza a entrada no mercado de trabalho e, por sua vez, o sucesso dessa emergência, como resultado do nível de escolaridade.

Apesar de estudos recentes comprovarem que há associação entre escolaridade e renda do trabalho no Brasil, não está claro que apenas a falta da escolaridade é que promove a pobreza, nem mesmo que ela é o fator chave para garantir condições de superar a situação de pobreza (BARROS *et al*, 1997, 2006).

Além disso, queremos destacar que essas possibilidades de saída da pobreza, assim como de outras esferas sociais, são atravessadas pelas diversas desigualdades sociais, que, na maioria das vezes, coexistem. Isso significa que alguns eixos de subordinação, como gênero, raça e classe, entre outros, articulam-se e se entrelaçam, ou, como Mary Garcia Castro (1992) sugere, convergem, especialmente no caso brasileiro, para uma “pluralidade dos sistemas de privilégios e hierarquias” (CASTRO, 1992, p. 60).

Nosso **objetivo**, então, foi **compreender as estratégias mobilizadas por mulheres beneficiárias da assistência social na cidade de Salvador-BA no que diz respeito tanto às possibilidades quanto aos obstáculos envolvidos nas estratégias de superar a pobreza**. E, de modo **específico**, objetivamos **(1) analisar, a partir dos agenciamentos dessas mulheres, a dinâmica entre os marcadores sociais de gênero, de raça e de classe na produção de desigualdades sociais e nas estratégias de superação da pobreza; (2) compreender a relação dessas mulheres com a escolarização e com o mercado de trabalho; e (3) compreender a relação dessas mulheres com as políticas, programas e projetos para o enfrentamento da pobreza**.

A partir dessas orientações, combinamos aspectos objetivos e subjetivos, macro e microsociológicos no decorrer desta pesquisa. Todavia, nossa centralidade está nos dados primários gerados a partir das entrevistas narrativas que compõem o material da pesquisa “Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza”, no que se refere à cidade de Salvador-BA. Tratamos aqui de oito trajetórias selecionadas a partir desse banco de dados, todas de mulheres negras, pobres e moradoras das periferias de Salvador. Na primeira seção deste trabalho, que chamamos de *Notas Metodológicas*, será possível encontrar uma discussão mais profunda sobre as orientações e instrumentalizações metodológicas desta pesquisa.

O *Capítulo 1* contextualiza de forma macrossociológica este trabalho. Por isso, discutimos brevemente os impasses e as possibilidades de se tratar da

pobreza na sociologia, bem como as implicações de tratar desse tema na modernidade contemporânea e nos países mais “periféricos”. No *Capítulo 2*, focamos as tentativas de combate à pobreza que têm sido empreitadas no Brasil mais recentemente. Além disso, debruçamos-nos sobre as teses de conversão da escolaridade em ocupação e rendimentos como um possível caminho para a saída da pobreza, destacando a experiência das entrevistadas. Por fim, dedicamos o *Capítulo 3* às análises mais minuciosas do material empírico, buscando mapear as estratégias e destacando as possibilidades e obstáculos com os quais essas mulheres se deparam nas tentativas de sobrevivência e melhora da condição de vida.

Ressaltamos que não nos propomos aqui a escrever grandes novidades nem apresentar magníficas soluções para os problemas sociológicos e mesmo sociais que envolvem o tema da pobreza. Pode ser que o que se encontra neste trabalho seja de conhecimento próximo de algumas pessoas, especialmente para aquelas/as das classes mais baixas. De todo modo, nosso compromisso foi o de registrar as tentativas, estratégias, desejos e anseios perceptíveis nas entrevistas e que somados resultam em um rico material sociológico para pesquisas que tratem da pobreza enquanto tema investigativo e enquanto problema social.

NOTAS METODOLÓGICAS

A pesquisa empírica está permanentemente permeada pelas imperfeições e incoerências próprias da realidade e dos seres humanos, diferindo-se daquelas que se confortam em uma perfeita teoria do ideal. Como alerta Lahire (2004, p. 20), “não se transige com a perfeição. Pois quem provou a perfeição da ideia terá uma enorme dificuldade para retornar aos homens imperfeitos”. Não queremos aqui nos isentar de possíveis erros ou deslizamentos metodológicos, mas, sim, destacar os desafios e os próprios limites que com que se esbarra em uma pesquisa de cunho empírico. Esperar que as entrevistadas construam respostas coerentes, firmadas em uma razão orientada pela lógica dos meios e fins, é buscar uma perfeição que não cabe à realidade empírica, somente às ideias.

Colocar-se em um campo que não é seu de origem também pode trazer limites para a pesquisa empírica, em especial, para as entrevistas em profundidade (QUEIROZ, 1983). A idade, a cor, as roupas, o vocabulário, o sotaque, os instrumentos que auxiliam as entrevistas (pranchetas, *smartphones*) são marcas das fronteiras, são símbolos de diferenciação. Situam-se em um primeiro momento como barreiras, que podem ser desfeitas pelo contraponto da situação: uma mulher, disposta e interessada em ouvir a experiência de outra mulher. É claro que dependemos da primeira disposição da entrevistada em falar. Mas, encontrado tal desejo, a reciprocidade abre as portas para que os temas possam ser abordados.

Do ponto de vista de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1983), a qualidade da entrevista em profundidade depende de alguns cuidados da pesquisadora. O primeiro deles é diminuir ao máximo as possíveis interferências da própria pesquisadora. Obviamente não se deve abrir mão de alguns pontos, como a escolha do tema e do informante, bem como uma certa direção na fala da entrevistada, porém deve-se evitar criar uma série de perguntas, e deixar que a entrevistada apresente suas “chaves de compreensão”. Outro ponto que deve receber cuidado é a relação que se estabelece entre entrevistadora/informante. Ainda que o tempo de encontro seja curto e a relação recente, a confiança deve ser um aspecto buscado, para que a profundidade da entrevista seja garantida (QUEIROZ, 1983).

Por esse motivo, o tipo de técnica escolhida para orientar a construção do nosso instrumento de pesquisa foi a entrevista narrativa, metodologia que geralmente auxilia estudos biográficos. O pressuposto dessa abordagem é que não é

possível obter experiências subjetivas e profundas através de questionários e entrevistas tradicionais. As narrativas permitem, então, abordar a fonte de conhecimento empírico de forma estruturada pelo próprio informante (FLICK, 2009). Ressaltamos que não tivemos como objetivo uma pesquisa biográfica, mas que a metodologia foi fundamental para a orientação de nossos objetivos. Resumidamente, a técnica se dá da seguinte forma:

Primeiramente, delinea-se a situação inicial (“como tudo começou”); então, selecionam-se os eventos relevantes à narrativa, a partir de todo o conjunto de experiências, apresentando-os como uma progressão coerente de eventos (“como as coisas se desenrolaram”); e, por fim, apresenta-se a situação ao final do desenvolvimento (“o que aconteceu”) (HERMANNNS, 1995, p. 183 *apud* FLICK, 2009, p. 164).

A primeira etapa da entrevista é iniciada com uma “pergunta gerativa de narrativa”, que visa estimular o relato principal da informante. Nessa etapa, a pergunta original deve ser genérica, mas sem perder de vista a conexão com o objeto de estudo específico. Caso a entrevistada responda ao estímulo inicial, aconselha-se a não interromper. A ideia é que a entrevistada possa falar com o mínimo de intervenção – a postura da pesquisadora deve ser de uma ouvinte ativa – até surgirem “cortes voluntários”, com o esgotamento das falas (FLICK, 2009). Nessa etapa pedíamos a elas que nos contassem sobre a sua vida, as experiências na infância, nos relacionamentos amorosos, na maternidade, na escola, mercado de trabalho, etc. Algumas, falavam bastante nessa pergunta, outras, mais tímidas, precisavam dos estímulos contidos nas etapas seguintes.

Seguindo as orientações do método, o segundo momento deve ser marcado por uma investigação mais profunda dos pontos que não foram tocados ou detalhados na primeira narrativa. Nessa etapa, a entrevistadora pode recorrer a roteiros e materiais que possam auxiliá-la a retomar os objetivos mais específicos da pesquisa, utilizando em sua fala, sempre que possível, informações já fornecidas pelo sujeito de pesquisa (FLICK 2009). Para essa etapa, contávamos com um roteiro elaborado por temáticas com perguntas que nos auxiliassem a estimular as narrativas (Anexo II).

Por fim, na terceira e última etapa, a orientação é que se realizem perguntas mais diretas e conclusivas para encerrar a pesquisa. Nesse momento, sugere-se também que a pesquisadora foque na organização, argumentação e descrição dos fatos apresentados (FLICK, 2009). Para esse momento, optamos por

fazer uma pergunta sobre futuro, que deslocava as entrevistas de histórias do presente e do passado e colocavam questões relacionadas a um tempo hipotético. Por fim, perguntávamos se gostariam de acrescentar mais alguma narrativa, agradecíamos e encerrávamos a entrevista.

É relevante destacar que, além da técnica de entrevista narrativa, utilizamos também um pequeno instrumento com perguntas objetivas (Anexo I). A intenção era capturar de forma rápida, prática e direta o perfil das nossas entrevistadas. Esse instrumento contava com perguntas básicas, como idade, cor, composição familiar, renda, etc. Além disso, é importante a observação de que fizemos uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como exigido pela Prefeitura de Salvador.

A pesquisa narrativa, está relacionada às perspectivas que nos permitem dar centralidade ao indivíduo em uma pesquisa sociológica. Realçamos que não falamos aqui do indivíduo enquanto átomo ou unidade base da análise sociológica, mas, sim, enquanto um resultado complexo dos processos sociais (LAHIRE, 2005). Falamos do indivíduo, enfim, enquanto possibilidade metodológica subversiva às ideias de que grandes grupos estruturais modelam as sociedades (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2003). Como afirma Bernard Lahire (2005, p.14), “estudar o social individualizado, ou seja, o social refractado num corpo individual que tem a particularidade de atravessar instituições, grupos, campos de forças e de lutas ou cenas diferentes, é estudar a realidade social na sua forma incorporada, interiorizada”.

Esse indivíduo é pensado aqui através da noção de agência. Assim, na esteira de Giddens (2003) e Sen (2012), falaremos de agente enquanto aquele que é dotado de capacidade, em maior ou menor grau, para agir; daquele que é capaz de escolher, rejeitar e traçar caminhos, com maior ou menor liberdade.

Por isso mesmo, compartilharemos também da noção de “disposição para agir” cunhada por Lahire (2004, 2005). Para o autor, disposições não são uma realidade em si, não podem ser observadas diretamente, mas são sim, uma interpretação da pesquisadora dos comportamentos, práticas, opiniões, propensões, inclinações, hábitos, tendências, vivências do passado que, de alguma forma, se convertem em maneiras de agir, ver e sentir. Só assim é possível também capturar a não consciência da ação, ou seja, enquanto, para a observadora, há clareza na ação, para o ator ou atriz, essas determinações internas e externas não estão tão

disponíveis ao consciente, o que significa que “não podemos pressupor que o ator possua as chaves (disposicionais e contextuais) do que o faz agir” (LAHIRE, 2004, p. 23).

Falar de disposições pode parecer, em um primeiro momento, falar de passado, isto é, como as experiências vividas pelos indivíduos modelam suas ações no presente. Porém, em nossa perspectiva, disposições capturam tanto essas avaliações diacrônicas, no sentido de que a biografia do sujeito é relevante, quanto sincrônicas, quando avaliam as diferentes práticas em contextos diversos (LAHIRE 2004,2005). As disposições serão importante para nós ao explorar os projetos de futuro das entrevistadas.

Com o processo de individualização que marca a modernidade que vivemos, as técnicas de pesquisa qualitativa se apresentam como uma saída para capturar, de forma mais sensível, a pluralização dos estilos de vida (BECK, 2011; FLICK, 2009). Com a ampliação dos modos de vida possíveis de serem vividos, bem como da necessidade de decidir por um deles, os indivíduos são convocados a serem capazes de traçar essas estratégias e garantir artifícios de “*planificar a largo plazo, de adaptarse al cambio, de organizar-se, improvisar, fijarse metas, reconocer los obstáculos, aceptar las derrotas e intentar nuevas salidas. Necesitan iniciativa, renacimiento, flexibilidad y paciencia ante los fracasos*” (BECK; BECK-GERNISHEIM, 2003, p. 42). Dessa forma, apesar de reconhecer os limites da pesquisa qualitativa, Flick (2009) destaca como esse tipo de pesquisa pode auxiliar no reconhecimento de certos aspectos da vida que não estariam disponíveis para outros recursos metodológicos, como o caso do recurso de análise de trajetórias e estratégias.

A análise, nesse sentido, não busca oprimir a ação do ator, como alguns poderiam pensar. A interpretação significa, sim, reconhecer que nem tudo que o sujeito diz é a realidade concreta e que é necessário um nível de interpretação a partir de sua fala. Isso significa que se reconhece também o poder de manipulação e ação do indivíduo. Em suma, não se trata de “desprezo, nem opressão, mas a pesquisa de uma verdade para além da evidência” (LAHIRE, 2004, p. 25). Como salienta Lahire (2004), respeitar a entrevista é na verdade levar em conta não só o dito, mas o não dito, não só o que foi acentuado pela interlocutora, mas toda palavra e expressão que a entrevista é capaz de dar. É reconhecer, então, que aquelas histórias já foram contadas em outro momento, por isso já foram organizadas em um desencadeamento de fatos, pontuando o que é ou não relevante para elas. Também

é considerar que, indiferentemente das perguntas feitas, as entrevistadas tendem a fornecer o que julgam ser as “chaves de compreensão” de sua vida, ou seja, “nos fornecem a grade de análise que lhes parece a mais pertinente para compreender seu ‘caso’” (LAHIRE, 2004, p. 315).

Somando então diferentes propostas metodológicas (LAHIRE, 2004; FLICK, 2009), traçamos as trajetórias e estratégias para a superação da pobreza de mulheres assistidas pela assistência social da cidade de Salvador-BA. As entrevistas aconteceram durante os dias 3 e 6 de abril de 2018, em quatro unidades de Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Salvador: Cajazeiras, Brotas, Plataforma e São Bartolomeu. Esclarecemos que esse campo e a pesquisa que aqui apresentamos é uma etapa de uma pesquisa de abrangência nacional coordenada pela professora Silvana Mariano, denominada “Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza”.

Na etapa de Salvador, à qual nos limitamos neste trabalho, contamos com o apoio de pesquisadoras do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher- NEIM, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), indo a campo em oito entrevistadoras, o que resultou em um total de trinta e três entrevistas. Para selecionar as entrevistas que utilizamos neste trabalho, um total de oito, utilizamos três critérios. O primeiro se refere às pesquisadoras. Para evitar maiores variações, optamos por escolher entrevistas realizadas por apenas duas, de todo o grupo de pesquisadoras que foi a campo. Ainda que o instrumento utilizado tenha sido o mesmo, pela natureza da pesquisa qualitativa, a condução pode resultar em certas variações e, para diminuir essas alterações, delimitamos duas entrevistadoras, sendo elas as mais experientes nesse tipo de pesquisa.

O segundo critério utilizado foi a diversidade geracional. Para garantir diferentes experiências, definimos três grandes grupos geracionais. A intenção não foi propriamente analisar as diferenças geracionais, ainda que comparações desse tipo apareçam na análise, mas garantir uma multiplicidade de histórias. Das oito entrevistas selecionadas, três eram de mulheres com 46 anos ou mais; três de mulheres de 30 a 45 anos; e duas de mulheres de até 29 anos. Essa não é uma amostragem representativa e a diferença na quantidade de entrevistadas por grupos geracionais não foi intencional. De toda forma, ela reflete o total de entrevistas

realizadas em Salvador, que teve maior concentração nas entrevistas com mulheres de 30 a 45 anos.

Por fim, divididas todas as entrevistas realizadas pelas duas pesquisadoras em grupos geracionais, o critério para chegar ao número final foi a qualidade da entrevista. Como dito no início desta seção, em uma pesquisa de caráter narrativo, dependemos, em primeiro lugar, da disposição da entrevistada em contar-nos sua história, e, como se pode imaginar, nem sempre encontramos essa disposição. Por isso, depois dos dois primeiros filtros, o último foi a seleção de entrevistas com maior profundidade, que, de certa forma, nos oferecem um material mais rico para a análise.

Assim, guiadas pelo instrumento de pesquisa, as entrevistas se davam nas próprias instalações do CRAS, salas disponibilizadas, cantos de corredores, qualquer espaço que garantisse certa privacidade e qualidade para captarmos o áudio em boas condições. Os áudios foram capturados através da ferramenta de gravação, disponibilizada nos *smartphones* das próprias entrevistadoras. As entrevistas duravam aproximadamente entre 25 e 40 minutos. A abordagem com as possíveis entrevistadas era feita pelas pesquisadoras na maior parte das vezes, salvo exceções, em que a equipe do CRAS colaborava nessa etapa – e vale destacar que, nessas ocasiões, as mulheres se tornavam mais receptivas a nos conceder seu tempo. Feitas as entrevistas, a etapa seguinte foi a transcrição. Realizada por membros do grupo envolvido com a pesquisa mais ampla, ela aconteceu a partir de combinações coletivas que mantinham um certo padrão de transcrições.

A interpretação e a organização dos dados de uma entrevista narrativa exigem tratamentos específicos (FLICK, 2009). A primeira etapa foi a organização do material das entrevistas em eixos temáticos, divididos em cinco grandes grupos (como apresentado a seguir). O objetivo dessa tarefa era organizar as falas a partir dos nossos interesses de pesquisa, aproximando ideias que por vezes se apresentavam dispersas no decorrer da entrevista, dispondo os trechos de maneira que colaborassem na organização de uma narrativa cronológica e temática (próximo passo).

Quadro 1 – Eixos temáticos para organizar o material empírico

POBREZA	Definição	Pobreza é
		Pobreza não é
	Se considera nessa situação?	Sou pobre porque
		Não sou pobre porque
ESCOLARIDADE, TRABALHO E RENDA	Relação entre escolaridade, ocupação e renda (dados quantitativos)	Anos de estudos
		Ocupação
		Renda
		Idade
	Escolarização	Experiência com os estudos
	Relação entre escolaridade e mercado de trabalho	A escolaridade ajudou a ter trabalho
		A escolaridade não ajudou a ter trabalho
Funções exercidas no mercado de trabalho	Trabalho doméstico	
	Trabalho informal	
	Trabalho com qualificação	
TRAJETÓRIA	Perfil geral	Idade
		Cor
		Estado civil
		Escolaridade
		Renda familiar
		Composição do grupo doméstico
	Migração interior-capital	Motivos da mudança
		Idade da mudança
		Com quem mudou
	Mercado de trabalho	Ocupações
		Remunerações
	Trabalho pago infantil	Idade
		Ocupação
		Motivação
	Trabalho de cuidado infantil	Idade
		De quem cuidava
		Motivação
	Maternidade	Idade
		Desejo/planejamento
		Quantidade de filhos
	Discriminação (escola e mercado de trabalho)	Contexto
		Por quem
		Consequências
Violência doméstica	Se sofreu	
	Quem era o agressor	
	Por quanto tempo	
	Consequências	
Violência sexual	Se sofreu	
	Quem era o agressor	
	Por quanto tempo	
	Consequências	
ESTRATÉGIAS	PBF	Há quanto tempo recebe
		Valor
		Condicionalidades
		Grau de importância
		Se não recebe, quais os motivos

	Cras e benefícios sociais	Há quanto tempo frequenta o CRAS
		Quais serviços utiliza
		Qual a relação com o serviço e funcionárias
	Tipo de trabalho e remuneração	Tipo de ocupação
		Remuneração
		Motivações
		Estratégias para ter trabalho
		Motivos por não ter trabalho
	Redes de apoio de cuidado	Quem cuida
		Quem é cuidado
		Quais os motivos
		Em que contexto
	Redes de apoio financeiro	Quem apoia
		De que forma
		Quais os motivos
		Em que contexto
Conciliação trabalho pago e trabalho não pago	Mora com criança	
	Tem companheiro	
	Qual a estratégia	
Moradia	Própria	
	Alugada (como paga)	
	Cedida (por quem)	
Representação/imaginário da mulher	Força	
	Fraqueza	
	Habilidades	
	Qualidades	
	Enfretamentos	
FUTURO	Escolaridade	Planos de aumentar a escolaridade
		Estratégias para voltar a estudar
	Perspectivas de trabalho	Ocupação
		Renda
		Motivação
	Moradia	Casa própria
		Estratégias para conseguir a casa própria
	Novos relacionamentos/casamentos	Desejo de novo relacionamento
		O que esperar de um relacionamento futuro
		Por que não ter novos relacionamentos
	Maternidade	Desejo de ter mais filhos
		Por que não ter mais filhos
	Relação educação e renda no futuro dos filhos	Planeja investir na escolaridade dos filhos
		Motivações
		Estratégias
Futuro dos filhos	O que planeja	
	Como pretende ajudar	

Elaboração: Autora

Os cinco temas por nós definidos para a organização do conteúdo das entrevistas refletem dimensões importantes na vida dessas mulheres pobres e negras. Trajetórias, estratégias e expectativas para o futuro organizam no passado, presente e futuro as narrativas das entrevistadas, destacando dimensões importantes em suas vidas, como, maternidade, relacionamentos, trabalho, família etc. A escolha por uma dimensão específica sobre escolaridade e renda decorre da tentativa de isolar e comparar as experiências das entrevistadas nesse espaço de destaque para nossa pesquisa. Por fim, o tema pobreza surgiu das ricas e interessantes experiências no campo. Destacar o significado do que é ser pobre e de como elas se colocam ou não nessa condição mostrou-se como uma discussão essencial para a compreensão de nossas questões. Os cinco grandes eixos se dividiam em códigos mais específicos, os quais nos permitiram partir de narrativas específicas para abstrações mais conceituais.

A etapa seguinte foi a organização das narrativas para cada uma das entrevistas. Nesse momento, o objetivo era organizar o material que seria analisado. Segundo Flick (2009), essa é a fase das análises em que a pesquisadora expõe cronologicamente os eventos que considera significativos e, em seguida, integra as citações originais das entrevistas que se relacionem com a narrativa e que ajudem a exemplificar os casos. Foi nessa etapa que as entrevistadas receberam nomes fictícios². Assim, as histórias ganharam ordem cronológica e temática para que pudessemos passar para a próxima fase: as análises.

Como sugere Lahire, as análises envolvem leituras atentas e repetitivas, dessa forma, pudemos perceber as minúcias, as variações e as repetições que nos pareciam sociologicamente significantes. Ainda segundo Lahire (2004, p. 13),

É quando se confronta com o material empírico – e se põe a buscar estratégias adequadas para produzi-lo – que o pesquisador encontra soluções interpretativas para os problemas levantados, aprende progressivamente a distinguir o que ele normalmente confundia e, é claro, descobre em seu percurso de pesquisa novas questões.

Seguindo todas essas indicações e etapas metodológicas, chegamos ao material que se encontra disponível neste trabalho desde o primeiro capítulo.

² Todos os nomes utilizados são fictícios. Utilizamos a ferramenta IBGE-Nomes e escolhemos os nomes com maior número de registro na década e estado em que a entrevistada nasceu. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/ranking>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

De toda forma, vale ainda destacar o perfil das mulheres entrevistadas. As oito entrevistadas compartilham de três condições semelhantes: todas são mulheres, negras e pobres. Mulheres pobres era o perfil que procurávamos para entrevistar, por isso as abordagens se davam no CRAS, política voltada prioritariamente para a população vulnerável. O fato de todas serem negras, porém, não foi um critério *a priori*, apesar de revelar o quanto a cor/raça anda de mãos dadas com a situação de pobreza.

Estamos considerando que todas são negras como resultado da soma das respostas pretas, pardas e negras. Das mulheres entrevistadas, duas se autodeclararam pretas, três pardas e outras três se disseram negras. A idade delas tem certa variação, de 27 a 61 anos. A escolaridade também é diversa, mas tem certa relação com a idade, por exemplo, a mais velha (61 anos) frequentou a escola por menos de um ano, enquanto a mais jovem (27 anos) tem ensino superior incompleto.

Seis, das oito mulheres, disseram ter algum tipo de trabalho, todos informais. As remunerações mensais variam de R\$300,00 a R\$900,00 reais. Todas já tiveram alguma experiência no mercado de trabalho, e boa parte delas já realizou atividades relacionadas ao cuidado e à limpeza. Quase todas elas são as pessoas que mais colocam dinheiro em casa e, por isso mesmo, as rendas familiares não diferem muito das remunerações que elas recebem. As rendas familiares variaram de R\$80,00 a R\$900,00 reais. Além disso, seis recebem o benefício do Bolsa Família. As duas que não recebem são as mais velhas e não têm presença de criança na casa. Dentre as seis que recebem, quatro estão no Programa há mais de 5 anos e os benefícios, na época da entrevista, variavam no valor de R\$124,00 a R\$214,00 reais.

Outra semelhança entre todas elas é o fato de residirem em Salvador. Nem todas nasceram na cidade, as mais velhas, especialmente, tiveram a experiência da migração interior-capital, mas todas disseram ter nascido no estado da Bahia. Atualmente, Salvador ocupa a posição de terceiro maior município do Brasil em tamanho populacional, com aproximadamente 3 milhões de pessoas, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2017 (IBGE, 2018). Vale dizer que, até o início do século XIX, a cidade ostentou o título de maior cidade do país.

Um dos primeiros municípios brasileiros, Salvador é território crucial para entender a história do Brasil. Durante o período colonial foi a maior e mais rica cidade brasileira, mas passou por momentos de grande estagnação no primeiro

período republicano brasileiro. Segundo Carvalho e Pereira (2014, p. 239), “com o peso do seu passado escravista, uma concentração de propriedade da riqueza em mãos de umas poucas famílias, (...), a capital baiana enfrentou, até fins da década de 1940, um longo processo de estagnação em termos econômicos, populacionais e urbano”. No entanto, ainda em meados do século XX, a cidade se transformou. No que tange às mudanças populacionais, destaca-se a migração interior-capital. Com o aumento da demanda por moradia, especialmente entre a população mais pobre, iniciou-se um processo característico de Salvador, as inúmeras ocupações, expandindo a malha urbana da cidade através das periferias empobrecidas (CARVALHO; PERFEIRA, 2014). O resultado foi uma cidade extremamente segregada.

Nas observações feitas durante a pesquisa de campo, saltavam aos olhos as favelas e ocupações em meio a uma paisagem urbana de prédios e comércios de padrão médio e alto. Todavia, esse não é o cenário dos bairros por nós visitados para a pesquisa. Os territórios que visitamos para realizar as entrevistas estavam longe do centro, localizados na periferia da cidade, onde não há prédios e comércios de padrão médio e alto, apenas ocupações, favelas e moradias “subnormais”. Em um dos bairros, por exemplo, o asfalto e o saneamento básico nem sempre estão presentes. As construções verticais do tipo popular eram visivelmente precárias, bem como as casas de um pavimento.

Apesar de todo o cenário, Salvador apresentava no ano de 2010 (último registro) um alto Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), no valor de 0,759 para a população geral, e 0,732 para a população negra. Essa diferença já indica as desigualdades existentes entre brancos e negros no município. A “maior cidade de população negra fora do continente africano” (CARVALHO; BARRETO, 2007, p. 258) é também uma das mais segregadas racialmente. Em Salvador, as condições de raça e classe se misturam visivelmente nos territórios. Quanto mais longe da região central e litorânea, mais negros/as e mais pobres encontramos (CARVALHO; BARRETO, 2007). Essa tese é representativa em nossa pesquisa, já que todas as entrevistadas se declaram negras, mesmo esse não sendo um critério estabelecido por nós.

Partindo dessa construção metodológica, apresentamos ao longo do trabalho as relações de gênero, raça e classe presentes nas narrativas das oito mulheres entrevistadas em Salvador.

1 MODERNIDADE, RISCO, DESIGUALDADES SOCIAIS E POBREZA: CONSTRUINDO UM OBJETO SOCIOLÓGICO

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas propostas das teorias sociais contemporâneas que ajudem a construir um objeto sociológico em torno do tema da pobreza. Em um primeiro momento, trataremos da cara relação entre indivíduo e sociedade. O objetivo desta seção foi construir uma base teórica que permitisse desenvolver as temáticas que envolve nosso objeto. A pobreza foi tradicionalmente abordada como um problema sociológico enfatizado a partir de perspectivas que privilegiam a estrutura, o sistema etc. Nosso desafio foi alinhar um caminho que nos possibilitasse fazer uma pesquisa sociológica sobre pobreza que tivesse centralidade na agência.

Em segundo momento, partindo do diagnóstico da alta modernidade, elaborado em países desenvolvidos – processo de individualização, o esgarçamento das relações dos grandes grupos (família, classe), as mudanças nos papéis de gênero –, travaremos um debate com as análises da condição da população nos países em desenvolvimento, em particular, da população em situação de pobreza no Brasil. Nesta seção, buscamos destacar o contexto que cerca nosso objetivo de pesquisa.

Por fim, demos destaque aos estudos sobre pobreza nos países não centrais ou, como denominamos, nos países periféricos, tratando especificamente dos estudos sobre pobreza, em particular no Brasil. Além disso, trabalhamos ainda nesta seção com as concepções de pobreza das próprias mulheres entrevistadas, explorando os significados e as implicações que resultam dessas concepções.

1.1 INDIVÍDUO E SOCIEDADE: UM CAMINHO PARA ESTUDOS SOBRE POBREZA

Em meados do século XX, a sociologia encontrava-se marcadamente dividida entre defensores de teorias mais “estruturais” e objetivistas e teorias mais “individualizadas” e subjetivistas. De um lado, estavam o funcionalismo e o estruturalismo que, apesar de algumas diferenças, compartilhavam um ponto de vista naturalístico e objetivista, além da ideia de que o todo é maior que as partes ou que a sociedade é mais relevante que os sujeitos sociais. Na outra ponta, estavam a hermenêutica e as linhas interpretativistas que negavam qualquer aproximação entre ciência natural e social e que colocam a experiência subjetiva no centro das análises,

dando pouca ou nenhuma atenção ao poder de coerção das estruturas (GIDDENS, 2003).

A teoria da estruturação cunhada por Giddens (2003) surge em uma esteira de propostas que buscam sair do império da estrutura e do império do sujeito. Nesse sentido, a ideia é que o objeto de estudo da sociologia não seja "a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo" (GIDDENS, 2003, p. 2). A tentativa é desenvolver uma teoria que não sufoque ou acabe com a autonomia do indivíduo, sem que, para isso, tenha que abrir mão de pontuações específicas sobre certas condições sociais previamente determinadas no âmbito social.

Essa concepção parece promissora para que se compreendam os processos que envolvem a situação de pobreza, no sentido de que nos oferece um arcabouço teórico para analisar conjuntamente o campo social mais amplo e as estruturas que condicionam as ações dos agentes, sem, contudo, perder de vista a agência desse sujeito. Esse tipo de abordagem nos auxilia em estudos que busquem tratar da pobreza enquanto processo dinâmico, fugindo da armadilha de falar da pobreza como estática, isto é, pressupondo que pessoas sempre estivessem estado lá, sendo sempre as mesmas, com as mesmas características, demandas, perspectivas e desafios.

Assim, a noção de agente proposta pela teoria da estruturação envolve "aspectos inerentes do que [esses agentes] fazem, a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem" (GIDDENS, 2003, p. XXV). Nessa concepção estão incluídas as capacidades reflexivas do cotidiano, diretamente relacionadas à consciência prática, à capacidade de agir e à consciência discursiva, à capacidade de refletir e explicar o próprio agir. Assim, o monitoramento reflexivo é uma característica da ação cotidiana do próprio indivíduo, bem como a racionalização da ação, que se faz presente por meio de um "entendimento teórico" que o agente tem das bases de suas atividades – o que não significa poder explicar as bases de sua racionalidade discursivamente, como esperam alguns autores (GIDDENS, 2003).

Nesse sentido, a noção de agência proposta por Giddens "não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar" (GIDDENS, 2003, p. 10). Envolve a ideia de escolha para agir de modo diferente, ou até mesmo não agir, caso seja uma escolha. Temos ainda que nos atentar para o fato de que motivações e ações não são

as mesmas coisas. Como afirma Giddens (2003, p. 11), posso ser “autor de muitas coisas que não tenho a intenção de fazer e que posso não querer realizar, mas que, não obstante, *faço*. Inversamente, pode haver circunstâncias em que pretendo realizar alguma coisa, e a realizo, embora não diretamente através de minha ‘agência” (GIDDENS, 2003, p. 11).

Entendemos que a noção de agência de Giddens pode se aproximar da proposta contida na abordagem das capacidades, desenvolvida por autores como Amartya Sen (1993; 2012) e Martha Nussbaum (2002) no âmbito dos estudos sobre desenvolvimento humano e pobreza e que se faz imprescindível para compreender as questões deste trabalho. A grande questão ressaltada nessa perspectiva é que a pessoa se torne o fim e não o meio das políticas desenvolvimentistas, ou, em outros termos, que sua agência seja levada em conta por essas políticas. Para Amartya Sen, as políticas tendem a confundir o duplo papel dos seres humanos, isto é, o fato de que “os seres humanos são os agentes, beneficiários e juizes do progresso, mas também são, direta ou indiretamente, os meios primários de toda produção” (SEN, 1993, s/p). Nussbaum (2002) insiste no argumento de que essa “confusão” é típica das políticas que envolvem as mulheres, privilegiando seu papel enquanto meio e não fim dos benefícios desejados.

Na lógica de Sen (1993), a vida é entendida como um conjunto de modos de ser e exercer atividades. Dessa forma, a avaliação da vida é a avaliação das capacidades de se efetivar essas atividades e funcionamentos. Se, por um lado, os funcionamentos são elementos constitutivos da vida, por outro, as capacidades são as combinações de funcionamentos que uma pessoa pode atingir, sendo as capacidades centrais, pois refletem a liberdade de escolher o modo de viver. Assim, revelam-se três conceitos-chaves para o enfoque das capacidades: funcionamento, capacidade e liberdade (SEN, 1993, 2012). Por funcionamento, podemos entender estados e ações inter-relacionados das pessoas, que abrangem desde questões nutricionais até a participação na vida comunitária. Seriam exemplos de funcionamento desde o fato de ter uma nutrição adequada, de não estar doente ou a perspectiva de se evitar a morte prematura até questões mais abrangentes, como ser feliz, ter respeito próprio, participar da vida em comunidade, entre outros (SEN, 2012).

A ideia de capacidade está imbricada à de funcionamentos, e é entendida como um conjunto de variáveis (funcionamentos) relevantes para o bem-estar de uma pessoa (AZEVEDO; BURLANDY, 2010). Sen (2012) toma a comparação

entre orçamento e capacidades como exemplo, isto é, “da mesma forma que um ‘conjunto orçamentário’ no espaço de mercadorias representa a liberdade de uma pessoa para comprar pacotes de mercadorias, um ‘conjunto capacitário’ reflete, no espaço de funcionamentos, a liberdade da pessoa para escolher dentre vidas possíveis” (SEN, 2012, p. 80).

É dessa forma que a ideia de liberdade aparece como central na teoria de Sen. Ela significa as oportunidades reais para realizar os funcionamentos, isto é, a liberdade para escolher a vida que deseja ser vivida. Liberdade deixa de ser então um meio, um “pacote de bens primários”³, e passa a ser vista como fim, como o conjunto capacitário que permite ou não que a pessoa converta funcionamentos em bem-estar. Assim, para Sen (1993), há um abismo entre “o fazer” e “o escolher fazer e se assim desejado, fazê-lo”. O exemplo dado pelo autor ilustra essas diferenças: o jejum é a escolha sobre não comer, assim o indivíduo utilizou-se de sua liberdade, de seu “conjunto capacitário”, para tomar tal decisão; situação muito diferente daquele que “passa fome”, em que o não comer não é uma escolha, mas a única realidade possível (SEN, 1993, 2012).

Uma sutil e fundamental diferenciação proposta por Nussbaum (2002) nessa perspectiva também é relevante para este trabalho. A autora propõe que se diferencie desejo de preferência. Segundo ela, esse discernimento “*revelaría las muchas maneras em que el hábito, em miedo, las bajas expectativas y las condiciones injustas de fondo deforman la elección de la gente e incluso sus deseos para sus propias vidas*” (NUSSABAUM, 2002, p. 165). Diferentemente de Sen (2012), Nussbaum defende a diferenciação entre os conceitos, pois compreende desejo enquanto um grupo menor dentro do campo das preferências. Por sua vez, as preferências seriam um conjunto composto pelos desejos, mas também pelas crenças e emoções, que podem estar hierarquizadas ou em tensão com certas obrigações.

Nussbaum (2002) tratará, então, de um tipo específico de preferências: as adaptativas. Elas não são tomadas essencialmente como um dispositivo negativo, afinal, adaptar as preferências e desejos à sua realidade pode tornar mais tangível alcançá-los: “*se trata de ajustes em respuesta a una percepción*

³ Conceito do autor John Rawls (2008) e que significa um pacote de bens, envolvendo direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza, que deveria ser distribuído igualitariamente para todas pessoas através da estrutura básica da sociedade, de forma a garantir uma igualdade de oportunidades.

de las propias circunstancias, más que el resultado de una formación deliberada del carácter, y tales ajustes carecen de la condición de 'libertad para hacer otra cosa' (NUSSBAUM, 2002, p. 193). Liberdade ganha, nesse sentido, um papel primordial. Tratar-se-ia menos de qual preferência se define e mais da liberdade, isto é, da possibilidade real de alcançá-la.

Por outro lado, Nussbaum (2002) também alerta para os problemas que as preferências adaptativas podem revelar quando são rebaixadas. Assim, quando mulheres que vivem em situações de violência têm dificuldades de se colocarem enquanto sujeitos de direitos ou vítimas de injustiças e isso coloca em risco suas próprias vidas, podemos dizer que esse é o tipo de preferências adaptativas com resultados negativos. Elevar o grau de preferências dessas mulheres para que se vejam enquanto cidadãs, portadoras de direito, é fundamental. As preferências adaptativas também poderiam causar uma série de injustiças e prejuízos, por exemplo, quando as mulheres não “preferem” ter um trabalho pago, o que significaria, pelo menos em nossa sociedade, ter uma baixa renda ou ser dependente de outra pessoa. De toda forma, Nussbaum (2002) chama a atenção para o fato de que as preferências não são escolhas feitas ao acaso e estão diretamente relacionadas aos contextos sociais em que as pessoas estão inseridas.

Em síntese, destacamos que a aproximação da ideia de agência de Giddens (2003) daquela imbricada na abordagem das capacidades (SEN, 2012; NUSSBAUM 2002) parece-nos viável, uma vez que ambas estão tratando do indivíduo enquanto um ser que possui a possibilidade de agir e não enquanto um “drogado sistêmico” (um indivíduo sem capacidade para atuar frente a estruturas, sistemas, coerções etc.). Essa concepção de agência parece promissora quando se trata de estudos sobre pessoas em situação de pobreza. Outra aproximação possível se dá pelo refinamento de ambas as perspectivas em distinguir a ação, da vontade de agir ou da capacidade de agir. Mais uma vez, essas diferenças são fundamentais quando se fala de situações de gravíssimas privações, como é o caso da população em situação de pobreza.

Além disso, Giddens (2007) e Sen (2012) lembram um ponto muito importante em pesquisas como esta: o problema da pobreza não deve ser relacionado a uma privação econômica, mas, sim, às consequências decorrentes dessa privação para o bem-estar do indivíduo. Isso significa que há diferença entre uma pessoa empobrecida por falta temporária de emprego e uma pessoa que está em situação de

pobreza há muito tempo, por vezes, em famílias que há gerações vivem nessa situação. Entender a pobreza como privação de agência e capacidade parece um caminho para fugir da concepção rasa que limita a mensuração e o entendimento da pobreza à falta de recursos econômicos.

A teoria da estruturação de Giddens (2003), porém, vai além do reconhecimento da agência. Em sua proposta ele relaciona o conceito de agência à concepção de poder. Assim como em Bauman, agência, capacidade, liberdade e poder estão estritamente relacionados, pois “quanto maior minha margem de manobra, maior o meu poder. Quanto menos liberdade de escolha tenho, mais fracas são minhas chances de luta pelo poder” (BAUMAN, 2008, p. 47). Enquanto as teorias estruturalistas e objetivistas partem do pressuposto de que, quando há coerção ou quando o indivíduo “não tem escolha”, não há uma ação, como se suas atitudes fossem sempre reações, a noção de agência oferece um caminho para compreender a ação do indivíduo, mesmo frente aos possíveis constrangimentos. Então, “a ação depende da capacidade do indivíduo de ‘criar uma diferença’ em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para ‘criar uma diferença’, isto é, para exercer alguma espécie de poder” (GIDDENS, 2003, p. 17).

Nesse sentido é que as concepções de agência e poder até agora apresentadas podem se alinhar ao que parte das teorias feministas vem ressaltando (SCOTT, 1995; HARAWAY, 2004; HOOKS, 2015). Na tentativa de afastar-se das primeiras explicações feministas, em que se tratava de temas como subordinação e patriarcado, parte das feministas contemporâneas vem dando fôlego aos estudos sobre as relações de gênero, reservando às mulheres uma agência que *a priori* sempre esteve dada aos homens. Para essas teorias, gênero e poder têm a mesma origem, fixaram-se em um mesmo terreno e, por isso mesmo, possíveis mudanças na ordem binária do gênero significam grandes mudanças nas relações de poder (SCOTT, 1995). Assim, pensar a condição de pobreza através de uma abordagem da agência é fundamental, pois ela auxilia entender as ações dos indivíduos dentro de condições de privações, e isso também é verdade para estudos sobre as mulheres. Pensar a agência das mulheres frente a tantas condições desfavoráveis que enfrentam em nossas sociedades é fundamental para entender as relações sociais.

Isso parece evidente também para as abordagens do feminismo negro. Ou seja, ao reivindicar espaço para a construção de uma mulher que não se

encontra estática ou em uma relação de passividade, o feminismo negro resgata a mulher enquanto agente, ainda que frente a limitações. bell hooks (2015) propõe então uma alternativa à noção de opressão, que poderia associar-se a uma falta de agência e mesmo possibilidades de ação e mudança. Segundo a autora,

o sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimida significa ausência de opções. É o principal ponto de contato entre o oprimido(a) e o opressor(a). Muitas mulheres nesta sociedade têm escolhas (por mais inadequadas que possam ser); portanto, exploração e discriminação são palavras que descrevem com mais precisão a sorte coletiva das mulheres nos Estados Unidos (hooks, 2015, p. 198).

O debate sobre agência, seja na teoria feminista ou na teoria social como um todo, está relacionado também aos contornos da ideia de Sujeito. Essa categoria, que por muito tempo esteve ausente das teorias sociais, retomou seu espaço em um contexto social de efervescência dos movimentos sociais na segunda metade do século XX (HALL, 2006). Para Hall (2006), o feminismo seria o ponto chave para explicar essa virada. Ao elaborar uma crítica consistente ao binarismo público e privado; ao trazer novos temas para o debate político (família, sexualidade, trabalho doméstico, divisão do trabalho etc.); ao criar o debate sobre a formação das identidades sexuais e de gênero; e ao questionar a noção abstrata de Humanidade a partir da diferença sexual, o feminismo polemizou e qualificou o debate sobre identidade e sujeito na teoria social (HALL, 2006). Nesse sentido é que Donna Haraway afirma que “as desconstruções feministas do ‘sujeito’ foram fundamentais, e elas não têm saudades da coerência dominadora” (HARAWAY, 2004, p. 244).

De fato, a concepção de sujeito universal presente nas ciências sociais não cativa, nem de longe, as perspectivas feministas. Simone de Beauvoir (2009) já apontava críticas à ideia de um sujeito que se pretendia abstrato e universal. Para a autora, o problema de definição da mulher é inegavelmente da mulher, dado que homens não se definem enquanto homens, apenas o são. Os feminismos que floresceram e se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX foram fundamentais para construir, ou melhor, desconstruir uma noção geral, abstrata e masculina de Sujeito. Porém, há de se reconhecer que parte das próprias feministas tiveram que lidar com a crítica que haviam lançado. Se em determinado momento elas evidenciaram e problematizaram a identidade abstrata – e, na verdade, masculina –

do Sujeito universal, tiveram que lidar também com as críticas direcionadas à identidade abstrata de Mulher de que muitas faziam uso.

O caminho possível para solucionar tal questão passava então pelo reconhecimento da multiplicidade do indivíduo e das diferentes formas de subordinação existentes (MOUFFE, 2003). Assim, as propostas de reformulações avançaram na busca de um desfecho para a tensão existente, na tentativa de articular os diferentes marcadores sociais. A intenção é tratar gênero, raça e classe como esferas articuladas, não de forma isolada, mas como “categorias que existem em e por meio das relações entre elas” (PISCITELLI, 2008, p. 268).

Tal concepção parece promissora para falar sobre pobreza, no sentido de articular classe com outras condições tão centrais quanto na composição do Sujeito: gênero e raça. Os Sujeitos dessa pesquisa não são apenas pobres, são, como já afirmado em diversos momentos, mulheres, pobres e negras. Uma concepção que busque articular esses pertencimentos, de forma a não os hierarquizar, parece uma saída para a complexidade da situação na qual essas mulheres estão envolvidas.

Para tentar dar conta dessa multiplicidade, formulou-se na teoria feminista a noção de interseccionalidade, isto é, um conceito que busca articular as opressões de gênero, raça e classe de maneira conjunta e não hierarquizada. A primeira vertente dessas teorias concentra-se nas contribuições oferecidas pela autora Kimberlé Crenshaw (2002), que compartilha da proposta das interseccionalidades como uma maneira de articular as diferentes formas de subordinação. Mas a noção de interseccionalidade que instrumentalizamos neste trabalho encontra-se mais próxima das propostas de Anne McLintock e Avtar Brah (*apud* PISCITELLI, 2008), por um ponto fundamental: a centralidade que elas dão à noção de agência. De forma geral, elas destacam que as categorias de diferenciação são distintas dos sistemas de discriminação, separando, por exemplo, raça de racismo, sexo de sexismo etc. Assim, a intenção de Anne McLintock e Avtar Brah é que, por meio das articulações, seja possível explorar as diversas relações de agência envolvidas, o que significaria que “os marcadores de identidade, como gênero, classe ou etnicidade não aparecem apenas como formas de categorização exclusivamente limitantes. Eles oferecem, simultaneamente, recursos que possibilitam a ação” (PISCITELLI, 2008, p. 267). Portanto, a proposta de interseccionalidades que desenvolvemos neste trabalho também está alinhada à noção de agência.

Falar da condição de sujeito de mulheres negras e pobres em um centro urbano de um país em desenvolvimento a partir da noção de agência é um desafio. Todavia, entendemos ser uma escolha justificada pela necessidade de apreender os mecanismos e estratégias desenvolvidas por essas pessoas, no objetivo maior de construir estudos sobre pobreza que tratem de fato dos desafios e possibilidades postos nas trajetórias individuais desses sujeitos.

1.2 RISCO E DESIGUALDADES SOCIAIS

O diagnóstico do qual partiremos neste trabalho é o da modernidade radicalizada, tardia ou alta modernidade (BECK, 2011; GIDDENS, 1991; BAUMAN, 2008). Segundo os autores dessa corrente, a modernidade teria passado por um processo de radicalização, elevando ao máximo questões que já apareciam no seu germe. Entendemos que pensar o Brasil nessa chave de leitura possibilita novas questões para velhos problemas. Ainda que não haja consenso na sociologia brasileira de que podemos afirmar que o Brasil vive uma modernidade completa, nos termos originalmente formulados, podemos falar que pelo menos compartilhamos de traços típicos da modernidade e de seus desdobramentos.

Assim, embora o desenvolvimento não tenha se dado nos mesmos moldes que na Europa ou nos Estados Unidos, reconhecemos que é possível falar de uma modernidade à brasileira, ou, pelo menos, uma modernidade seletiva (SOUZA, 2000). Esse tipo seria caracterizado por um processo que selecionou algumas características próprias da modernidade para alguns grupos da sociedade brasileira e que nunca realizou “um esforço social e político dirigido e refletido de efetiva equalização de condições sociais das classes inferiores” (SOUZA, 2009, p. 401). Nosso esforço, nesse sentido, parte do pressuposto de que “as categorias gerais da modernidade ajudam a iluminar a realidade brasileira e esta, por seu turno, contribui para pôr a modernidade em coordenadas mais amplas, incorporando tanto o que tem de universal quanto o que se apresenta como variável” (DOMINGUES, 1998, p. 211).

Um dos traços que se destaca nesse novo modelo de modernidade é a globalização. Na contemporaneidade, a globalização já não é mais uma simples interdependência entre Estados-nação, mas um verdadeiro processo de desnacionalização do social, do político e do econômico. É nesse sentido que podemos dizer que a globalização reinventou a relação entre mobilidade e

sedentarismo. A “vingança dos nômades” (BAUMAN, 2008) trouxe outros formatos de relações sociais, especialmente aquelas que envolvem o elo entre capital e trabalho. Enquanto a clássica modernidade foi marcada pela união entre capital e trabalho, em que o feixe de ligação era o território compartilhado, a modernidade radicalizada teve que lidar com as consequências do divórcio entre eles, que – há de se destacar – foi unilateral. O capital atingiu níveis nunca vistos de volatilidade e mobilidade, por sua vez, os trabalhadores/as continuaram presos a lógicas territoriais. Portanto, esses últimos, agarrados ao destino do sedentarismo no mundo da velocidade e da mobilidade, estão expostos a situações de precariedade e risco que não estavam dadas até meados do século XX (BAUMAN, 2008).

Diante disso, as experiências dos países centrais envolvem o aumento do risco, em detrimento da diminuição da proteção estatal. Essa é uma das consequências das novas relações entre o global e o local, entre o capital e os estados-nações, isto é, a lógica do capital está em nível global, enquanto as tentativas de proteção obedecem a uma lógica local, de estados-nações (BAUMAN, 2008). Com isso, não estamos dizendo que foi a globalização que criou a exploração ou as desigualdades em nível mundial, porém lembramos que, ao invés de promover sua redução, ela potencializou essas desigualdades.

Nessa ótica, revela-se a característica fundamental dessa modernidade: o risco. Viver nessa sociedade “significa viver com uma atitude calculista em relação às possibilidades de ação, positivas e negativas, com que somos continuamente confrontados como indivíduos e globalmente em nossa existência social contemporânea” (GIDDENS, 1991, p. 33). Constantemente, os indivíduos enfrentam as inúmeras possibilidades que se abrem aos destinos pessoais, possibilidades das quais não se pode fugir e que são cotidianamente obrigados a escolher. O que está em jogo é a insegurança e a incerteza do amanhã, pois as escolhas são feitas sem a garantia de que os resultados serão aqueles esperados.

Todavia, há de se destacar que essa interpretação está localizada em um tempo e espaço muito específico. O risco que apareceu como característica das sociedades centrais apenas a partir dos anos de 1970, impactados pelo declínio dos estados de bem-estar social, é um aspecto contínuo na história dos países periféricos. Enquanto os países de capitalismo avançado conheceram o auge do protecionismo do Estado, bem como as vantagens e ônus desse arranjo, o Brasil, por exemplo, conheceu um desenvolvimento marcado pela expansão da desigualdade, pelo restrito

acesso à educação e por um crescimento que não beneficiou a todos, que se fez às custas de um mercado de trabalho discriminatório e que garantia aos poucos formalizados a proteção do sistema trabalhista e delegava ao restante da população um sistema social muito frágil.

Pois bem, por todo o século XX, não se confirmaram as teses de que o padrão de desenvolvimento dos países ricos se replicaria nos países periféricos e, como destaca Barbosa (2012, p. 20), “o contrário pode estar mais próximo da realidade, num momento em que os países desenvolvidos desmontam os diques criados contra a desigualdade e abrem as portas para o capital financeiro”. Mesmo com essa conjuntura atual, não se comparam os níveis de desigualdades e pobreza entre o Norte e o Sul.

Os países em desenvolvimento não foram capazes de homogeneizar a estrutura social, mesmo em tempo de crescimento econômico. No Brasil, o processo de urbanização e industrialização expandiu o emprego formal, mas de maneira lenta e discriminatória, mantendo paralelamente a esse processo, o setor informal, que era composto principalmente por trabalhadores vindos do campo com baixa escolaridade, por mulheres e por negros/as (COMIN, 2015). Segundo Alexandre Barbosa (2012), países como o Brasil não presenciaram a emergência de uma sociedade majoritariamente salarial, na verdade, o Brasil não presenciou a emergência da grande população ao sistema trabalhista regulamentado, o que significou proteção a poucos e dificuldades na construção de um Estado de Bem-Estar Social que fosse caracterizado por políticas públicas universais.

Na perspectiva de Jessé Souza (2003, 2009), o desenvolvimento da modernidade brasileira se deu às custas da marginalização de um grande percentual da população: a ralé. Para o autor, a ralé estrutural é uma especificidade brasileira, reproduzida há anos com o “consentimento de todos nós”. Esse grupo resultou inicialmente da somatória de escravos recém-libertos e de uma população não negra, expulsa dos campos e sem trabalho. Ignorados, historicamente e atualmente, esse grupo é, para o autor, desprovido não só de condições econômicas, mas também de uma série de requisitos, ou, num linguajar bourdieciano, de “capitais”, exigidos pelas sociedades modernas. Nessa perspectiva, o que caracteriza a ralé não é só a falta de capital econômico, mas de precondições sociais, morais e culturais exigidas por nosso tempo.

Eis então a grande especificidade do Brasil: apesar de existirem condições objetivas, precisamente crescimento econômico – algo que não estava disponível para diversos países periféricos em meados do século XX – a desigualdade no país se consolidou e até mesmo aumentou (BARBOSA, 2012; SCALON, 2011; REIS, SCHARTZMAN, 2002). “Historicamente, o Brasil se desenvolveu através de um processo que foi denominado de ‘modernização conservadora’, cuja característica principal é, justamente, a não incorporação de grandes segmentos da população aos setores modernos da economia, da sociedade e do sistema político” (REIS, SCHARTZMAN, 2002, p. 1).

As mudanças no mundo do trabalho são uma das características ressaltadas quando tratamos das novas configurações da modernidade. O desemprego em massa e a precarização do trabalho em níveis globais foram os aspectos que mais marcaram essas mudanças (CASTEL, 2008) – pelo menos nos países centrais. Na leitura de Castel (2008), inicialmente essas novas configurações atingiram jovens e mulheres – grupos sociais que tradicionalmente são mais desprovidos de direitos na competição do mercado – porém, nos últimos anos, impactaram o “núcleo duro” da força de trabalho (homens de 30 a 49 anos). Segundo o autor, a partir dessas transformações

começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseririam na dinâmica atual da modernização. São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que, efetivamente, fazem sombra para muita gente (CASTEL, 2008, p. 517).

Como já afirmado em outros momentos, o trabalho precário não é uma condição nova para os países periféricos. Em particular no Brasil, o trabalho precário está associado ao trabalho informal. Segundo Dedecca (2015), teses, como a de Celso Furtado, Josué de Castro e Florestan Fernandes, apesar de conterem suas especificidades, já apontavam para um diagnóstico em comum: o reconhecimento de que havia no Brasil em meados do século XX “uma população excedente que se encontrava fora do mercado de trabalho formal e estava marginalmente incorporada ao padrão de consumo industrial” (DEDECCA, 2015, p. 43). Nesse sentido, reconheciam também que o modelo de desenvolvimento adotado para os países latinos “era concentrador e excludente, fazendo que a modernização caminhasse *pari passu* à marginalidade, à miséria e à pobreza social” (DEDECCA, 2015, p. 43).

Pesquisas desenvolvidas com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), durante meados do século XX, também identificaram que, junto com a dinâmica no setor moderno, que tendia a destruir, ocupar e criar novos segmentos no mercado, desenvolvia-se no Brasil uma rede de trabalho informal. A renda oriunda do setor moderno produzia ao mesmo tempo o setor informal, que, por sua vez, acomodava a força de trabalho que não era absorvida pelo setor formal. Segundo Dedecca (2015), estudos como esses serviram para dar visibilidade e dimensão ao que era a “população marginal” – conceito difundido pela Cepal nos anos de 1950 – demonstrando que a população inserida no mercado informal estava exposta a rendimentos baixos e quase insuficientes para a manutenção da vida.

Para Ulrich Beck, é nesse sentido que podemos observar a dissolução da tradicional sociedade de classes, sem ver o fim do trabalho assalariado, ainda que esse tenha passado por uma série de transformações (BECK, 2011). Essa reconfiguração não altera em nada a “lógica de ganhos do capital”. A despadronização da jornada e do local de trabalho significa uma mudança no sistema sócioindustrial, mas não no resultado dos lucros e acumulação. De modo algum, o que vimos é o fim do trabalho assalariado nos padrões tradicionalmente conhecidos. A manutenção de uma sociedade de classe, sem classes (BECK, 2011), encontra-se tanto nos países centrais – mudanças na jornada, nos contratos e nos locais de trabalho –, como nos países periféricos – no caso brasileiro, com um mercado de trabalho marcado pela informalidade.

Na leitura de Beck (2011), em decorrência desses processos, na modernidade tardia, os vínculos ligados a grandes grupos, como classe e família, afrouxaram-se e cederam espaço para a intensificação da individualização e diversificação das biografias. Classe e família não deixaram de existir nessa nova configuração, todavia passaram a ocupar um plano de fundo, o que ganhou centralidade foi o projeto biográfico do indivíduo. Esse processo está relacionado com o que Ulrich Beck e Elizabeth Beck-Gernsheim (2003) chamaram de impulso social individualizatório, isto é, o processo que isolou as pessoas em um “destino individual”. Nesse cenário, a individualização não é mais uma escolha, mas um destino (BECK, BECK-GERNSHEIM, 2003). Nas palavras de Bauman (2008, p. 65), nesse processo “os riscos e as contradições continuam sendo produzidos socialmente; são apenas o dever e a necessidade de lidar com eles que estão sendo individualizados”.

Dessa forma, a tese da espiral individualizatória consiste em afirmar que *“toda metafísica y transcendencia, toda a necesidad y certidumbre están siendo substituidas por la habilidad personal. Tanto em lo más público como em lo más privado, nos estamos convirtiendo en funambulistas bajo la lona del circo”* (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2003, p. 38). A individualização, nesse cenário, passa então a ter dois sentidos. Em um primeiro plano observamos dois movimentos, de um lado, a desintegração de padrões e categorias sociais, como classes e *status* sociais, família, papéis de gênero etc., do outro, o colapso das normas, papéis e referências de biografias de vida sancionados pela religião, pela tradição ou pelo Estado – este último relacionado principalmente a países que viveram o socialismo. Em um segundo sentido, a individualização significa que, nas sociedades de modernidade tardia, os indivíduos estão expostos a novas formas de controle, exigências e contradições reguladas por uma rede formada principalmente pelo mercado de trabalho e pelo Estado de Bem-Estar Social ou pelas políticas sociais e suas instituições (BECK, BECK-GERNSHEIM, 2003).

Pesquisas como a de Cynthia Sarti (2011) com a população pobre de São Paulo nos anos de 1990 mostram os limites dessa tese, em particular para as camadas mais pobres dos países periféricos. Para Sarti, nas famílias pobres esse processo ocorre de outra maneira, assim a predominância do individual “aparece pouco acentuado pela precedência do todo – a família – sobre as partes – os indivíduos –, fazendo com que as relações familiares entre os pobres sigam um padrão tradicional de autoridade e hierarquia” (SARTI, 2011, p. 20). Para autora, ainda que os membros das famílias mais pobres façam parte de um mundo moderno e capitalista, os vínculos coletivos se sobrepõem aos projetos individuais. Um exemplo é a diferenciação que a autora faz entre o projeto de “melhorar de vida” e o projeto de “ascender socialmente”. Enquanto o primeiro envolve um plano coletivo, de toda a família, o segundo é um projeto individual e, segundo Sarti (2011), o primeiro seria mais desejável entre a população em situação de pobreza do que o segundo.

Vale ressaltar ainda que as “opções multiplicadas” da qual falam as teses da espiral individualizatória não estão dadas de maneira igualitária a todos os grupos sociais. Estar em condição de pobreza é estar em condição de privação, não só econômica, mas também de agência ou capacidades (GIDDENS, 2002; SEN, 2008), o que significa que, o destino de escolher pode ser diferente para diferentes pessoas, podemos escolher entre a ou b, ou escolher entre todas as letras do alfabeto,

e isso faz muita diferença. No Brasil, também como já citado neste trabalho (SOUZA, 2000), esses contextos de privações marcaram certos grupos em todo o desenvolvimento do país e causam, até os dias atuais, distinções enormes entre diferentes grupos.

Outra característica que marca a radicalização da sociedade moderna destacada por Beck (2011) são as libertações das tradicionais posições de gênero, especificamente, a mudança em relação à mulher. A entrada massificada da mulher no mercado de trabalho significou uma mudança em toda organização social, em especial na família. A espiral individualizatória atingiu o interior da família nuclear, que passou a lidar com uma multiplicação de ambições profissionais, obrigações educacionais, cuidado com as crianças e tensão na divisão do trabalho doméstico. Essas demandas que estavam demarcadas por papéis de gênero estão agora em disputa (BECK, 2011).

Como assinalado por Jellin (1995), o processo individualizatório de fato alterou a organização das famílias. Em um primeiro momento, atingiu as gerações mais novas. Já as mulheres tensionaram as relações patriarcais na família em um segundo momento, muito em decorrência da entrada massificada no mundo do trabalho. O resultado é um duplo aspecto, como colocado por Araújo e Scalon (2005): se, por um lado, as mulheres têm maior autonomia e possibilidades de escolha, por outro, essas expectativas podem gerar mais sobrecarga emocional, isto é, na tentativa de cumprir um papel no mercado de trabalho e na família, com as responsabilidades “tradicionais”.

Novamente, quando se trata da população mais empobrecida, as características podem ser outras. Na pesquisa realizada por Sarti (2011) aparecem também as tensões postas pelas mudanças nos papéis de gênero no interior da família pobre. Segundo ela, há certa dificuldade dessas famílias em manter um padrão nuclear moderno, ainda que a moral que os reja seja essa. A tentativa de manter a lógica do homem provedor e da mulher cuidadora é perseguida pelas famílias, todavia a situação de pobreza afeta diretamente esses planos, por exemplo, no que se refere à lógica do provedor masculino (SARTI, 2011).

Outra consequência dessa mudança está relacionada à “nova pobreza”. Beck (2011) e Giddens (2007) chamam a atenção para o fato de que as mudanças nos padrões de gênero levaram ao aumento dos divórcios, que resultaram, negativamente, no aumento da representação de mulheres e crianças na população

em situação de pobreza. Isso ocorre porque, com o aumento dos divórcios, houve também um crescimento de domicílios compostos por mulheres e suas crianças, sem a presença do marido. Assim, as mulheres, que historicamente estiveram em desvantagens no mercado de trabalho, ficaram mais expostas à situação de pobreza, decorrência da separação, e então diminuição da renda familiar, e não da origem social ou da escolaridade, variantes tradicionalmente ligadas à explicação da pobreza. Segundo Márcia Macêdo (2008), na verdade, as mulheres que se tornaram chefes de família não empobreceram porque se divorciaram, mas porque, antes disso foram esposas e donas de casa, se distanciando das oportunidades oferecidas no mundo produtivo.

Esse tipo de mudança pode ser visto nos últimos 30 anos no Brasil, a partir do aumento do número de famílias monoparentais com chefia feminina e presença de crianças, o segundo tipo de arranjo familiar mais presente no país (SORJ et al, 2007). Segundo Bila Sorj et al (2007, p. 581), “além do seu rápido crescimento nas últimas décadas, é notável o nível de pobreza a que estão submetidas. (...) as famílias constituídas por mulheres com filhos e sem a presença do marido apresentam o maior percentual de pobres do país”, como já apresentado neste trabalho, mais de 50% das pessoas que vivem nesse tipo de arranjo familiar são pobres (IBGE, 2017).

Dessa forma, a tese da individualização da desigualdade social proposta por Beck (2011), ainda que apresente certos limites, é uma saída para compreender o cenário atual. Nessa concepção, é possível que as desigualdades de renda se mantenham, ao passo que as noções de classes foram destradicionalizadas e diluídas. Assim, podemos dizer que cada vez mais nos defrontamos com um capitalismo sem classes, mas com estruturas e problemas de desigualdades inerentes à estrutura classista do capitalismo (BECK, 2011).

Nesse sentido, para Beck (2011), o problema com que boa parte dos estudos sobre desigualdades sociais se depara é o antagonismo presente na realidade contemporânea. Por um lado, a estrutura da desigualdade continua permanente, pouco se alterou na estratificação social, seja no nível global, seja no nível local, por outro lado, houve uma alteração radical na vida da população, fruto do aumento das políticas sociais – maiores nos países centrais, menores nos países periféricos – que marcaram a segunda parte do século XX. O “efeito elevador” (BECK, 2011; MARSHALL, 1967) moveu conjuntamente as sociedades de classes para um “andar superior”. Houve um “*plus* coletivo” que aumentou a renda, a escolaridade, a

mobilidade e o consumo, não só nos países do Norte – em que esse processo acontece primeiro e de maneira mais evidente –, mas também em países do Sul, como é o caso brasileiro (no Capítulo 2 trataremos das políticas sociais brasileiras).

1.3 A POBREZA NO BRASIL

Assim, se na sociedade de risco (BECK, 2011), a desigualdade voltou a ser um problema pulsante para os países do Norte, para países do Sul, e especificamente para o Brasil, além de nunca ter deixado de ser um problema, a desigualdade vem com um agravante: os altos índices de pobreza. Apesar de serem conceitos distintos, pobreza e desigualdade estão fortemente relacionadas na medida em que as possibilidades de superar situações de privação e vulnerabilidade estão condicionadas às circunstâncias de vida, que, neste país, são experimentadas de maneiras extremamente desiguais (SCALON, 2011).

Para compreender a pobreza brasileira, devemos reconhecer um duplo aspecto, isto é, sua gênese e sua reprodução (SOUZA, 2009). Enganam-se aqueles que pensam poder explicar a pobreza olhando apenas para o passado, como, por exemplo, as explicações que detectam em nossa colonização ou sistema escravagista a chave explicativa para os problemas atuais. Enganam-se também aqueles que buscam explicar esses problemas sociais fixando-se apenas no presente, negando uma herança social. É preciso, como argumenta Jessé Souza (2009), não perder de vista esses dois fatores para não cair na armadilha de afirmar que o problema das desigualdades e da pobreza em nosso país se refere somente a uma má gestão das políticas.

Ao falarmos de pobreza, precisamos definir o que entendemos por esse conceito, principalmente para que possamos identificar quais aspectos colaboram na sua produção e reprodução. Há quem diga que o enfrentamento a esse problema social só será possível através de transformações radicais, especialmente no que diz respeito à distribuição do poder econômico e político. Há também aqueles que persistem na antiga linha malthusiana, em que o enfrentamento passaria pelo controle populacional, já que a riqueza produzida não seria capaz de oferecer condições dignas a todos (SCALON, 2011).

Uma das teses que acumula muitos seguidores é aquela que identifica como grande fator de geração da pobreza a falta de dinheiro, ou, na dimensão de um

país, a falta de crescimento econômico (SCALON, 2011). A crença é que desigualdades de renda se justificam para a eliminação da pobreza, dado que ela pode servir como incentivo à competição e, então, resultar em um aumento da produtividade. Naturalmente, os efeitos do crescimento econômico atingiriam todas as camadas sociais, inclusive os mais pobres, gerando emprego e funcionando na mais “perfeita” lógica de mercado. A teoria de “fazer o bolo crescer” para depois distribuí-lo mostrou-se falha, como pudemos experimentar duramente em nosso próprio país (DEDECCA, 2015). Assim, embora o crescimento econômico seja condição necessária para a diminuição da pobreza, não é suficiente. Como argumenta Celi Scalon (2011), esse tipo de desenvolvimento acaba gerando apropriações diferentes pelos distintos estratos sociais, reforçando mais que diminuindo desigualdades. Além disso, devemos lembrar que, com a profunda e extrema desigualdade que assola o país, seria muito difícil enfrentar a pobreza através do livre mercado, pautado na meritocracia.

Há ainda uma outra tese que busca explicar a pobreza, dessa vez dando maior ênfase à educação. A teoria do capital humano, como ficou conhecida, deposita esperanças no aumento do capital individual, fortalecendo a importância da educação, da socialização, da cultura, da participação política, etc. (COSTA, 2009). Ainda que seja inegável a relevância desses aspectos, essa abordagem apresenta pressupostos problemáticos. O primeiro é que a educação seria a grande solução para a diminuição das desigualdades, garantindo uma igualdade de oportunidades. O problema, como argumenta Scalon (2011), é que sozinha dificilmente a educação seja capaz de enfrentar as situações de extrema vulnerabilidade, como a carência em saúde, nutrição, estímulo e disposição, fatores que criariam diferenças na apropriação dessas “oportunidades iguais”. O segundo pressuposto controverso é que o mercado funcionaria a partir de uma lógica meritocrática, recompensando aqueles que realmente se destacaram a partir da igual oportunidade garantida. Porém, “essa é uma condição difícil de ser alcançada num contexto de extrema desigualdade, em que a elite tende a acionar mecanismos de distinção que passam, invariavelmente, pela educação e pela cultura” (SCALON, 2011, p. 63).

Uma das soluções apontada pela própria Céli Scalon (2011) para que saíamos desse impasse teórico e prático sobre a pobreza é a construção de novos modelos de desenvolvimento. Nesse sentido é que a proposta apresentada pelo economista Amartya Sen (1993, 2012) parece um caminho possível, especialmente

porque o autor amplia a noção de pobreza, considerando, além da privação econômica, a privação de todo um conjunto de capacidades em diferentes dimensões da vida.

Assim, essa abordagem seria uma solução tanto para o impasse colocado pela teoria do crescimento econômico, no sentido de que a sua noção de pobreza vai além da privação econômica, como para o impasse da teoria do capital humano, quando afirma que outras dimensões da vida, isto é, todo o conjunto capacitário (saúde, alimentação, escolarização, participação política, etc.) deveria ser levado em conta para o combate à pobreza. Além disso, a teoria de Sen nos protege de abordagens utilitarista, que podem interpretar falsos fatores da reprodução da pobreza, ao levar em conta a percepção do indivíduo como métrica, sem considerar possíveis condições de privação por longos períodos, o que faria o nível de “exigência” das percepções ser menor (SEN, 1993, 2012). Sendo assim, para Sen (1993, 2012), a melhor maneira de compreender e mensurar a pobreza seria através do enfoque das capacidades, já apresentado na seção 1 deste capítulo.

A pobreza conceituada através das capacidades também é uma saída para os impasses que se colocam quando falamos de pobreza absoluta e pobreza relativa. Ao contrário do critério para mensurar a pobreza absoluta, que define um mínimo que atenda às necessidades, normalmente nutricionais, ou da pobreza relativa, que define funções segundo o modo de vida predominante, a abordagem das capacidades nos permite pensar um conjunto de mínimos que leva em conta vários aspectos essenciais da vida – da nutrição à participação política. Em síntese, a abordagem das capacidades trata da pobreza em uma perspectiva multidimensional.

Apesar de todo o debate, convencionou-se utilizar o critério de renda para dimensionar a pobreza, especialmente em políticas públicas de países em desenvolvimento (ROCHA, 2006). Dentre os vários aspectos negativos que deriva dessa abordagem destacamos dois. O primeiro é que, ao fazer isso, diminui-se a complexidade da pobreza à falta de renda e ignora-se uma série de privações a que essa população está exposta. Um segundo ponto é que a renda definida como mínima pode não garantir as necessidades básicas e mesmo nutricionais dessas pessoas, questão que já estava presente na ideia de pobreza absoluta. O resultado é que se fala de pobreza como privação de renda e rebaixa-se a renda ao ponto de não suprir as necessidades mais básicas dos indivíduos. Por isso é que existem inúmeras nomenclaturas de classificação da pobreza, indigência ou pobreza extrema para

aquelas que não têm renda suficiente para o básico da alimentação, ou, como muitas vezes se evita dizer, pessoas que passam fome.

Enquanto problema social, político e, até mesmo, acadêmico, a pobreza ganha centralidade somente no século XX (ROCHA, 2006). Veja o caso do Brasil, que, um século antes, não se defrontava com esse problema, dado que vivia um sistema escravagista, em que a pobreza, apesar de não significar apenas escravidão, estava intimamente ligada a ela. Sua população economicamente ativa era configurada basicamente pelo/as escravos/as, mas, além deles/as, havia uma massa de trabalhadores/as livres e pobres, que estavam fora do mercado de trabalho exatamente por sua condição de liberdade.

Essa população destinada à pobreza, a ralé, nos termos de Jessé Souza (2003; 2009), encontrava dificuldades em exercerem papéis fundamentais na ordem produtiva, tornando-se “dispensável”, passando a sobreviver nas mais marginais ocupações do sistema produtivo. “Este tipo humano, como o do escravo, também se espalhou por todo o território nacional e representava, em meados do século XIX, cerca de 2/3 da população nacional” (SOUZA, 2003). A seletividade da modernidade brasileira negou a essa população os direitos, os acessos às instituições e tudo que envolvia princípios básicos da modernidade, como igualdade e liberdade.

No Brasil, até os anos de 1930, assistimos a uma expansão dessa população pobre, somada agora pelos imigrantes vindos da Europa e do Japão (REIS, SCHWARTZMAN, 2002). No geral, essas pessoas se concentravam no meio rural, porém, a migração campo-cidade marcou e modificou a configuração da sociedade brasileira. Motivada, dentre outras causas, pela desigualdade na distribuição de terra e pela condição de miserabilidade do trabalho rural, a migração para cidade produziu o que se chamou de “massa marginal” urbana, isto é, uma população com baixa ou nenhuma formação escolar, que se aglutinou nos estratos urbanos com a mais baixa renda, excluídos da proteção social e do mercado de trabalho urbano (COMIN, 2015).

Então, a partir de 1930, já havia se consolidado no Brasil uma classe de pessoas destituídas de direitos, proteção e acesso ao trabalho digno. Com um país em plena industrialização, urbanização e consolidação de direitos, a herança escravista já não podia explicar os índices de pobreza e desigualdades, o que explicava essa situação, na perspectiva de Souza (2009, p. 403), era “o abandono secular de ex-escravos e de uma maioria de homens [e mulheres] livres, tão sem eira

nem beira quanto os próprios escravos e de qualquer cor de pele, à sua própria sorte ou, mais realisticamente, ao ‘próprio azar’”. Constituiu-se assim um grupo de população pobre e urbana.

O Brasil inicia a segunda metade do século XX caracterizado por uma “igualdade na pobreza”, isto é, pela baixa renda e a ausência de serviços públicos homogeneamente distribuídas no território nacional. O mercado de trabalho era marcadamente masculino. Nos anos de 1970, as mulheres tinham em média seis filhos – as mais ricas tinham uma média menor, de dois filhos – e o trabalho doméstico era a atividade que mais concentrava essa parcela de população, fato que acontecia independentemente da renda ou da escolaridade. Mais de $\frac{3}{4}$ da população tinha até três anos de estudos e apenas 20% dos jovens de 12 a 15 anos completavam quatro anos de estudo. Nesse cenário, de pouca oferta qualificada, os homens se beneficiavam de vantagens no mercado de trabalho e do sistema de proteção social, que dava um *status* diferente aos trabalhadores formais (ARRETCHE, 2015).

A famosa tese de “fazer o bolo crescer” tornou-se o lema da economia. A esperança de que o crescimento uma hora se converteria em ganho para todos afirmava que a pobreza era transitória e se dava pelo descompasso entre qualidade da oferta e a demanda pós reestruturação produtiva. Mas com o fim do “milagre econômico” (1967-1973), as críticas a esse modelo caíram como uma luva. Reconheceu-se que um crescimento a partir do consumo era possível, mas com tempo de duração curto, e que um novo plano de desenvolvimento, que levasse em conta a redistribuição da renda e a ampliação do acesso a serviços e bens públicos, poderia ser um caminho a ser trilhado pelo país. Porém, com o contexto político e social que se seguiu, isso não foi possível (DEDECCA, 2015).

Enfim, nos anos de 1980 a pobreza se ampliou ainda mais. “O fluxo de renda cresceu, ainda que pouco, e dois dos três grupos de agentes perderam renda real disponível, o terceiro grupo, o dos proprietários do capital, ganhou” (BARBOSA, 2012, p. 34). Em suma, houve piora na distribuição de renda, aumento do empobrecimento e uma quase estagnação econômica (BARBOSA, 2012). Assim, iniciou-se a última década do século XX e a primeira do recente período democrático. Assistimos então a um novo perfil de pobres emergir. Já não eram mais aquelas pessoas advindas do campo, com baixa escolaridade, na verdade “tinham alguma escolaridade, vinham de famílias pequenas, já eram cidadãs urbanas, mas estavam desempregadas ou haviam sido expulsas para o segmento informal de baixos

rendimentos” (BARBOSA, 2012, p. 36-7). Essas transformações da “ralé” não alteraram sua condição de classe, nem mesmo os conflitos sociais relacionados a ela (SOUZA, 2009).

Foi no início dos anos 2000 que assistimos a uma significativa queda da desigualdade nos índices de medição do país. Para ter uma noção inicial dessa mudança, vejamos a queda da desigualdade de renda a partir do índice de Gini⁴: baseada nos dados da Pnad/IBGE, a Oxfam Brasil (2017)⁵ destaca que, desde 1998 até os dias atuais, o índice de Gini caiu 16%, de 0,616 para 0,512. De modo geral, a Oxfam Brasil (2017) relaciona essa melhora às diversas mudanças ocorridas nesses últimos anos, como crescimento econômico, alterações demográficas e migratórias, inclusão massiva da mulher no mercado de trabalho, políticas de distribuição de renda, política de valorização do salário mínimo e, não menos importante, a redemocratização brasileira, que garantiu o investimento em uma série de políticas que resultaram em feitos históricos, como a retirada do país do Mapa da Fome da ONU, em 2015. A queda da desigualdade de renda foi acompanhada pela queda da pobreza e de um pequeno crescimento do rendimento dos 40% mais pobres no Brasil (OXFAM BRASIL, 2017).

Estudos como o de Rocha (2006), realizados na virada do século, antes dessa melhora, mostravam o perfil da população pobre no país: homens e mulheres (com uma pequena desvantagem para as mulheres), negros/as, com baixa escolaridade, ocupação menor que os não pobres e com trabalhos informais e, o maior destaque, o grande percentual de crianças na situação de pobreza. Além disso, Rocha (2006) destacava a maior porcentagem de arranjos familiares monoparentais nas famílias em situação de pobreza, normalmente chefiados por mulheres. Dez anos depois, já com os resultados positivos alcançados, o MDS (BRASIL, 2011) verificou a

⁴ O Índice de Gini é uma medição criada para quantificar a concentração de renda de determinado grupo. Ele varia de zero a um, sendo zero uma situação de igualdade, onde todos ganhariam a mesma renda, e um de extrema desigualdade, onde uma pessoa possuiria toda a riqueza. Apesar de apresentar certas limitações, esse índice tem sido usado com muita frequência por agências internacionais e têm sido de extrema relevância para comparações entre países. Informações retiradas do site do Ipea. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 23 out. 2017.

⁵ Os dados utilizados com a referência OXFAM BRASIL, 2017 não são produzidos por essa agência. São resultados de pesquisas de agências governamentais, não-governamentais e pesquisadores e pesquisadoras acadêmicos/as. Os dados tampouco fazem referência somente ao ano de 2017. Em sua maioria, os dados tratam de informações a partir dos anos 2000 até os dias atuais. Optamos por utilizar essa fonte pelo fato de os dados estarem sistematicamente organizados e reunidos em uma única publicação.

persistência dessas mesmas características entre as pessoas em situação de extrema pobreza. O perfil se repetia.

Assim, podemos observar que falar de pobreza é diferente de falar da pessoa pobre. Enquanto observamos uma mudança nos índices de pobreza, o perfil do pobre se manteve o mesmo. Como observado por Sarti (2011), os estudos sobre pobreza tratam-na como um fenômeno social, mas poucas vezes dão concretude ao indivíduo que vive nessa situação, ou seja, ao sujeito da pobreza. Seu estudo, realizado em um bairro pobre da cidade de São Paulo nos anos de 1990, voltou-se para esses sujeitos. Seu objetivo era compreender qual a moral e em que espaço social os indivíduos que estão mergulhados na pobreza se veem.

Focada na vida social e simbólica do pobre, Sarti (2011) foi capaz de identificar uma moral particular que regia a vida daquelas pessoas. Segundo ela, ser pobre era condição permeada por um significado negativo, mas que se contrabalanceava pela lógica do trabalhador – Sarti referia-se, especialmente, ao homem, porém, com a entrada massificada da mulher no mercado de trabalho, estendemos essa interpretação também à mulher. Ser trabalhador/a é estar disposto/a, e isso teria mais significado do que propriamente sua posição social.

Se o trabalhador se localiza como *pobre* no mundo social, não se considera *pobre de espírito*, porque tem os valores morais que lhe permitem, quando *cair no buraco*, *se levantar*. O valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o desqualifica socialmente (SARTI, 2011, p. 89).

Nessa ótica, o trabalho não é necessariamente uma exploração – ainda que esteja inserida dentro da relação capital-trabalho –, ele ganha um novo teor sociológico, que não exclui o anterior, mas é visto como agregação positiva da moral. Assim, o trabalho não é regido só pela lógica do cálculo econômico, embora seja significativa, mas também, por uma lógica moral. Nesse mesmo sentido, ter saúde passa a ter uma simbologia moral, já que estar disposto a trabalhar significa também ter saúde para trabalhar (SARTI, 2011). Ser pobre, trabalhador e “filho de deus” é o conjunto que orienta a honra e o direito da pessoa pobre, isto é, ela não é digna de um trabalho pela lógica do direito de cidadã, mas por sua condição de pobre, trabalhador e “filhos de deus” (SARTI, 2011).

Ser pobre, para além das inúmeras privações a que se está exposto/a, é, segundo Sarti (2011), aderir a um código moral, “distinto daquele que norteia a

lógica do mercado, dominante na sociedade capitalista, criando outras referências positivas para quem é visto como destituído, pelo prisma da sociedade mais ampla” (SARTI, 2011, p. 130). Frente aos obstáculos que enfrentam na sociedade capitalista, essas pessoas criam uma ordem moral própria que, no limite, faz sentido a partir de suas condições de vida. É no campo da moral que eles podem ser ricos, e os ricos podem ser pobres (SARTI, 2011). Ter trabalho e família são riquezas dentro dessa lógica e quem não os tem, seja rico ou pobre nas condições econômicas, sociais e políticas, é pobre.

Assim também apareceu a temática da pobreza entre nossas entrevistadas: a partir de uma lógica da moral. Uma delas, por exemplo, disse que não existem pessoas pobres, mas, sim, pessoas fracas e relacionou a pobreza a “coisas” do diabo. No sentido da lógica moral apontada por Sarti (2011), a pobreza, para essa mulher é cumprir os códigos valorizados, como trabalho e família, independentemente da renda. Outras também tratam a pobreza enquanto algo “ruim”, “péssimo”, uma situação muito constrangedora. Fazendo associações a adjetivos negativos, mas que não representam condições materiais de fato.

Entretanto, a falta de trabalho e de habitação é que foram os critérios mais repetidos. Entre as que disseram que não se consideram pobres, ter um “teto” foi o diferencial para não se colocarem nesse grupo. Como aponta Sarti (2011), para se colocar como “eu”, é preciso definir o “outro”, ou, para não se colocar como pobre, é preciso definir o outro como pobre. Uma delas disse o seguinte sobre sua situação: *“É uma casa humilde, mas é humilde que me deixa um pouco confortável, que eu tenho onde dormir, eu tenho o que comer, eu tenho uma televisão pra assistir, eu tenho um som pra ouvir”*. Aqui, podemos observar que não só a casa, mas a forma como ela está equipada é o diferencial que permite a essa mulher dizer que não se considera pobre.

Algumas ampliaram um pouco mais a noção de pobreza e afirmaram que estar nessa situação é *“não ter condições de nada”*. Além da falta de trabalho e teto, aparecem a falta de comida, os vestuários e uma rede de apoio (família e amigos). A rede de solidariedade, que não é regida pela lógica do mercado, também aparece em nossa pesquisa como um critério que diferencia pobres de não pobres. Uma de nossas entrevistadas, por exemplo, disse não ser pobre, porque tem um “teto”, uma família e recebe o benefício do Bolsa Família. A lógica da solidariedade também foi utilizada por outras mulheres para se definirem como pobres. Uma delas

disse que é pobre porque não pode ajudar outras pessoas; outra disse que é exatamente porque ajuda seus vizinhos (com pequenas quantidades de mantimentos) que não se considerava pobre.

Apenas uma, das oito mulheres, relacionou a pobreza à falta de direitos e oportunidades. Segundo ela, *“Nada, nada tem pro pobre. Sempre tudo pro pobre é mais difícil. Tem mais dificuldade. Pro rico não, pra conseguir. Pro rico é tudo fácil, escola, é... trabalho assim, concursos pra fazer. E pro pobre não, tudo é difícil”*. Ser pobre, nessa dimensão, é não ter acesso a oportunidades que considera relevantes para uma boa condição de vida, como escola, trabalho e, até mesmo, concursos.

Nessas respostas encontramos, então, duas grandes dimensões da pobreza: a material e a moral. A falta de alimento, habitação, vestuários e coisas básicas no geral, é o critério para diferenciar pessoas pobres de não pobres. Por outro lado, há também dimensões morais, como, por exemplo, a rede de apoio e a ideia de ser “fraca”. Não ter apoio, seja de amigos ou da família, ou ser uma pessoa fraca, torna alguém pobre, independente da condição material. Assim como apontado por Sarti (2011), as lógicas que se constroem fora do mercado são valorizadas por pessoas destituídas daquilo que o mercado valoriza e, por isso, passam a ser critério para definir quem é pobre ou não.

2 AS RECENTES TENTATIVAS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA NO BRASIL

A desigualdade e a pobreza são grandes problemas sociais na história e na atualidade do país. Todavia, um reconhecimento público e um pacto nacional para enfrentar a pobreza é algo recente na história do nosso país. Como veremos neste capítulo, historicamente, as resoluções desses problemas estiveram relacionadas à caridade, à religião, ao clientelismo e ao assistencialismo, e, de fato, só se tornaram uma política pública estatal com a promulgação da Constituição de 1988, ainda que as implementações dessas políticas tenham sido mais tardias que esse marco.

O objetivo específico deste capítulo é mapear, ainda que brevemente, as políticas sociais no Brasil, com ênfase nas políticas mais recentes de enfrentamento à pobreza, destacando os principais problemas que se colocam nessa arena. Assim, na primeira seção fazemos um retrospecto histórico das políticas sociais brasileiras, destacando o percurso das políticas de enfrentamento da pobreza. Em um segundo momento, focamos-nos nas viabilidades que essas políticas tem de fato apresentado no que se refere às saídas da pobreza. Por último, levantamos o debate sobre as possibilidades na relação escolaridade e renda como uma possível combinação de sucesso para a saída da pobreza, uma das hipóteses deste trabalho.

2.1 AS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS: COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?

Convencionou-se datar os anos de 1930 como o início do processo de construção do sistema brasileiro de política social (COHN, 2005). Esse sistema estava fundado no tripé “Estado nacional, industrialização e leis trabalhistas” (COHN, 2005). Cabe destacar que, antes mesmo dessa data, com a garantia do direito à livre sindicalização e ao fortalecimento dessas organizações, os sindicatos já haviam assegurado algo que pode ser considerado o marco de criação da previdência social brasileira: a Lei Eloy Chaves. Promulgada em 1923, foi a primeira forma legal de seguro coletivo obrigatório criado para empregados de empresas ferroviárias, servindo como modelo para tantos outros fundos previdenciários que surgiram na primeira metade do século XX (KERSTENETZKY, 2012). De toda forma, é durante a década de 1930, no governo Vargas, que esse sistema será organizado e ampliado.

Há de se reconhecer que o tipo de Estado corporativista que se moldou durante os governos Vargas, por certo, realizou uma intervenção estatal na relação capital trabalho significativamente marcada pela política do Salário Mínimo (1938) e pela constituição da CLT (1943). Por outro lado, e aí já aparecem os limites desse primeiro passo, construiu-se uma política social com cobertura extremamente limitada, que não reconhecia a existência da informalidade e excluía aqueles em condição “pré-mercantil” (rurais). Além disso, dava pouca ou nenhuma atenção aos riscos não trabalhistas, como saúde pública, saneamento, educação, habitação etc. (KERSTENETZKY, 2012). Segundo Amélia Cohn (2005), essa configuração das políticas sociais não garantia um *status* igual de cidadania, pelo contrário, garantia direitos sociais de cidadãos somente aos assalariados urbanos que, como não podemos esquecer, eram em sua maioria homens brancos com escolaridade acima da média e não totalizavam mais que 30% da população (COMIN, 2015; KERSTENETZKY, 2012).

Quanto à outra parcela da população, isto é, aqueles/as que estavam fora do mercado de trabalho formal – uma grande massa de pessoas resultante do acelerado processo de industrialização e urbanização que ocorreu nesse período – pouco podia contar com o compromisso do estado corporativista. Falava-se em oficializar a assistência social “elevando-a à condição de um serviço público” (SCHWARTZMAN, 2001, s/p) e, nesse sentido, até foi criado o Instituto de Serviços Sociais do Brasil vinculado ao Ministério do Trabalho, porém o que se encontrava era uma assistência social resumida na filantropia e na “ajuda aos carentes”, realizadas por grupos religiosos e outras organizações civis, com pouca participação estatal. Em resumo,

a carteira de trabalho significava o passaporte para o acesso ao sistema de proteção social brasileiro, cabendo à filantropia ou a serviços residuais do Estado a cobertura de direitos mínimos a quem era extremamente pobre. A pobreza não se configurava como um fenômeno estrutural da nossa sociedade, e o papel estabelecido para as políticas sociais consistia em criar condições ao desenvolvimento da economia (COHN, 2005, p. 49).

Durante o período da Ditadura Militar, denominado por Célia Lessa Kerstenetzky (2012) de “universalização básica” no que se refere às políticas sociais, assistimos à implementação de políticas caracterizadas por uma “massificação, sem universalização efetiva, com ampliação desigual de proteção e oportunidades” (KERSTENETZKY, 2012, p. 201). Isso ocorreu porque, apesar de incluir na

previdência social os trabalhadores/as rurais, as domésticas e autônomos/as, não garantiu a esses os mesmos direitos dispostos para trabalhadores/as formais e urbanos. A educação e a saúde também passaram por um processo de massificação, porém, realizado através de políticas fiscais que incentivavam os serviços privados, o que, mais uma vez, gerava e fortalecia diferenciações nos acessos a serviços sociais.

Desse modo, havia no Brasil, no final dos anos de 1980, um sistema de políticas públicas ainda limitado em sua cobertura e que garantia acesso e benefícios diferenciados aos estratos da população brasileira, reforçando, mais do que amenizando, as desigualdades sociais. Com a realização de uma nova carta constitucional, porém, as esperanças de uma mudança de direção afloraram. A nova Constituição assegurou, então, um feito histórico: garantiu, para além dos direitos civis e políticos, os direitos sociais a toda e todo cidadã/o brasileira/o. A Carta de 1988 trazia como novidades para o campo social a universalização da previdência (incluindo o meio rural), a assistência social como política pública, a universalização da educação fundamental e média, a universalização da saúde em todos os níveis, o salário mínimo como valor piso dos benefícios constitucionais, a introdução do critério *per capita* para repasse de recursos e a garantia de participação e controle social dessas políticas (KERSTENETZKY, 2012). Além disso, definiu o tripé da Seguridade Social da seguinte maneira: Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Segundo Kerstenetzky (2012, p. 214), do período de redemocratização até a primeira década do século XXI, passamos por momentos de expansão e contração dos gastos sociais, foram momentos marcados pelas “determinações expansionistas da Constituição Federal de 1988, os sucessivos ajustes fiscais, as taxas de crescimento econômico e, finalmente, mas não menos importante, as estratégias governamentais de manejo dessas restrições”. Na leitura de Schwartzman (2001), essas disputas, que caracterizam as idas e vindas na formulação e implementação das políticas, são reflexo da ilusão de que haveria recurso público suficiente para garantir benefícios sociais a toda a sociedade. Para o autor, apesar de garantir uma igualdade de direito, serão os grupos mais organizados e articulados os que de fato terão acesso aos direitos sociais, o que reproduziria, mais uma vez, tratamentos diferentes a diferentes estratos (SCHWARTZMAN, 2001).

De toda forma, o que vemos ao longo desse período é a implementação, ainda que lenta, de políticas previstas pela Constituição. Especialmente, no que diz respeito às políticas de assistência social, houve, em 1993,

a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamenta e garante as leis presentes na Constituição, em especial o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que representava um grande passo, como uma política não contributiva que repassa o valor de um salário mínimo aos beneficiários. Todavia, somente em 1996 a LOAS, bem como o BPC, foram implementados. Também em 1996 foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), uma transferência de renda para as famílias condicionada à frequência escolar. O PETI foi a primeira transferência de renda em nível federal e estava ligada à Secretaria de Assistência Social. O valor repassado era de R\$25,00 reais para famílias de áreas rurais e 40,00 para áreas urbanas (KERSTENETZKY, 2012; SOARES; SÁTYRO, 2009).

Além disso, assistimos, durante o final da década de 1990 e início dos anos 2000, o surgimento de diversas experiências de programas voltados para o enfrentamento da pobreza nos três entes federados, uma novidade na história do país. Universais, focalizados, emergenciais ou contínuos, diversas foram as roupagens que as políticas dirigidas a situações de pobreza e vulnerabilidade social tomaram nessa época, dando um novo formato e conteúdo às políticas de assistência social (AZEVEDO, BURLANDY, 2010), mas, de fato, o modelo que se destacou foram as transferências de renda condicionadas e focalizadas.

Com as primeiras experiências municipais nas cidades de Brasília, Campinas e Ribeirão Preto no ano de 1995, as transferências foram emergindo no nível federal em diferentes Ministérios, com objetivos pontuais, mas que, no limite, compartilhavam o mesmo público. Assim, depois da criação do PETI em 1996 pela Secretaria de Assistência Social, foram criados, em 2001, o Programa Bolsa Escola Federal pelo Ministério da Educação e o Bolsa Alimentação pelo Ministério da Saúde, ambos tinham como público famílias pobres com crianças e adolescentes, transferiam renda direta às famílias e incluíam condicionalidades específicas, no geral, voltadas à frequência escolar e ao acompanhamento de saúde básica (aleitamento, pré-natais e vacinação). Em 2003, surgiu, ainda, o Cartão Alimentação, voltado para famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, sem condicionalidades, mas com a restrição de que o valor poderia ser gasto apenas com alimentação. Além disso, existia ainda o Auxílio Gás, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, que concedia um vale gás às famílias pobres (SOARES, SÁTYRO, 2009).

Como bem resumido por Sergei Soares e Natália Sátyro (2009, p. 10), “a situação dos programas de transferência de renda condicionada em 2003 era simples: o caos”. Cada programa estava vinculado a um Ministério, possuíam regras e cortes da linha de pobreza diferentes e, além de tudo isso, tinham grandes dificuldades de articulação. Ainda que aqui estejamos dando destaque aos programas federais, é importante lembrar que havia programas desse tipo em diversos estados e municípios, e a articulação entre esses era ainda mais precária. “O que existia não se assemelhava, mesmo remotamente, com um sistema de proteção social. Era um emaranhado de iniciativas isoladas, com objetivos diferentes, porém sobrepostos, e para públicos diferentes, mas também sobrepostos” (SOARES, SÁTYRO, 2009, p. 10).

Em outubro de 2003, foi dado um passo na tentativa de unificação entre programas já existentes e o recém-criado Fome Zero. Surgiu, assim, o Programa Bolsa Família (PBF). Em 2004, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)⁶ e o aperfeiçoamento do Cadastro Único, o PBF foi se estruturando, unificando os benefícios e aumentando a cobertura de seu público (SOARES, SÁTYRO, 2009; AZEVEDO, BURLANDY, 2010; COHN, 2005). A partir de 2011, uma mudança significativa foi dada na política de enfrentamento da pobreza no Brasil com a implementação do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Na subseção seguinte, abordaremos especificamente a literatura sobre política de transferência de renda e as possibilidades para caminhos futuros no combate à pobreza no Brasil.

2.1.1 *Da transferência de renda às políticas intersetoriais*

Em primeiro lugar, salientamos que a transferência de renda enquanto política de combate à pobreza é considerada um avanço em uma perspectiva histórica. Segundo Barbara Cobo Soares (2010), desde os primeiros debates e experiências de implementação desse tipo de política, que datam de logo após o fim da II Guerra Mundial nos países centrais, as transferências monetárias têm se apresentado como mais efetivas que as transferências *in-kind* (em produtos). Segundo a autora, porque elas têm as vantagens de: 1) combater o caráter paternalista, possibilitando o aumento da liberdade de escolha da/o beneficiária/o ao

⁶ Na época chamado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

garantir o dinheiro e não o produto; 2) evitar a distorção dos preços, isto é, que haja uma alteração do preço de mercado para os produtos que são transferidos nas experiências *in-kind*; 3) apresentar duas vantagens administrativas: são mais baratas e apresentam maior facilidade de gestão (SOARES, 2010).

As transferências de renda dividem-se em duas grandes tipologias: aquelas de benefícios universais e aquelas de benefícios focalizados. De modo resumido, podemos dizer que as transferências universais não exigem comprovação de renda e utilizam de outros critérios para definir seu público, por exemplo, na presença ou não de criança na família ou em *coortes* geracionais. São chamadas também de *ex-antes*, pois a transferência não se dá por um recorte de renda, mas exerce um papel mais preventivo. A ideia é que transferências desse tipo permitem escolhas de trabalhos com melhores condições, além de ter maior probabilidade de não obrigação das mulheres sobre o trabalho de cuidado (SOARES, 2010).

Por sua vez, as transferências com benefícios focalizados atingem, por objetivo, as famílias comprovadamente pobres e, diferentemente da anterior, funcionam com a lógica *ex-post*, ou seja, pagam a diferença necessária para suas e seus beneficiárias/os atingirem a linha definida da pobreza ou apenas um valor para aquelas/es que estão abaixo da linha da pobreza sem compromisso com o resultado de que a família ultrapassará o limite da pobreza⁷. Tornaram-se muito comuns em países em desenvolvimento, em especial na América Latina, porém não há pesquisas suficientes que comprovem um impacto ou eficiência maior desse tipo de desenho ante as políticas universais (SOARES, 2010).

No caso das políticas focalizadas, um dos critérios de permanência no Programa mais utilizados são as denominadas condicionalidades. Isso significa que os indivíduos só recebem o benefício ao cumprir as contrapartidas exigidas pela instituição que gerencia a transferência. As condicionalidades podem ser do tipo *workfare*, para aquelas que incentivam o trabalho por meio de capacitações, e do tipo *welfare*, que estimulam os serviços ofertados, como educação e saúde (SOARES, 2010). O programa brasileiro Bolsa Família é desenhado dessa forma, como uma política de transferência de renda focalizada, em que a manutenção está vinculada ao

⁷ O Programa Bolsa Família, por exemplo, só passou a pagar o valor necessário para que todas/os suas e seus beneficiárias/os estejam acima da linha da pobreza a partir do Plano Brasil Sem Miséria (2011). Antes disso, o Programa transferia um valor determinado às famílias independente do resultado que isso teria, ou seja, as famílias podiam receber o benefício e mesmo assim continuarem abaixo da linha da pobreza.

cumprimento da condicionalidade do tipo *welfare*, isto é, por meio das condicionalidades que reforçam os serviços de educação, saúde e assistência social.

De modo geral, a política de transferência de renda direta, focalizada e condicionada não é uma especificidade brasileira. Na verdade, tornou-se massificada em boa parte da América Latina, onde se constituiu como principal instrumento de alívio da pobreza. Dessa forma, segundo Soares (2010), ela perdeu seu sentido original, isto é, de inserir na rede de proteção aqueles/as que, por algum motivo, não estavam integrados/as, e se tornou um fim em si mesma, tornou-se a própria política social. Isso, de fato, será um problema no caso brasileiro, pois, como consequência da trajetória específica que tomou, o Bolsa Família nem sempre caminhou ou caminha em conjunto com a política de assistência social (BICHIR, 2016).

Para se ter ideia da dimensão desses programas nos países latinos, vale dizer que já foram mais de 40 programas de transferência de renda, em 18 países, que atingiram mais de 113 milhões de pessoas (19% da população total) (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2011). De modo geral, os pontos em comum desses programas são os fatos de as transferências se darem de forma monetária, por instituírem condicionalidades e, por fim, e que muito nos interessa aqui, o fato de terem as mulheres como a maioria das titulares. Além disso, esses programas compartilham, de modo mais ou menos parecido, de dois objetivos: 1) alívio imediato da pobreza; 2) fortalecimento do “capital humano” das crianças e adolescentes para uma possível quebra do ciclo intergeracional da pobreza (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2011). Por outro lado, há diferenças importantes nas concepções e saídas propostas para esses objetivos, como debateremos mais avante neste trabalho.

Assim, uma característica comum desses programas e que nos parece um problema central, por vezes pouco explorado, ou até mesmo distorcido, é a titularidade feminina. No caso brasileiro, por exemplo, 92% dos titulares do programa são mulheres⁸. Assim, se as mulheres têm, para o Programa Bolsa Família e para os outros tantos programas do mesmo perfil, a preferência para assumirem a titularidade do benefício, o marcador de gênero não pode ser ignorado. No argumento levantado por Silvana Mariano e Cássia Carloto (2009), dada a abrangência do PBF – e, podemos dizer, de todos esses programas latinos – eles se tornaram um objeto

⁸ BARTHOLO, Letícia et al. Bolsa família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Rio de Janeiro: IPEA, 2017. (Texto para discussão 2331).

importante de reflexão sobre como o Estado incorpora os papéis tradicionais de gênero e família.

Segundo Ana Fonseca (2010), dois argumentos estariam em um plano de fundo para o fato de as mulheres serem titulares dos programas de transferência de renda. A primeira hipótese é que a transferência de renda no nome das mulheres equilibraria a diferença de poder entre homens e mulheres e, por consequência, essa relação entre gêneros mudaria. A segunda é que as mulheres utilizariam melhor o recurso para a família e cumpririam as condicionalidades com maior naturalidade. Pesquisas, como a de Mariano e Carloto (2009), mostram como o segundo argumento é que tem imperado no desenho do PBF, que utiliza o tradicional papel social delegado às mulheres, ligado à esfera reprodutiva e de cuidado, para fazer a interlocução entre as ações estatais e a família.

Para Corina Rodríguez Enríquez (2011), a primeira hipótese levantada por Fonseca (2010) não tem sido verdadeiramente encontrada nos programas de transferência de renda latinos, o que inclui o PBF. Para ela, o fato de o cartão estar no nome da mulher “*no implica que tenga incorporado enfoque de género, ni garantiza que contribuya a la promoción de los derechos de las mujeres y a igualdad de género*” (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2011, p. 22). Assim, denominará o papel reservado às mulheres nesses programas como beneficiárias operativas.

Las mujeres son, por tanto, beneficiarias operativas. Esta funcionalidad se sostiene en la creencia de que las mujeres tienen una mayor predisposición “natural” a redistribuir los recursos al resto de los miembros del hogar, a una actitud altruísta a favor del bienestar de los niños y las niñas, y a un manejo más prudente, cauteloso, cuidadoso y eficiente de los recursos (RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, 2011, p. 22).

Nessa esteira, o PBF e as políticas de assistência social brasileiras, bem como os programas de transferência de renda latinos, ao identificarem a mulher como mediadora do grupo familiar, acabam por tratá-las enquanto meio e não fim da política social. Por outro lado, devemos reconhecer que a própria assistência social e o Programa Bolsa Família produziram uma entrada das mulheres na vida pública por meio de sua configuração e desenho, isto é, as mulheres passaram a frequentar outros espaços públicos através da política de assistência (CRAS, UBS etc.). Sendo assim, essa situação nos parece uma saída ambígua, porque os problemas que trazem tais mulheres à esfera pública, nesse caso, têm relação direta com as necessidades relacionadas ao privado, o que resultaria em uma passagem incompleta

e insuficiente para o avanço das mulheres à esfera do público, do político, do produtivo etc. (CARLOTO; MARIANO, 2010).

Quando tratamos das mulheres beneficiárias do Bolsa Família, estamos falando de uma parcela considerável da população brasileira, com o recorte específico de classe. O PBF e, mais recentemente, o Plano Brasil Sem Miséria têm sido os carros chefes das políticas de combate à pobreza no Brasil. Uma das características realçadas, quando falamos do PBF, é o tamanho do seu público. Em junho de 2018, por exemplo, eram 13,7 milhões de famílias⁹, e o pequeno custo que ele significou, no ano de 2016, foi de 0,5% do PIB¹⁰. Segundo o MDS (BRASIL, 2018a), o PBF está focalizado em famílias pobres e extremamente pobres, sendo os valores das linhas de corte frequentemente reajustados. Em junho de 2018, era considerada pobre a família com renda *per capita* de R\$ 89,01,00 até R\$ 178,00 reais, com crianças e adolescentes na sua composição, e extremamente pobre, aquela com renda *per capita* de até R\$ 89,00 reais, independentemente da composição familiar. Além desse critério, também é preciso estar com o Cadastro Único atualizado para cumprir as exigências de seleção.

Outra característica do Programa, e que nem sempre é destacada, é seu caráter seletivo para além da focalização. Isso significa que, na prática, não basta estar dentro dos critérios, é preciso que haja cota disponível na cidade. Essa situação já gerou filas longas e sem previsão de andamento na espera pelo recebimento do benefício, acarretando a situação de existir público elegível sem cobertura (SOARES, SÁTYRO, 2009). Porém, mais recentemente (2017-2018), o governo tem anunciado que as filas foram “zeradas”¹¹. Os mecanismos para controle e cruzamento de informações estão cada vez mais aprimorados, o que tem resultado em uma velocidade maior na suspensão e na liberação dos benefícios.

O desenho do Bolsa Família está organizado em três eixos de ação. Os dois primeiros, já destacados, complemento da renda, através da transferência, e acesso a direitos, por meio das condicionalidades, e o terceiro, fundamentado na

⁹ Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/junho/bolsa-familia-beneficia-mais-de-13-7-milhoes-de-familias-em-junho>>. Acesso em: 29 ago. de 2018.

¹⁰ Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/maio/bolsa-familia-nao-substitui-renda-do-trabalhador>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

¹¹ Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/radio-1/2018/abril/alberto-beltrame-apresenta-as-acoes-do-mds-na-primeira-reuniao-com-o-presidente-temer>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

“articulação com outras ações”, com o objetivo de auxiliar a superação da situação de vulnerabilidade, a partir da integração com outras políticas sociais (BRASIL, 2018a).

A transferência do dinheiro pode variar de acordo com a composição e a renda familiar. Caso a família se enquadre no perfil “extremamente pobre”, ela receberá o benefício básico, que atualmente é de R\$89,00 reais. Além disso, essas famílias, bem como as famílias na faixa de “pobreza”, podem receber a soma de até cinco variáveis. Caso a soma desses valores não seja suficiente para atingir a linha da pobreza, a família recebe a variável para a superação da pobreza. Esses benefícios encontram-se discriminados no quadro abaixo.

Quadro 2 – Tipologias de benefícios concedidos pelo PBF¹²

Benefício	Valor	CrITÉrios e condicionalidades
Benefício Básico	R\$89,00	Pago às famílias extremamente pobres (renda mensal <i>per capita</i> de até R\$ 89,00).
Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos.	R\$41,00	Pago às famílias com crianças ou adolescente de 0 a 15 anos de idade na composição. É exigida frequência escolar de no mínimo 85% das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade.
Benefício Variável Vinculado à Gestante	R\$41,00	Pago às famílias que tenham grávidas em sua composição. São repassadas nove parcelas mensais. O benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.
Benefício Variável Vinculado à Nutriz.	R\$41,00	Pago às famílias que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. São seis parcelas mensais. Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (até dois por família).	R\$48,00	Pago às famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes de no mínimo 75%.
Benefício para Superação da Extrema Pobreza.	Valor calculado para cada família.	Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 89,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa. O valor é calculado caso a caso, de acordo com a composição e a renda familiar, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 89,00 de renda <i>per capita</i> .

Fonte: BRASIL, 2018a.

Elaboração: Autora

¹² Valores referentes ao mesmo de agosto de 2018.

Com o objetivo de garantir o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e, dessa forma, buscar o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, as condicionalidades aparecem como segundo eixo do Programa. Assim, em contrapartida ao recebimento do benefício, a titular deve garantir o cumprimento dessas normas. Para o MDS (BRASIL, 2018a), as condicionalidades não seriam regidas por uma lógica punitiva e, sim, de acesso à garantia de direitos básicos. Dessa forma, o PBF cumpriria o papel de “reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde (...), mas não são apenas os beneficiários que têm a responsabilidade de cumprir esses compromissos. O poder público também deve ter um foco nessas famílias ao garantir a elas a oferta e a qualidade dos serviços” (BRASIL, 2018a, s/p). Apesar de afirmarem isso, as condicionalidades continuam a ser cobradas apenas dos beneficiários, pois, como se sabe bem, a oferta de educação e saúde no Brasil está longe dos critérios de qualidade necessária para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

Como vimos no Quadro 2, as condicionalidades estão concentradas nas áreas de educação e saúde. Além dos compromissos já destacados no quadro, isto é, frequência escolar mínima das crianças e adolescentes¹³, a titular do benefício deve ainda garantir que a carteira de vacinação, as pesagens e o acompanhamento das crianças menores de 7 anos pelas Unidades de Saúde estejam em dia. No que se refere às gestantes, elas devem realizar o pré-natal e ir às consultas indicadas pela Unidade de Saúde (BRASIL, 2018a).

Quanto à ação de programas complementares, o terceiro eixo, pouca atenção foi dada nos primeiros anos do Programa, se comparado aos dois primeiros eixos (BICHIR, 2015). O MDS (2018, s/p) fala em “diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, com efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo”. Todavia, não está claro que ações, exatamente, envolvem a criação dessas oportunidades. Além de não deixar isso claro no texto da política, é o eixo mais integrado com outras ações, o que o faz depender da disposição de outros Ministérios e ou de outras áreas dentro do próprio MDS.

¹³ Segundo o MDS (2018) “Para as situações em que as crianças ou os adolescentes tenham que faltar às aulas, é importante que a família informe o motivo na escola, que o marcará no sistema onde se registra o acompanhamento da frequência escolar, o Sistema Presença/MEC. Para isso, são disponibilizados 88 motivos no Sistema”

Somando as condicionalidades às ações complementares e à transferência de renda, entendemos que o governo assume a postura de tratar a pobreza de forma multidimensional, porém sem propor um enfrentamento do mesmo tipo. Portanto, sem investir de forma significativa e com qualidade suficientes nas áreas de educação, saúde, saneamento, habitação, geração de trabalho e renda, e outras tantas áreas fundamentais no enfrentamento multidimensional da pobreza, a ação dessa política tem sido centrada na complementação da renda. Esse cenário corresponde ao que Lena Lavinas (2015) tem chamado de financeirização da política social brasileira, isto é, uma prevalência das transferências monetárias sobre a desmercantilização dos serviços.

Na visão de Schwartzman (2007), o que tem ocorrido em relação às outras políticas, como saúde e educação, é substituir o sistema de oferta de serviços pelo de demanda ou, como o autor denomina, a concessão do sistema de *vouchers*¹⁴, em especial sobre a educação. Segundo Giselle Monnerat et al (2007), as condicionalidades do PBF apresentam grandes problemas.

A controvérsia aparece, por um lado, no reconhecimento de que as condicionalidades do programa têm potencial de pressionar a demanda sobre os serviços de educação e saúde, o que, de certa forma, pode representar uma oportunidade ímpar para ampliar o acesso de um contingente importante da população aos circuitos de oferta de serviços sociais e, por outro lado, se traduz na ideia de que, à medida que o direito social é condicionado ao cumprimento de obrigações, podem ser ameaçados os princípios de cidadania (MONNERAT et al, 2007, p. 1459).

Inicialmente as condicionalidades eram pouco fiscalizadas, mas, depois de 2006, a gestão passou a criar meios de fiscalização mais eficazes e rígidos. Todavia, atualmente, pelo menos no discurso oficial do MDS, as condicionalidades parecem mais como “estratégia” para identificar famílias vulneráveis do que como uma punição. Mesmo assim, a questão ainda é problemática. Identificada tal família, os impasses continuam, dado que a contrapartida que o Estado oferece a elas ainda é pequena. Se o pressuposto das condicionalidades de saúde e educação é aumentar o capital humano para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza, a qualidade com

¹⁴ “O complemento natural desta política [de *voucher*] seria privatizar ou dar autonomia às escolas, eliminando ou reduzindo os sistemas públicos de educação, como foi feito no Chile (Gauri and Vawda 2003; Saldanha 2007). Os programas de transferência de renda não incorporam explicitamente este complemento, mas colocam ênfase no controle social e comunitário das escolas, que teriam a responsabilidade de garantir que as condicionalidades dos programas estão sendo cumpridas” (SCHWARTZMAN, 2007, p.9).

que esses serviços chegam às pessoas mais vulneráveis é, no mínimo, insuficiente para alcançar tal objetivo, além de outros problemas que esse tipo de pressuposto envolve.

De tudo, o que nos parece positivo no desenho das condicionalidades é a tentativa de articulação com outras políticas, nesse caso, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. A articulação intersetorial das políticas é chave para o terceiro eixo do PBF: as ações complementares. Este último eixo é o menos desenvolvido, até mesmo por sua natureza de dependência de outras articulações fora da gestão do PBF. Com a implementação do Plano Brasil Sem Miséria, esse eixo tem ganhado mais atenção, mas ainda com uma série de dificuldades na implementação.

Ao revisar a bibliografia que trata dessas políticas complementares, é possível observar que até dado momento as políticas relacionadas a esse eixo do Programa estavam organizadas de maneira clara e acessível no próprio *site* do MDS, especificamente, nas páginas vinculadas ao PBF (BATISTA, 2016). Todavia, já não é assim que se organiza o acesso a essas informações nas páginas do MDS, o que revela também uma mudança na direção da política pública. Atualmente, as políticas que antes estavam elencadas como ações complementares, hoje, aparecem vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria.

O PBSM, lançado em 2011, tem como objetivo geral o combate à extrema pobreza, reconhecendo que o fenômeno da pobreza vai além da falta de rendimento. Segundo o próprio MDS, “segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso a água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. E todas elas são prioridades no Plano” (BRASIL, 2018b, s/p). O PBSM, muito próximo ao PBF – e diríamos até mesmo repetitivo em alguns aspectos – também conta com três eixos de atuação: 1) garantia de renda, com o objetivo de alívio imediato da pobreza; 2) acesso a serviços públicos, como meio de melhorar a educação, a saúde e a cidadania das famílias em situação de pobreza; 3) inclusão produtiva, como forma de aumentar as oportunidades e capacidades de geração de trabalho e renda das famílias (BRASIL, 2018b). Apesar das semelhanças com os eixos do PBF, a terceira esfera de ações está mais delimitada e objetiva nesse desenho.

Apesar de ser coordenado pelo MDS, o PBSM conta com a articulação de 22 Ministérios, além da ação integrada com estados e municípios,

bancos públicos, entidades privadas e organizações civis (BRASIL, 2018b). Entre as políticas articuladas, há sempre a predileção por beneficiárias/os do PBF ou pessoas inscritas no Cadastro Único, o que revela a centralidade desse programa, bem como de seu instrumento. O desenho do PBSM está formulado da maneira descritas no Quadro 3.

Quadro 3 – Eixos, programas e ministérios integrados ao Plano Brasil sem Miséria

Área	Programa/Ação	Ministério Responsável
Inclusão Produtiva Urbana	PRONATEC	Ministério da Educação
	Acessuas Trabalho	Ministério do Desenvolvimento Social
	Intermediação de Mão de Obra	Ministério de Trabalho e Emprego
	Aprendizagem	Ministério do Desenvolvimento Social
	Empreendedorismo	Sebrae
	Microcrédito Produtivo Orientado	Ministério de Trabalho e Emprego
	Economia Solidária	Ministério de Trabalho e Emprego
Inclusão Produtiva Rural	Fomento	Ministério do Desenvolvimento Social
	Programa de Aquisição de Alimentos	Ministério do Desenvolvimento Agrário
	Programa Água para todos	Integração Nacional
	Programa Luz para todos	Ministério do Meio Ambiente
	Bolsa Verde	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Acesso a serviços	Assistência Social (Lancha da Assistência, Equipes volantes, CRAS, CREAS, Centros POP)	Ministério do Desenvolvimento Social
	Educação - Mais Educação	Ministério da Educação
	Saúde (UBS's, Saúde da Família, Distribuição de medicamentos, Saúde na Escola, Doenças Decorrentes e Perpetuadora da Pobreza)	Ministério da Saúde
	Habitação - Minha Casa Minha Vida	Ministério das Cidades
	Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos	Ministério do Desenvolvimento Social
Primeira Infância	Brasil Carinhoso – educação	Ministério da Educação
	Brasil Carinhoso – saúde	Ministério da Saúde
Garantia de Renda	Programa Bolsa Família	Ministério do Desenvolvimento Social
	BPC	Ministério do Desenvolvimento Social
Busca Ativa	Busca Ativa	Ministério do Desenvolvimento Social
Participação Social	Diálogos Governo – Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria	Ministério do Desenvolvimento Social e Secretária-geral da Presidência da República

Fonte: BRASIL, 2018b

Elaboração: Autora

Segundo o MDS, até o ano de 2014

Os aprimoramentos que o Plano proporcionou ao Bolsa Família permitiram acabar com a extrema pobreza no universo do programa, retirando 22 milhões de pessoas da miséria. Mais de 1,75 milhão de pessoas de baixa renda se matricularam em cursos de qualificação

profissional do Pronatec, melhorando suas perspectivas de trabalho e renda. Mais de 960 mil cisternas, incluindo as de consumo e as de produção, foram construídas e entregues desde o início do Brasil sem Miséria. E os repasses da Ação Brasil Carinhoso aos municípios contribuíram para que a quantidade de crianças do Bolsa Família matriculadas em creches aumentasse 33% entre 2011 e 2014. (BRASIL, 2018b, s/p).

Apesar da tentativa de evitar que o Plano fique conhecido como um *plus* do Bolsa Família (BICHIR, 2015), são ações direcionadas a ele que mais ganharam notoriedade. A partir de 2013, com a variável para “Superação da Pobreza Extrema”, o Plano garantiu que todas as famílias beneficiárias do PBF não tivessem renda *per capita* inferior a R\$ 89,00 reais (Quadro 2). Entretanto, é importante ressaltar que o corte de renda de “extrema pobreza” ou mesmo “pobreza”, considerados pelo Bolsa Família, não representa um consenso sobre a mensuração. A título de exemplo, em outubro de 2017, o Banco Mundial divulgou valores acerca da medição da pobreza. Para países com renda média alta, o que inclui o Brasil, o mínimo passou de US\$ 1,90 por dia para US\$ 5,90, o que significaria que 22,1% da população brasileira se encontraria nessa faixa de renda em 2015 (CUNHA; FAGUNDES, 2017). Essa medida está muito longe do piso do PBF, que atualmente está na casa de R\$ 5,93 diários.

De toda forma, a tentativa de articulação entre políticas intersetoriais caminha junto com as condicionalidades para o reconhecimento real da pobreza enquanto um problema multifacetado. Todavia, a implementação dessa articulação não é simples, nem mesmo dentro do próprio MDS, entre PBF e Assistência Social. Renata Bichir (2016) destaca como esses dois setores do MDS passaram por pontos de aproximação e distanciamento ao longo dos anos. A autora reconhece que, apesar de trajetórias e consolidações diferentes, Assistência Social e PBF têm se aproximado nas consolidações de suas agendas, principalmente porque em nível municipal têm utilizado da mesma estrutura, seja física ou de pessoal.

Segundo Bichir (2015), o desenho do PBF possui a capacidade de integrar outras políticas e somado ao Cadastro Único poderiam ser um elo integrador de combate multidimensional à pobreza. Assim, somando o Cadastro Único, a capilar rede de equipamentos públicos da Assistência Social (física e de recursos humanos), o próprio desenho do PBF e do PBSM, estaríamos no caminho de um enfrentamento da pobreza com organização institucional intersetorial. Todavia, a mesma autora reconhece que, embora os números de oferta de qualificação profissional para o

público do PBSM, por meio do sistema S, sejam bastante promissores, “as expectativas são menos otimistas do ponto de vista da intermediação de mão de obra, da inserção efetiva desse público capacitado” (BICHIR, 2015, p. 42), ou seja, há dúvidas se os resultados são realmente positivos.

Esse é um dos pontos sobre as dificuldades quando se trata das políticas intersetoriais do PBSM ou do PBF. Com exceção das políticas relacionadas às condicionalidades de educação e saúde, há poucos estudos sobre a implementação e os resultados das políticas intersetoriais enquanto políticas de combate à pobreza (BICHIR, 2016; BATISTA, 2016). Sendo assim, na tentativa de encontrarmos os pontos que ligam essas políticas aos resultados, buscamos, na próxima seção, saber as possibilidades e os caminhos que têm sido trilhados por essas políticas para as chamadas “portas de saída” da pobreza.

Não poderíamos encerrar esta seção sem antes destacar as incertezas de continuidade de todas as políticas até então mapeadas. Com a chamada PEC do Teto, aprovada no ano de 2016¹⁵, não se sabe ao certo o futuro de todas as políticas sociais. A mudança prevê um congelamento no orçamento dos gastos sociais pelos próximos 20 anos. Tal Lei compromete diretamente o desenvolvimento de todas as políticas aqui elencadas e, no limite, o próprio enfrentamento da pobreza por meio das políticas públicas.

2.2 AS “PORTAS DE SAÍDA” NAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Em um primeiro momento, é preciso frisar que, quando falamos de “portas de saída” nas políticas de enfrentamento da pobreza, não estamos necessariamente falando de superação da pobreza. Graduar-se em uma política de transferência de renda, para usar a terminologia de Tassara et al (2015), não significa sair da pobreza. Para as políticas e programas com um tempo determinado de permanência para as/os beneficiárias/os, essa diferença é mais evidente, ou seja, espera-se que naquele tempo o problema tenha sido resolvido e que o indivíduo ou a família já não necessitem mais da interferência estatal. Se, de fato, a pobreza foi superada não é a questão central, o que interessa é que, a partir de uma concepção

¹⁵ Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em: 03 set. 2018.

de pobreza, traça-se um plano com objetivos, metas e tempo predeterminados para superá-la.

Dentre os programas de transferência de renda que se desenvolveram na América Latina, diversas combinações resultaram em diferentes formas de lidar com as questões referentes às chamadas “portas de saída”. Podemos resumir essas combinações em três tipologias. A primeira define claramente a porta de saída, ao delimitar um tempo máximo de permanência no Programa, como é o caso do *Chile Solidario*. Uma segunda tipologia define a saída depois da formação das gerações mais jovens, como é o programa *Progressa/Oportunidades* do México. E um terceiro modelo seria o implementado no Uruguai, o *Plan de Asistencia Nacional a la Emergencia Social (PANES)*, que não limita um tempo máximo e vincula as portas de saída à outras políticas (SOARES, SÁTYRO, 2009, p. 19; TASSARA et al, 2015).

Portanto, as “portas de saída” estão relacionadas aos pressupostos e às concepções de pobreza que tais programa adotam. O Bolsa Família pode ser compreendido como resultado de dois modelos, ainda que haja certos problemas nessa fusão. Para Soares e Sátyro (2009), o PBF seria um “estranho no ninho”. Uma combinação um pouco desajustada entre programas que assumem o pressuposto da reprodução intergeracional da pobreza e aqueles que assumem a pobreza enquanto um problema multidimensional. Apesar de assumir o investimento no capital social das novas gerações, o PBF não delimita o teto de permanência relacionado a esse pressuposto. Por outro lado, mesmo sem portas de saída predefinidas, não se configura como uma política de proteção social, pois além da existência das condicionalidades, tem apresentado dificuldades em construir ações intersetoriais como saídas da pobreza, características desse tipo de desenho.

Assim, no que se refere ao Bolsa Família, duas são as principais formas de sair do Programa: por falta de cumprimento das condicionalidades ou por exceder a renda *per capita* utilizada como critério de seleção. No que diz respeito às condicionalidades, o MDS (BRASIL, 2018a) vem insistindo que elas têm sido utilizadas como uma ferramenta para diagnosticar famílias em situação de vulnerabilidade, como já vimos aqui. Caso haja descumprimento, a família é inicialmente advertida e deve procurar a gestão do PBF no município em que reside. Se os descumprimentos continuarem, a família pode ser bloqueada (suspensão de um mês do benefício que poderá ser sacado no próximo mês), suspensa até duas vezes (cada uma significa dois meses de suspensão do benefício sem ressarcimento

nos próximos meses) e então, por fim, cancelada (BRASIL, 2018a). Dados de 2014 mostram que a saída do Programa por falta de cumprimento da condicionalidade é quase nula. Nos meses de junho/julho de 2014, por exemplo, foram 220 cancelamentos pela condicionalidade da educação e 6 pela condicionalidade da saúde dos quase 9 milhões de famílias que estavam sendo acompanhadas em todo o país (WWP, 2016).

Em relação à saída por extrapolar a renda permitida, o PBSM acrescentou uma nova normativa: para as famílias que voluntariamente saírem do PBF justificando o aumento da renda, uma prioridade será dada caso precisem retornar à condição de beneficiárias. No entanto, como afirma Tassara et al (2015), essa tem sido uma tentativa sem muito sucesso, em especial pela desconfiança das famílias de que voltariam a receber o benefício com certa prioridade. Os dados sobre as famílias que deixaram o Programa não são identificam as motivações e também não explicitam quais dessas voltam para a receber o benefício (TASSARA et al, 2015).

De todo modo, o que há por trás de arranjos de estratégias de saída da pobreza como o do PBF e de outros programas, a despeito de todos os problemas, é a crença de que é possível que as famílias saiam da condição de pobreza através do acesso às políticas públicas. É importante frisar isso em um contexto em que há perspectivas que encontrem respostas para a saída da pobreza apenas nas políticas econômicas e de desenvolvimento. Ainda que elas sejam fundamentais, não são a única maneira de enfrentar esse problema (SOARES, SÁTYRO, 2009).

Assim, uma das ações desses Programas que se voltam para as estratégias de saída da pobreza é a geração de emprego e renda. O terceiro eixo de ação do Programa Bolsa Família, potencializado pelo Plano Brasil Sem Miséria, aparece como uma possibilidade de construção nesse sentido. No entanto, não está claro na concepção do PBF como isso se dará e, principalmente, como o desenho da política pública constrói e proporciona esse trajeto para as famílias beneficiárias.

Por isso, para Soares e Sátyro (2009), o Programa brasileiro é um caso de “portas entreabertas”, já que identificam certas potencialidades, especialmente no terceiro eixo do PBF e do PBSM, que, no entanto, ainda seriam insuficientes. Para eles, as ações complementares e a articulação com políticas de geração de renda teriam a potencialidade de se configurar como portas de saída, porém, por não oferecerem nenhum programa focalizado em beneficiários do PBF,

apenas articulando e garantindo a predileção desses, o Programa não apresenta claramente as chamadas portas de saída em seu desenho.

Como vimos na seção anterior, o PBSM é composto por uma série de ações que envolvem a integração entre políticas. A inclusão produtiva urbana é um foco importante quando falamos de “portas de saída”, dado que suas ações são voltadas para a geração de renda do público urbano, que representa mais de 90% dos/as beneficiárias/os do PBF. Todavia, essas políticas não têm sido efetivas na inclusão dos beneficiários do PBF no mercado de trabalho. Para Tassara et al (2015), um dos pontos negativos é que as ações caminham mais próximas da via da informalidade do que da formalidade, isto é, muitas não incluem o/a trabalhador/a na rede de mercados formais com a seguridades que ela envolve, mas se desenvolve através da lógica do empreendedorismo individual.

Estudos como o de Moreira (2013) demonstram as deficiências de uma política de Microempreendedor Individual (MEI) para a população beneficiária do Bolsa Família. O objetivo dessa política é facilitar a regulamentação e o aumento de cobertura previdenciária dos microempresários/as. O público alvo não se constitui exclusivamente as/os beneficiárias/os do PBF, ainda que essa política esteja ligada às ações do PBSM. Assim, como destaca Moreira (2013), no ano de 2013, apenas 7% das microempreendedoras/es individuais eram beneficiárias/os do Bolsa Família; um número muito reduzido para uma política que se pretende apresentar como uma possibilidade de construção da saída da condição de pobreza.

Outro fato que se destaca nos dados da pesquisa de Moreira (2013), e em pesquisas sobre outras políticas de geração de renda ligadas ao PBSM, como o microcrédito e a economia solidária (TASSARA et al, 2015), é a taxa superior de mulheres nesses programas. Esse tipo de característica mostra o quanto as mulheres, em especial as mais pobres, estão fora do mercado formal de trabalho. A inserção via empreendedorismo ainda é precária, visto que 40% das pessoas deixam de pagar a seguridade social depois de dois anos de criação da MEI (TASSARA et al 2015). Assim, esse tipo de política, além de ser uma pequena “fresta”, e não propriamente uma saída, ainda direciona para um mercado mais precário do que o formalizado, regulamentado pelas leis trabalhistas.

É reconhecido o quanto o PBF tem sido uma importante ferramenta para o alívio da pobreza no Brasil. Porém, mesmo depois de quase 15 anos de

existência, as “portas de saída” continuam incertas. A chamada “segunda geração”¹⁶ de beneficiárias tem aparecido em alguns contextos, o que mostra as dificuldades de alcançar o objetivo a longo prazo, isto é, o de quebra do ciclo intergeracional da pobreza. Como argumenta Tassara et al (2015), é preciso que as transferências de renda se conectem com o sistema de proteção social dos países para que se tornem mais efetivas. Universalização, inclusão e institucionalização das políticas, com objetivos a longo prazo, parecem ser necessárias para enfrentar o histórico problema da pobreza que envolve o Brasil e a América Latina (TASSARA et al, 2015).

2.3 ESCOLARIDADE, OCUPAÇÃO E RENDIMENTOS E O PROBLEMA DA CONVERSÃO

O possível sucesso da combinação entre escolaridade e rendimentos é outra conhecida estratégia quando falamos em saídas da pobreza que envolve políticas públicas. Baseada em teorias como a do capital humano, essa tese afirma uma relação positiva entre aumento da escolaridade e aumento da renda. Segundo Costa (2009), de forma sucinta, essa teoria está fundamentada na tese de que o capital humano, conjunto de habilidades, capacidades e destrezas, converte-se em valor de troca no mercado de trabalho. Esse raciocínio econômico, portanto, nos leva a crer que o aumento da escolaridade de cada indivíduo se converteria em melhores condições de vida a partir de melhores condições no mercado de trabalho.

Para parte da literatura, escolaridade, ocupação e rendimento são dimensões chave para explicar a produção e a reprodução da pobreza, isto é, a chance de estar empregado/a e receber uma remuneração razoável – fatores importantes para não estar em situação de pobreza – depende do grau de escolarização (OLIVEIRA, 2014, SCHWARTMAN, 2006). Todavia, ainda que essas dimensões estejam relacionadas, não explicam por si mesmas a dinâmica. Segundo Barros et al (1997), devemos observar que “o fato de o acesso à educação ser um importante meio de se evitar a pobreza, a falta de acesso à educação não necessariamente leva à situação de pobreza”, ou seja, apesar de haver não

¹⁶ Bolsa Família completa 10 anos e já chega à segunda geração. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsa-familia-completa-10-anos-ja-chega-segunda-geracao-8295415>>. Acesso em: 03 set. 2018.

MARIANO, Silvana; FERREIRA, Lina. As condicionalidades do Programa Bolsa Família e a quebra do ciclo intergeracional da pobreza. Anais V Seminário de Trabalho e Gênero e III Seminário Internacional Do PPGCS: Teorias, Pesquisas E Práticas Sociais, Uberlândia, 2014.

escolarizados em situação de pobreza, também há não escolarizados não pobres. Em resumo, destacamos que a escolarização pode não ser o único fator explicativo para a superação da pobreza.

Desde os anos de 1990 houve um aumento da taxa de escolaridade dos/as brasileiros/as. Como destaca Marcos Lisboa (2017), a partir de dados gerados pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica 2017/Todos Pela Educação garantir que a taxa de escolaridade brasileira continue aumentando, é importante por diversos fatores, sejam eles objetivos ou subjetivos. Os cálculos demonstram que a probabilidade de que um/a jovem com 35 anos que concluiu o ensino médio tenha uma ocupação é de 77%, enquanto para aqueles/as que não concluíram é de 50%. A probabilidade é que esses mais escolarizados tenham uma renda média mensal no valor de R\$ 1.425,00, mas, para jovens sem ensino médio, a previsão é de uma remuneração média de R\$ 643,00 (LISBOA, 2017). Além disso, nesse início de século, o crescimento das taxas de escolaridade ocorreu inversamente à queda do índice de Gini (OXFAM, 2017), o que corrobora a tese da relação positiva entre escolaridade e renda.

O perfil da escolaridade da população brasileira se alterou desde meados do século XX. Como destacado por Menezes Filho e Kirschbaum (2015), a distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) foi alterada de um perfil de 75% de pessoas com até 3 anos de estudos, em 1960, para 26% nessa mesma condição, em 2010. Atualmente, o grupo majoritário da PEA está representado por uma escolaridade entre 11 e 14 anos de estudo, o que significa ensino médio completo ou ensino superior incompleto. Esse número é resultado de um crescimento contínuo e, principalmente, de um *boom* a partir dos anos 2000 que, ainda segundo os autores, pode ser explicado pelo investimento em políticas educacionais e pelo próprio esforço das famílias brasileiras (MENEZES FILHO, KIRSCHBAUM, 2015).

Segundo a pesquisa desenvolvida por Barros et al (2007, p. 31), a escolaridade tem forte relação com a renda, ou, como o autor define, no Brasil “o mercado de trabalho funciona como um tradutor da desigualdade educacional em desigualdade de remuneração”. Em concordância com a explicação de Menezes Filho e Kirschbaum (2015), Barros et al (2007) afirma que a desigualdade educacional se traduz em desigualdade de renda, a depender também da demanda do mercado.

Desse modo, uma das hipóteses deste trabalho se constrói a partir das teses apresentadas que afirmam a correlação positiva entre escolaridade,

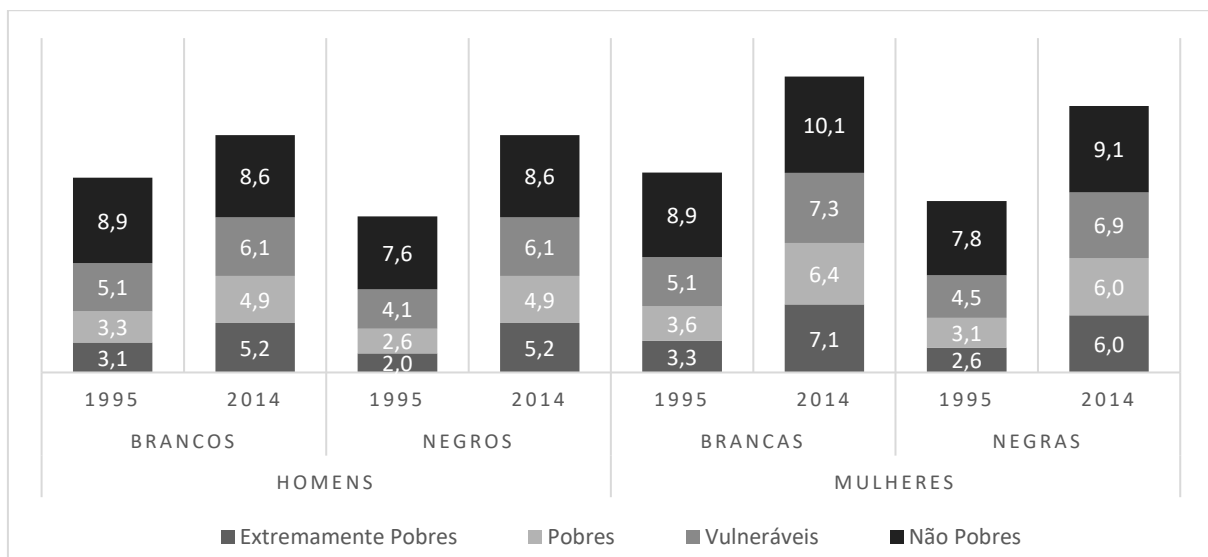
trabalho e renda. Entendemos que, sendo verdadeira essa correlação, ela se apresenta como um possível caminho para a saída da pobreza. Então, movida por saber qual a relação das mulheres que entrevistamos com a escolarização e com o mercado de trabalho, como possíveis caminhos para a superação da pobreza, partimos da hipótese de que, apesar de elas identificarem uma relação positiva entre escolaridade e renda, possuem baixa escolaridade e não planejam aumentar seu nível educacional. Dessa forma, com a baixa escolaridade, elas apostam no trabalho pago, ainda que em condições precárias ou informais, como possibilidade de saírem da situação de pobreza e depositam no futuro dos seus filhos o sucesso dessa possível relação.

Para verificarmos tal hipótese, em um primeiro momento, olhamos para os dados nacionais que mostram algumas relações entre escolaridade, trabalho e renda. Essa primeira etapa buscou, sempre que possível, ressaltar as diferenças que homens e mulheres, brancas/os e negras/os experimentam nas dimensões sociais destacadas.

Nos dados de escolaridade, diferenciando gênero e raça nos últimos 20 anos, encontramos a situação expressa no Gráfico 1¹⁷. Em 1995, a diferença da média de anos de estudo de uma mulher branca extremamente pobre para um homem branco na mesma condição era de 0,2, com vantagem para as mulheres. Em 2014, essa diferença aumentou para 0,4. Na condição de pobreza, a diferença de anos de estudo entre mulheres e homens brancos também é vantajosa para elas: 0,3 em 1995 e 1,0 em 2014. Já a diferença entre negras e negros é ainda mais destacada, mais uma vez, para elas. Nesse grupo, a diferença em anos de escolaridade entre mulheres e homens extremamente pobres em 1995 era de 0,6, em 2014 subiu para 0,9; já entre os pobres era de 0,5 anos em 1995 e de 1,1 em 2014. Em quase vinte anos, as mulheres aumentaram ainda mais a diferença de escolaridade em relação aos homens, até mesmo nas camadas mais baixas (extremamente pobres e pobres). Entre os grupos “vulneráveis” e “não pobres”, essa diferença continua positiva para as mulheres, apesar de menor.

¹⁷ A fonte dos dados utilizados nesta seção é o IBGE/PNAD do ano de 1995 até 2014. As tabelas e gráficos foram elaboradas pelo IPEA/DISOC e disponibilizadas através da plataforma Retrato das Desigualdade de Gênero e Raça. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/>>. Acesso em: 23 out. 2017. Exceção para o Gráfico 2.

Gráfico 1 – Média de Anos de Estudo da População de 15 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça e Situação de Pobreza (1) - Brasil, 1995 e 2014



Fonte: IBGE/PNAD/Retrato das Desigualdades

Elaboração: Autora

* a população negra é composta por pretos e pardos

** situação de pobreza calculada com base no rendimento mensal domiciliar *per capita* deflacionado pelo INPC, período de referências set./2014

*** a parcela da população que não informou anos de estudo não foi considerada para construção deste gráfico

(1) Extremamente pobres – renda domiciliar *per capita* de até R\$77,87; Pobres – renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R\$ 77,87 e menor que R\$ 155,74; Vulneráveis – renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R\$ 155,74 e menor que R\$724; Não pobres – renda domiciliar *per capita* maior ou igual a R\$724 (um salário mínimo de 2014).

Outro dado importante que aparece nesse gráfico é a diminuição da diferença de anos de estudos entre as “classes”. Enquanto em 1995 a diferença entre os “não pobres” e “extremamente pobres” atingia mais de 5 anos em todos os grupos de gênero e cor/raça, em 2014 essas médias caíram para a casa de 3 a 3,4 anos. Nesse sentido, podemos dizer que, no intervalo de anos de 1995 a 2014, houve uma diminuição da diferença de escolaridade entre pobres e não pobres.

Portanto, se a tese da conversão estiver correta, dada a diminuição na diferença de escolaridade entre os extremos das “classes”, em especial para as mulheres negras, poderíamos supor um aumento nas taxas de ocupação e rendimento dessas mulheres, em especial, para as mais escolarizadas. A Tabela 1 mostra uma melhora na diferença dos índices de participação para as mulheres, quando comparadas com homens com o mesmo tempo de estudo. Isso significa que, quando falamos de homens e mulheres, sejam brancos ou negros, com a mesma escolaridade, a diferença de participação atualmente é menor. Isso é verdade para as comparações entre homens e mulheres da mesma cor, com exceção dos negros e

negras com mais de 12 anos de estudo. Nessa comparação, a diferença de participação aumentou, o que significa que, para as mulheres negras com mais escolaridade, não houve uma melhora na diferença de participação no mercado de trabalho em comparação a homens negros no que depende da escolaridade.

Tabela 1 – Taxa de Participação das pessoas com 16 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça e Grupos de Anos de Estudo - Brasil, 1995 e 2014

	Homens				Mulheres			
	1995		2014		1995		2014	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branca	Negra	Branca	Negra
Menos de 1 ano	72,6	81,6	52,6	63,4	36,4	45,0	24,1	30,9
De 1 a 4 anos	83,6	88,1	65,5	75,4	48,1	54,4	34,8	45,2
De 5 a 8 anos	87,5	86,9	79,6	82,0	52,8	54,7	49,8	53,7
De 9 a 11 anos	85,5	88,2	83,3	85,7	61,3	68,9	63,1	66,4
12 anos ou mais	88,1	90,3	85,6	87,3	77,0	84,3	75,3	78,7

Fonte: IBGE/PNAD

Elaboração: Autora

* a população negra é composta por pretos e pardos

** taxa de participação: quociente entre a população economicamente ativa e a população total, na faixa etária determinada

*** são consideradas economicamente ativas as pessoas ocupadas e desocupadas (desde que procurando emprego) na semana de referência

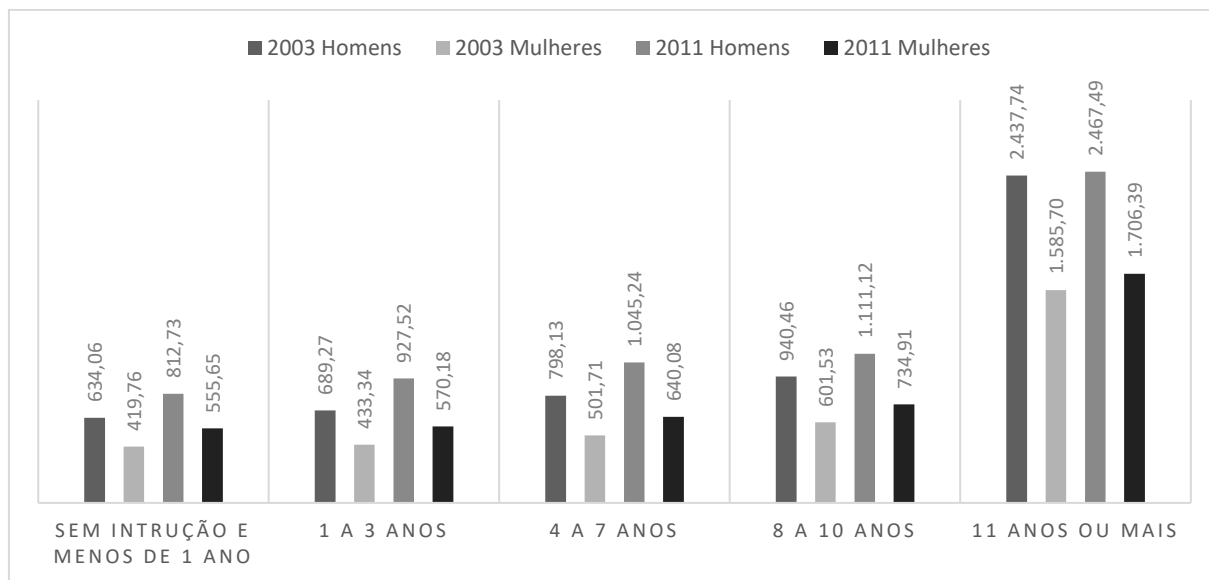
**** a parcela da população que não informou anos de estudo não foi considerada para construção desta tabela

É preciso destacar ainda que, mesmo com menor escolaridade que as mulheres brancas, as negras apresentam taxa de ocupação maior em todo o período analisado e independente da escolaridade. Assim, mesmo quando estão na mesma faixa de escolaridade, as mulheres negras trabalham mais que as brancas. Essa diferença precisa ser destacada, dado que tem sido um dos temas para a qual a literatura do feminismo negro mais tem chamado atenção. Mulheres negras e mulheres brancas têm experiências de vida historicamente diferentes. Assim, como destacado por bell hooks (2015), o mercado de trabalho sempre foi ocupado pela mão de obra barata ofertada pelas negras. Estar fora do mercado de trabalho não é uma condição experimentada historicamente pelas negras, contudo, isso está longe de dar alguma vantagem a elas.

O que vimos até o momento é que as mulheres aumentaram seu nível de escolaridade, e que isso significou uma diminuição da diferença nas taxas de ocupação, entre 1995 e 2014. Todavia, os resultados positivos não são encontrados

quando olhamos para a diminuição da diferença de rendimentos entre homens e mulheres no intervalo de 2003 a 2011 disponível no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Rendimento médio real da população ocupada, por grupos de anos de estudo, segundo sexo, Brasil, 2003 e 2011.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimentos, Pesquisa mensal de emprego, 2003-2011

Elaboração: Autora

*Médias de estimativas mensais.

No Gráfico 2, é possível verificar que a diferença salarial, a partir dos níveis de estudo entre homens e mulheres, aumentou no intervalo de tempo selecionado. Entre aquelas/es com menos de 1 ano de estudo, a diferença salarial era de R\$ 215,00 em 2003 e passou para R\$ 267,00 em 2011. O mesmo é verdade para aquelas/es com 8 a 10 anos de estudos, em que a diferença passou de R\$ 256,00 para R\$ 357,00. Esse aumento é real para todos os conjuntos salvo o grupo com 11 anos ou mais de estudos. Para esse grupo, a diferença entre salários diminuiu, de R\$ 852,000 para R\$ 761,00. Mas vale destacar que, apesar dessa queda positiva, esse grupo é o que ainda apresenta maior diferença na remuneração entre homens e mulheres.

Em síntese, alguns pontos se destacam a partir dos dados apresentados: 1) a escolaridade aumentou, especialmente para as mulheres; 2) a diferença de anos de estudos entre as camadas mais baixas e mais altas diminuiu; 3) mais anos de estudos significa maior ocupação no mercado de trabalho, especialmente para as mulheres brancas; 4) o aumento da escolaridade feminina não

garantiu uma diminuição na diferença de renda com os homens, pelo contrário, houve um aumento para todos os grupos de escolaridade, com exceção daqueles/as com mais de 11 anos de estudos (destaca-se que, ainda assim, esse é o grupo com maior desigualdade salarial). De todo modo, vale ressaltar que, a partir dos dados disponíveis, não foi possível observar a diferença de rendimento a partir da variável cor na relação escolaridade e renda.

Em relação a nossa hipótese inicial, podemos afirmar que há uma relação positiva entre escolaridade, ocupação e renda, ou seja, de fato, observamos que os/as mais escolarizados/as estão mais presentes no mercado de trabalho e recebem maiores rendimentos. Todavia, se olharmos a partir dos diferenciais de sexo e cor, podemos observar que essa é uma meia verdade. Mais anos de escolaridade diminuiu a diferença de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho, todavia, não no rendimento.

Assim, apesar de haver melhoras nos índices analisados, constatamos que eles não são proporcionais no que diz respeito a homens e mulheres, brancas/os e negras/os. Isto é, as médias de anos de estudos das mulheres são superiores às de homens de sua respectiva cor/raça, todavia, as taxas de ocupação das mulheres, a despeito das melhoras, não é superior à dos homens, o mesmo vale para a renda. Dito de outro modo, a conversão não acontece de modo proporcional para essa população. Nesse sentido, podemos afirmar que aqueles que apostam na educação como porta de saída da pobreza, possivelmente, estejam dando uma meia resposta, ou seja, apesar de ser fundamental, ela não garante sozinha melhores posições na corrida por melhores condições de vida.

O “problema da conversão” definido por Amartya Sen (2012) parece-nos uma saída possível para entender essas questões. Essa ideia tem relação com os problemas que as pessoas encontram em converter “bens primários” – sejam eles, renda, escolaridade, saúde etc. – em bem-estar. O argumento do autor é que a garantia de igualdade de oportunidades para o acesso a determinados bens não significa uma igualdade de bem-estar, dado que as capacidades de transformação desses meios em real condição de boa vida dependem de uma série de variáveis (SEN, 2012).

O exemplo posto por Sen (2012) ilumina tal discussão: uma pessoa com deficiência física pode possuir um conjunto de bens primários, assim como uma pessoa sem deficiência física, porém as capacidades de desenvolver tais bens são

incomparavelmente diferentes. Para o autor, a questão é que “uma pessoa com desvantagens pode conseguir com os bens primários menos do que outras” (SEN, 2012, p. 139). Essas desvantagens podem, ainda segundo o autor, estar fortemente marcadas pelo sexo, idade, localidade, entre outros fatores. Na leitura de Sen, a teoria rawlsiana apenas falou de meios para a liberdade ao definir os “bens primários”, quando deveria ter falado em liberdade real para buscar uma boa vida. Sen reforça que são as características pessoais e sociais de uma pessoa os fatores principais que marcam o hiato entre meio para a liberdade e liberdade. Pode ser que, dependendo das variações interpessoais, as pessoas não consigam converter seus meios para a liberdade (“bens primários”) em realizações concretas (SEN, 2012).

Em resposta à concepção de justiça procedimental e igualitária de John Rawls (2008), Sen (2012), argumenta que pensar que um pacote de bens primários garantirá uma igualdade é um engano, pois nesse pressuposto não se leva em conta o que o autor está chamando de diversidade humana (variáveis de raça, sexo, local de nascimento etc.). Se tomamos a educação como um bem primário, corremos o risco de não levarmos em conta o problema da conversão, isto é, os limites da escolarização em se reverter em melhoria da qualidade de vida ou mesmo em saída da situação de pobreza. Isso ocorre porque, como vimos, os bens primários e, nesse caso a escolarização, pouco têm a somar se a capacidade para reverter isso em melhores condições de vida não for desenvolvida.

Resta-nos ainda saber a experiência das mulheres entrevistadas para confirmar ou negar nossa hipótese inicial.

2.3.1 *Educação, trabalho e remuneração na experiência das entrevistadas*

Em relação aos dados apresentados acima, as entrevistadas desta pesquisa se encontram em um enquadramento social específico, isto é, são mulheres e negras. Como vimos, isso significa que estão em um grupo que melhorou as taxas de escolaridade, diminuiu a diferença de ocupação por anos de estudo, em comparação com os homens negros e que, ainda que não seja especificamente sobre as negras, fazem parte do grupo de mulheres que não teve diminuição da diferença de renda com os homens, a despeito do aumento da escolaridade.

Entre as mulheres que entrevistamos, apesar de não haver uma relação correspondente em todos os casos entre escolaridade e idade, temos fatores

significativos que apontam para essa relação, como apresentado no Quadro 4. Entre as oito mulheres, a mais jovem (27 anos) tem a maior escolaridade (superior incompleto) e a mais velha (61 anos) a mais baixa (não frequentou a escola e ensino fundamental I incompleto). Essa situação possivelmente é decorrência do *boom* de escolarização que ocorreu no Brasil a partir dos anos dos 2000 e que beneficiou mulheres negras e a população pobre.

Quadro 4 – Escolaridade das entrevistadas, segundo remuneração, ocupação e idade

		R\$0,00	R\$300,00	R\$400,00	R\$700,00	R\$900,00
Com ocupação	Nunca frequentou a escola ou frequentou por menos de 1 ano				Raimunda 61 anos	
	Ensino Fundamental II incompleto		Maria 59 anos			
	Ensino Fundamental II completo		Rita 56 anos			
	Ensino Médio incompleto		Sandra 28 anos	Daniela 35 anos		
	Ensino Superior incompleto					Vanessa 27 anos
Sem ocupação	Ensino Fundamental II incompleto	Ana 31 anos				
	Ensino Fundamental II completo	Cláudia 44 anos				

Fonte: Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza

Elaboração: Autora

A relação entre escolaridade, ocupação e renda entre as mulheres entrevistadas em Salvador também pode ser visualizada no Quadro 4. Das oito mulheres, apenas duas disseram não ter nenhuma ocupação no momento da entrevista. Cláudia, com ensino fundamental II completo, disse que não costuma encontrar dificuldades no mercado de trabalho e que atualmente está desempregada em decorrência das crises provocadas pelo governo. Ela reconhece que sua escolaridade é baixa, mas não acha que isso significa ter pouco conhecimento, ela disse: *“estudei tão pouco, mas eu sei muito. Sou muito inteligente”*.

Já Ana, que estudou até a 7ª série do ensino fundamental, identifica na baixa escolaridade a falta de emprego. Ela parou de estudar para ajudar a avó, com quem morava, no trabalho de lavadeira ainda na adolescência, mas ressaltou que na época o que a motivava a ir à escola era a merenda. Por não ter tido a oportunidade de estudar, Ana afirmou que acha muito importante a garantia desse direito. Ela considera que perdeu muitas oportunidades de emprego pela baixa

escolaridade. Segundo ela, *“Porque, botava assim no currículo, chegava nos lugares eu não tinha o segundo grau, não era empregada, perdi muita oportunidade por isso. Bom, fiz até a sétima série mais não pegava, aí já tinha outra na frente que fez o segundo grau já pegava”*.

Entre as que trabalham, a escolaridade não parece ser um fator significativo para a ocupação ou renda. Ainda que a renda mais alta seja de Vanessa, com maior escolaridade, Raimunda tem renda quase que semelhante com a menor escolaridade. Raimunda, que frequentou por menos de 1 ano a escola, acredita que a baixa escolaridade tenha sido um fator negativo no mercado de trabalho e em outras situações na vida. Em decorrência disso, ela disse que teve que aceitar trabalhos de baixa qualificação, como o trabalho doméstico. Atualmente trabalha informalmente como vendedora, e acha que esse é um possível caminho para driblar as dificuldades da baixa escolaridade. Esse também é o relato de Maria, que, apesar de ter dito frequentar até a oitava série, também falou do trabalho doméstico como única opção em decorrência de sua baixa escolaridade.

O trabalho doméstico, de serviços gerais e informal, principalmente, como vendedora, são estratégias traçadas por essas mulheres para driblar os obstáculos no mercado de trabalho relacionados à baixa escolaridade. No momento da entrevista, entre aquelas que trabalhavam, esses eram o tipo de atividade realizada (com exceção de Sandra que trabalhava como manicure, mas também de maneira informal).

Além de Raimunda e Maria, as outras que trabalhavam no momento da entrevista também declararam que a baixa escolaridade é um obstáculo para o mercado de trabalho. Mas, além da escolaridade outros obstáculos apareceram, como o racismo. Apesar de nenhuma delas declarar propriamente ter sofrido racismo, esse obstáculo apareceu em pelo menos três entrevistas como um fator que costuma impedir a colocação no mercado de trabalho. Para além disso, a falta de experiência, capacitação e “reciclagens” também foi apontada como um empecilho.

Vanessa, a única com superior incompleto e a mais jovem entre as entrevistadas (27 anos), disse que até gostaria de voltar a estudar, porém, com os custos que tem, como aluguel, por exemplo, acha que seria impossível. Além disso, acha que suas oportunidades já são passado e que agora deve focar no investimento para o futuro de seu filho. Vanessa é um exemplo elevado ao limite do que as mulheres relataram nas entrevistas. Apesar de jovem, ela, assim como as outras

mulheres, acha que não teriam mais condições de voltar a estudar. Raimunda, por exemplo, elencou a idade (61 anos) como um empecilho e Rita falou em falta de capacidade para voltar aos estudos.

Apesar de não planejarem voltar a estudar, o investimento na educação é sempre elencado quando se fala em futuro das/os filhas/os. Rita, Cláudia e Raimunda, apesar da baixa escolaridade, garantiram que suas filhas chegassem ao ensino superior. Aquelas com filhos/as pequenos/as planejam garantir condições de estudo para eles e elas. No geral, todas acreditam que a educação está relacionada diretamente com a garantia de um futuro melhor para as novas gerações. Para Rita, a escolaridade garante uma série de vantagens: *“emprego melhor, você conversar melhor, falar melhor, falar direitinho né. E principalmente ter um trabalho, ter um trabalho bom”*. Raimunda também acredita que a educação pode mudar trajetórias e, em tom de humor, comentou sobre como seria sua vida na hipótese de ter tido a oportunidade de estudar: *“hoje eu devia ser outra pessoa, eu podia tá até ocupando o seu lugar [fazendo referência à entrevistadora]”*.

Das oito entrevistadas, apenas Daniela revelou um planejamento mais incisivo de voltar a estudar. Daniela, recém-separada, planeja um futuro diferente e para isso acha que voltar a estudar é imprescindível. Todavia, ainda não sabe quando será possível realizar esse desejo e levantou alguns pontos: *“Tenho um plano, porque você tem criança, tem que ter alguém pra olhar, tem que pagar alguém, tem que morar perto de minha mãe, essas coisas, trabalhar, é isso. Aí eu tô me organizando ainda”*. Ela acredita que aumentar sua escolaridade dará melhores condições para ela no mercado de trabalho.

Dessa forma, assim como apontava nossa hipótese, as mulheres acreditam em forte relação entre escolaridade e renda, mas, em sua grande maioria, não pretendem aumentar os anos de estudos e, por isso, criam outras estratégias no mercado de trabalho, em muitas situações, aceitando posição abaixo da expectativa. Assim como também suposto, elas depositam o sucesso dessa relação nas futuras gerações. A relação entre escolaridade, ocupação e renda não se realiza de maneira tão encadeada para as mulheres como aponta a literatura (LISBOA, 2017; MENEZES FILHO, KIRSCHBAUM, 2015) conforme constatamos na seção anterior. Além disso, nas experiências das entrevistadas, trabalho e renda é menos uma condição relacionada à escolaridade e mais à necessidade e às estratégias traçadas no mercado de trabalho, como, por exemplo, o trabalho informal.

3 ENTRE POSSIBILIDADES E OBSTÁCULOS: AS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS

Este capítulo dará maior centralidade ao nosso material empírico, na busca de testar duas das hipóteses que orientam esta pesquisa. Assim, na busca por entender de que maneira as mulheres em situação de pobreza atuam nos contextos de vulnerabilidade a fim de buscar a saída da situação de pobreza, supomos que, assumindo-se como agentes, mesmo em situação de vulnerabilidade, as mulheres combinam estratégias no uso de recursos, como os benefícios sociais, trabalhos remunerados informais e redes de apoio que lhes permitam a conciliação com o trabalho de cuidado da casa e das crianças. Além disso, buscando entender em que circunstâncias os diversos pertencimentos, como os de gênero, raça e classe, se interseccionam e geram diferentes possibilidades e obstáculos para a saída da situação de pobreza, partimos da hipótese de que, por um lado, as experiências relacionadas à condição de mulher, bem como de sua cor/raça (trabalho de cuidado, violência sexual, violência doméstica, discriminação na escola e no trabalho), acabaram por estreitar as possibilidades de escolhas, por outro lado, a recusa por um discurso vitimista parece revelar as tentativas de construção de saídas das condições vulneráveis em que vivem.

Para isso, trataremos da história de oito mulheres, pobres e negras, moradoras das periferias de Salvador. No primeiro ponto, fizemos uma breve análise das trajetórias dessas mulheres. A tentativa era frisar a análise diacrônica proposta por Lahire (2004), enfatizando a importância das experiências vividas no passado para as estratégias do presente e as possibilidades do futuro. É preciso destacar que, ainda que as contribuições de Lahire (2004) orientem nossa construção metodológica e de análise, não seguimos de modo fiel suas orientações. As entrevistas, por exemplo, foram realizadas apenas uma vez, com uma duração relativamente curta, se comparada às entrevistas realizadas por Lahire e sua equipe (essas duravam mais de 2 horas e, muitas vezes, eram realizadas mais de uma entrevista com o mesmo sujeito). Além disso, as análises não foram feitas de modo a explorar as variações intraindividuais, apesar de dar ênfase às experiências de cada uma das mulheres entrevistadas.

Em seguida, buscamos mapear as estratégias desenvolvidas entre as mulheres para a sobrevivência e a “melhora de vida” de suas famílias. Por último,

falamos das perspectivas e planejamentos para o futuro e o que essas ideias podem revelar sobre as possibilidades que essas mulheres enxergam para sua vida e de suas futuras gerações.

3.1 O ONTEM E O HOJE: AS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES DE SALVADOR

As trajetórias, ainda que breves, nos auxiliam a entender como as experiências dessas mulheres podem estar marcadas por sua condição de gênero, raça e classe. A intensão é explorar seus arcaouços de vivências, destacando aproximações e distanciamento na trajetória dessas mulheres no que se refere a idade, escolaridade, mercado de trabalho, relacionamentos, maternidade, etc. Compreender o pacote de experiências passadas é uma forma de chegar às disposições de ação no presente e planejamento no futuro (LAHIRE, 2004). Diferentemente de algumas análises de trajetórias, que enfatizam individualmente cada história, faremos aqui uma aproximação das trajetórias a partir de temas. Mesmo com o risco de perder uma ordem cronológica, optamos por organizar o material dessa forma para destacar os eixos temáticos.

Com 61 anos, Raimunda, a mais velha das mulheres que entrevistamos, mora com seu marido, com quem é casada há mais de 40 anos. Ela frequentou a escola por menos de um ano. Sua renda familiar atual é cerca de R\$900,00 reais, fruto do seu trabalho (vende salgados na praia) e do trabalho do marido. Raimunda não é beneficiária do Bolsa Família. Ao declarar sua cor, tomou como referência seus documentos e então respondeu parda, usando o que consta em seu registro de identidade – que pelo que parece não foi autodeclaratório.

A dificuldade em definir sua cor chama a atenção porque Raimunda foi a única entrevistada que se atrapalhou com essa questão. Todas as outras disseram com mais desembaraço sua cor. Houve até as que se declararam negras e não pretas ou pardas, que foram as opções apresentadas¹⁸. Raimunda não voltou a tratar em pontos que envolvessem sua cor/raça ao longo da entrevista, nem mesmo identificou sua condição de cor/raça como um empecilho no mundo do trabalho.

¹⁸ Seguindo as categorias utilizadas pelo IBGE, fizemos a pergunta de cor/raça lendo as opções: branca, preta, parda, amarela, indígena ou outro. O IBGE considera negra, a soma das categorias pretas e pardas, e, assim, também fizemos. Todavia, houve três entrevistadas que, ao ouvirem as opções da pergunta referente a cor/raça, responderam negras. Assim, negras em nossa pesquisa é a soma das respostas: pretas, pardas e negras.

Todavia, quando se referiu a empregos que teve como doméstica, teve a sutil percepção de identificar a cor de suas patroas, como se classificasse um grupo, o “outro”, e se colocasse fora dele, o “eu”. Ela falou: *“eu só trabalho mesmo é na casa dessas brancas”*.

A frase dita por Raimunda revela três faces da sua condição e de todas as mulheres que entrevistamos: trabalhadoras, mulheres e negras. Uma condição conectada à outra. Ser empregada doméstica é resultado de uma combinação: ser trabalhadora e, em especial, vender sua mão de obra por um trabalho de baixa qualificação e de baixa remuneração; ser mulher, pois foi paga para fazer um trabalho tradicionalmente delegado ao feminino; e ser negra, diferenciando-se das “brancas”, que estão em uma posição social diferente. Essas três faces revelam a articulação existente entre as categorias gênero, raça e classe, que só existe através da relação entre elas (PISCITELLI, 2008). Juntas, elas ocupam um lugar na hierarquia social que, no caso de Raimunda e das outras mulheres, as coloca em uma baixa posição social.

O trabalho doméstico remunerado, seja como mensalista ou diarista apareceu na trajetória de outras mulheres entrevistadas. O trabalho doméstico, na interpretação de Angela Davis (2013) sobre o contexto norte-americano, é visto como uma extensão do trabalho escravo, pós-fim da escravatura. Essa interpretação pode nos auxiliar na compreensão do caso brasileiro.

Somente em 1970, a atividade de doméstica foi reconhecida como profissão no Brasil, porém o reconhecimento de todos os direitos trabalhistas demorou ainda mais. Em 1988, elas passaram a ter juridicamente a garantia do salário mínimo, a 13º salário, a férias remuneradas e licença maternidade. Mas, foi só no ano de 2013, com a aprovação da PEC das Domésticas, que elas passaram a ter a garantia de direitos trabalhistas, como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), limite de 44 horas semanais, sendo 8 horas diárias, pagamento de horas extras e adicional noturno (MACEDO, 2015). Essa lentidão no reconhecimento do trabalho doméstico enquanto trabalho de fato, coberto pela legislação trabalhista, exprime a desvalorização e o não reconhecimento desse tipo de atividade. Vale ainda lembrar que a mudança na lei, ainda que fundamental, não significa uma mudança na realidade e que as domésticas ainda estão vulneráveis à não garantia de seus direitos na prática.

Entre as mulheres de Salvador, três das oito entrevistadas disseram não ter trabalhado no serviço doméstico remunerado. Entre elas, duas características se destacam: geração e escolaridade. As duas mais jovens (Vanessa, 27 anos, e Sandra, 28 anos) não disseram ter tido experiências com o trabalho doméstico pago. Já a escolaridade parece ter sido um fator de diferenciação para Rita. Ela tem o ensino fundamental II completo, o que a diferencia das demais mulheres acima dos 45 anos (Raimunda e Maria com ensino fundamental I incompleto).

As vivências de Rita no mercado de trabalho se dividem em dois momentos: aqueles marcados pela formalidade e o atual, fincado na informalidade. Atualmente, com 56 anos, Rita mora com seus dois filhos. A mais velha, de 25 anos, e o mais novo, de 8 anos. Ela teve a filha mais velha por sua própria decisão, aos 33 anos. O filho mais novo é fruto de uma adoção¹⁹. Ela declarou uma renda familiar de R\$300,00 reais, mais R\$124,00 reais que recebe do Bolsa Família. Aos 10 anos, Rita disse que passou a conciliar escola e trabalho. Com as dificuldades que a família enfrentava e somente com a renda do pai para a manutenção de toda a família, ela trabalhou como babá até sua mãe conseguir um trabalho remunerado, o que deu condições para que Rita pudesse voltar a dedicar-se aos estudos, assim, ela concluiu o ensino fundamental. Aos 16 anos, ela conseguiu um emprego formal como estoquista em uma empresa de tintas automotivas, depois disso, passou ainda por mais alguns empregos formalizados, exercendo a função de estoquista e de digitadora. O último emprego com registro em carteira que Rita teve foi em meados da década de 1990, desde então, trabalha na informalidade.

Rita teve, pelo menos em algum momento, trabalhos de maior qualificação e uma condição de formalidade, o que possivelmente estava relacionado a sua escolaridade. Atualmente ela faz e vende doces e salgados na sua própria casa, isso lhe garante uma remuneração de R\$300,00 reais. Apesar de se dizer desempregada, Rita tem um trabalho – ainda que informal. Essa é a trajetória de muitas pessoas, em especial, mulheres em situação de pobreza. Segundo Neri (2001), “pobre não pode se dar ao luxo de ficar buscando emprego; pobre cai na informalidade”, uma condição que revela um problema crônico do país, mais que o próprio desemprego, segundo o autor. Rita sabe disso e continua a procurar

¹⁹ Rita assumiu a guarda dele após o Conselho Tutelar retirar a guarda da mãe biológica do garoto e transferi-la para ela pelo grau de parentesco existente entre eles. Ela é responsável pelo menino desde que ele chegou até ela com 1 ano de idade.

empregos, mas esbarra no que chamou de uma “*série de preconceitozinhos*”, por exemplo, em relação à aparência. Ela disse se sentir triste toda vez que é recusada para as vagas de emprego.

O trabalho informal aparece como uma saída para o desemprego entre a população pobre, que, segundo Neri (2001), não teria o “luxo” de ficar desempregada. Além disso, a informalidade aparece nas trajetórias dessas mulheres como uma possibilidade de tentar conciliar trabalho e família. Segundo Sorj et al (2007), o trabalho informal, com menor carga horária e menor remuneração, está relacionado às tentativas de conciliação das responsabilidades que as mulheres assumem em suas casas – isso é verdade tanto para aquelas com ou sem cônjuge, apesar de a participação das mulheres com famílias monoparentais ser maior no mercado de trabalho.

Ter um trabalho – um “bico” – e se declarar desempregada foi uma situação que se repetiu em várias das narrativas. No momento em que as entrevistamos, apenas duas disseram não exercer nenhum tipo de trabalho, as outras relataram diferentes formas de “bicos”. Como já falamos aqui, Raimunda e Rita fazem doces e salgados e elas próprias os comercializam. Sandra é manicure. Vanessa é vendedora autônoma (vende bolsas, relógios e sapatos). Daniela é diarista. E Maria, vende cervejas no portão de casa, “*pra tentar comprar um pão de noite*”, segundo ela nos disse.

Maria tem 59 anos, solteira, atualmente ela mora com seu filho mais novo de 27 anos. Ela declarou uma renda mensal familiar em torno de R\$800,00 reais, proveniente do trabalho dela e do filho. Com o “bico” que ela realiza, ela consegue uma renda de R\$300,00 reais por mês, com variação, dada a informalidade e precariedade desse tipo de trabalho. Ela disse ter começado a trabalhar aos 25 anos, apesar de relatar em outros momentos o trabalho na roça antes mesmo de se mudar para Salvador, aos 15 anos. Desde que começou a trabalhar já exerceu funções como doméstica, serviços gerais e copeira.

A migração do interior para a capital (Salvador) foi relatada em mais de uma trajetória. Maria, por exemplo, nasceu no município do Senhor do Bonfim, cidade interiorana da Bahia, e foi criada por seu pai e sua mãe juntamente com seus 13 irmãos e irmãs. Segundo ela, a dificuldade de criar tantos filhos foi um dos motivos de sua saída das casas dos pais. Aos 15 anos, ela mudou-se para Salvador, para a casa de um irmão que já residia na cidade.

A migração também foi relatada por Rita e Raimunda (todas do grupo geracional acima dos 45 anos). Rita mudou-se ainda criança, de Ituberá, pequena cidade do litoral da Bahia, para Salvador, com os pais. Já Raimunda nasceu em Belmonte, pequena cidade do sul baiano, onde foi criada por seu pai e sua mãe, juntamente com seus 11 irmãos. Com o falecimento de seu pai, ela e seus irmãos foram, nos seus termos, “*espalhados*”. Ela chegou a Salvador por intermédio de uma irmã que já morava e trabalhava na cidade. Não muito depois, Raimunda começou a trabalhar para auxiliar nas despesas domésticas.

Maria e Raimunda, as entrevistadas com maior idade, 59 e 61 anos respectivamente, compartilham uma trajetória inicial comum: ambas de famílias numerosas, marcadas pela pobreza, e que se mudaram para a capital em busca de melhores condições de vida. O movimento de migração interior/campo-cidade é característico das décadas de 1960 e 1970 no país (COMIN, 2015). Movidas por um ideal de “melhorar de vida” (SARTI, 2011), as famílias migravam para os grandes centros urbanos. Além disso, elas também compartilham outras semelhanças: casaram e tiveram seus primeiros filhos muito jovens, entre 14 e 16 anos, e tiveram a mesma quantidade de filhos, cinco cada uma.

Elas disseram que desejavam ser mães, mas que ter cinco filhos nunca esteve no planejamento. Maria, por exemplo, acha que o “*normal é dois*”. Ela teve os cinco filhos com o mesmo homem, mas se separou quando as crianças ainda eram pequenas e as criou sozinha. Ela disse que nunca teve nenhum tipo de ajuda do pai das crianças e que, de fato, nunca procurou judicializar a pensão.

Já Raimunda, casada até hoje com o pai de seus filhos, teve sua trajetória matrimonial iniciada em decorrência de um fato específico. Ainda na infância, Raimunda sofreu violência sexual. No período em que acabava de chegar a Salvador, ela foi embebedada e estuprada pelo proprietário da casa que sua irmã havia alugado para a família residir. Pouco depois, aos 14 anos, ela se casou, segundo seu relato, na verdade, foram morar juntos, porque como ela disse: “*eu contei pra ele a situação e a gente foi morar junto*”. O fato de ter sido estuprada na infância influenciou toda a trajetória de Raimunda. A violência sexual que sofreu deu a ela uma condição de “violada”, o que se revela quando Raimunda diz que “contou a situação” para o futuro marido e, em seguida, já relatou o fato de irem morar juntos, construindo uma relação causal entre essas duas situações. “Morar junto” tem um significado diferente para

Raimunda, já que ela mesma deixa explícito que o casamento aconteceu após o nascimento da terceira filha.

Aos 14 anos, Raimunda somava experiências de trabalho infantil, estupro, casamento precoce e, logo em seguida, uma gravidez. Ela disse que não planejou as gravidezes, elas foram acontecendo, e aos 22 anos ela já tinha tido todos os cinco filhos/as. *“Na verdade, na verdade, eu nem sei como foi que eu comecei minha vida, minha filha. Eu não tive, eu não tive tempo de pensar, de, de desejar alguma coisa, entendeu? Foi acontecendo”*. Depois do quinto filho, contra a vontade do marido, Raimunda decidiu fazer a laqueadura.

Se, por um lado, a vida de Raimunda parece ser um desencadear de uma trajetória sem desejos e vontades – *“eu não tive tempo de pensar, de, de desejar alguma coisa”* –, a decisão pela laqueadura revela uma “ruptura biográfica” (LAHIRE, 2004), um momento em que Raimunda mudou a direção de sua trajetória. A decisão de não ter mais filhos envolvia também uma decisão de mudança de vida, ainda que continuasse casada e cuidando dos filhos que já tinha tido. A “escolha”, mesmo em uma história fortemente marcada pela privação, revela a potencialidade da agência dos sujeitos frente às estruturas sociais e coloca em xeque a ideia de uma opressão que representaria uma ausência total de opções, como já explorado por bell hooks (2015).

Se Raimunda tomou a decisão de não ter mais filhos, mas continuar casada e dedicar-se à criação das crianças, Maria teve um caminho diferente. Solteira e com a responsabilidade de criar cinco filhos/as, por necessidade, ela entrou no mercado de trabalho aos 25 anos – vale dizer que ela havia falado de trabalho na roça durante a infância e adolescência, mas demarcou essa volta ao mercado de trabalho como sua entrada. A história de Maria é bem comum entre as chefes de famílias monoparentais brasileiras de camadas pobres (SANTOS, 2008). Sem a renda do marido, Maria se lançou no mercado de trabalho, lugar que até então não ocupava, pois se concentrava no trabalho da casa e de cuidado das crianças. Somando a baixa escolaridade e a distância do mundo do trabalho durante o tempo de casada, o resultado foi um ingresso a partir dos serviços menos qualificados e mais informais (SANTOS, 2008).

Ainda sobre as trajetórias circunscritas pela migração, destacamos a história de Cláudia²⁰. Aos 44 anos, mora com três dos cinco filhos/as que teve: a mais nova, com 9 anos, e o casal de gêmeos com 15 anos. Cláudia é solteira e atualmente não está trabalhando. Ela é beneficiária do Bolsa Família desde o início do Programa e recebe atualmente o valor de R\$214,00 reais.

A história de Cláudia é, na sua definição, “*muito triste*”. Ela nos revelou que a mãe sofria muita violência doméstica, a ponto de dizer que a mãe “*praticamente morreu na porrada*”. Ela não mantém contato e nenhum tipo de vínculo afetivo com o pai. Cláudia é natural de Valença-BA, aos 13 anos se mudou forçada para Ilhéus-BA com a mãe, aos 15 foi para Palmeiras, localizada na Chapada Diamantina-BA, lá conheceu o pai de sua primeira filha, com quem retornou para Valença. O relacionamento não durou muito.

Cláudia agora mora em Salvador. Ela teve mais 4 filhos com outro homem, mas, atualmente está solteira. Ela não teve auxílio dos pais das crianças no cuidado afetivo e financeiro. O pai da mais velha reapareceu recentemente, está tentando construir vínculos com a filha, mas até então não havia colaborado. Ela confessou que pensou em judicializar a pensão alimentícia dos outros filhos, mas a pedido de uma das filhas não fez. Ela acha que quem está perdendo é o pai das crianças, que não tem uma boa relação com os filhos.

Criar os filhos e filhas sem a colaboração dos pais das crianças é uma realidade que se repete nas trajetórias dessas mulheres. Além de Maria e Cláudia, que já relatamos aqui, Daniela e Vanessa também não contaram/contam com a ajuda dos pais das crianças após a separação. Maria, Cláudia e Daniela são solteiras, vivem em arranjos familiares monoparentais femininos e não recebem/receberam nenhum auxílio dos pais de seus filhos. Esse tipo de arranjo familiar foi o que mais cresceu no Brasil nos últimos anos (SORJ et al, 2007). Ser mãe e solteira significa constituir uma família, que, para os parâmetros tradicionais, estaria em falta com o papel de provedor. Na verdade, é a mulher quem assume esse papel, somando sozinha as responsabilidades sobre os custos financeiros, de cuidados e emocionais de sua família. Em um sentido moral, é uma “prova de um valor associado à coragem de quem enfrenta as consequências dos seus atos, *sou muito mulher para criar meu filho,*

²⁰ Apesar de não ser do grupo geracional mais velho, Cláudia está no limite do segundo grupo geracional, o que revela relação forte entre idade e migração para os centros urbanos. Essa forte relação faz parte de movimento de migração nacional.

um código de honra feminino” (SARTI, 2011, p. 75). Como apresenta Macêdo (2008), a despeito das dificuldades que essas mulheres enfrentam, destaca-se a possibilidade de fazer escolhas em suas trajetórias, isto é, de dizer não para um relacionamento descontente, de dizer sim para uma maternidade sem cônjuge, enfim, de escolher, mesmo em condições de vulnerabilidade.

Daniela, por exemplo, teve dois filhos, ambos do mesmo pai. Hoje, aos 35 anos, ela mora com seus dois filhos, o mais velho, de 7 anos e a mais jovem, de 2 anos. Daniela estudou até o 1º ano do ensino médio, trabalha como diarista e sua remuneração mensal varia entre R\$400,00 e R\$500,00 reais. Daniela nasceu no bairro Marechal Rondon em Salvador, onde morou com os pais e os quinze irmãos até o momento em que saiu para residir com o namorado. Morar com o namorado e ter um trabalho foram questões pontuadas por Daniela como tentativas de exercer sua individualidade, já que morava em uma casa muito numerosa. O primeiro filho veio aos 27 anos – e ela já se considerava “*velha*”. Daniela foi casada com o pai de suas crianças por cerca de 8 anos. A separação veio logo após a descoberta da segunda gravidez.

Daniela deixou claro que a gravidez não foi impedimento para que ela deixasse de decretar o fim do relacionamento. Deixar de ser casada foi um passo para o que ela está chamando de “*viver minha própria vida*”. Não ser casada está significando para ela não cuidar de outros além dela e dos seus filhos. Agora, disse que pode frequentar os lugares que deseja e não tem mais ninguém ditando regras, posição que seu marido exercia, assim com seu pai antes de ser casada. Daniela falou em “*estar se libertando*”. Ela ainda ressaltou que não admite violência doméstica e pensa que pode ser por isso que está “*só*”, de toda forma, ela não pretende ter outro relacionamento no momento.

Daniela encontra respaldo em pesquisas ao dizer que “*está se libertando*”. Dentre uma série de mudanças que aconteceram na vida dela após a separação, a diminuição do trabalho não pago é uma delas. Segundo pesquisas sobre o uso do tempo, como a de Cristina Soares (2016), mulheres que vivem em arranjos familiares com cônjuge e crianças trabalham em média 6 horas a mais do que o mesmo arranjo sem o cônjuge, isto é, mulheres têm menor carga horária de trabalho não pago em domicílios monoparentais de chefia feminina com crianças. Segundo os dados apresentados por Soares (2016), isso é verdade para qualquer tipo de arranjo familiar sem cônjuge com chefia feminina.

Além de ter a carga de trabalho não pago reduzida, vantagens como a maior liberdade são destacadas por mulheres separadas. Como no caso de Cláudia, que argumentou os motivos de, por escolha, estar solteira atualmente. Ela falou bastante dos seus relacionamentos amorosos. Com o pai da filha mais velha, teve um breve relacionamento, mas foi com o pai dos outros filhos com quem foi casada por 22 anos. Depois, teve um namoro por oito anos e atualmente mantém relações intermitentes. Relações mais livres são vistas de maneira positiva por Cláudia, assim ela consegue garantir sua liberdade de ir e vir e de usar as roupas que deseja. Além disso, não ter homem em casa parece uma escolha em decorrência dos perigos que pode apresentar para a filha mais nova.

O casamento ou o namoro de longa data significaram para Cláudia o cerceamento de sua liberdade. A crítica ao tipo de contrato estabelecido em um casamento não é nova para o feminismo²¹. O controle sobre a sexualidade da mulher é destacado nesse tipo de argumentação (MILLETT, 1969,1970). O casamento como forma de controle do homem sobre a mulher é uma experiência que Cláudia, Daniela, Maria, Ana – e tantas outras mulheres – disseram que não pretendem viver novamente.

Diferente das experiências relatadas aqui até o momento, Ana, Rita e Sandra descreveram uma outra relação com os pais de seus filhos. Ana, não tem um bom relacionamento com os pais de suas crianças, porém, diferente das demais, ela é a única a receber pensão alimentícia – no valor de R\$80,00 reais para duas crianças. Ana tem 31 anos e mora com seus dois filhos, a mais velha, de 10 anos, e o mais jovem, de 9 anos. No momento da entrevista, ela não trabalhava e, além da pensão, contava com R\$163,00 reais que recebia do Bolsa Família.

Ana teve dois filhos, ambos do mesmo pai, homem com quem foi casada por mais de 10 anos. Ela começou a se relacionar com ele aos 13 anos de idade e logo passaram a morar juntos, um período de que ela revelou não ter muita compreensão. Ela nunca sofreu violência física, mas a violência psicológica e as ofensas eram constantes. Ana tem dúvidas se teria um novo relacionamento, segundo ela, o medo de sofrer novamente a impede de assumir novos compromissos.

A violência doméstica é um marcador na vida de muitas mulheres, assim como foi na de Ana. Segundo Silva et al (2007), a violência doméstica pode

²¹ PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

assumir uma série de faces, entre elas aquela de fundo emocional/psicológico, que se caracteriza como “toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa”, quando ocorre em uma relação sexual/afetiva se caracteriza também como uma violência de gênero (SILVA et al., 2007). Silva et al., aponta ainda que, assim como relatado por Ana, “a violência tem, como pano de fundo, uma relação que, mesmo desfeita, ainda deixou questões inacabadas” (SILVA et al., 2007, p. 97).

Diferente dessa história, Sandra e Rita disseram que não habitaram com os pais de seus filhos em nenhum momento. Elas relataram trajetórias em que os pais dos filhos não são personagens de destaque. Rita não dividiu a criação dos filhos com algum parceiro/a, mas revelou que sempre morou com o pai e a mãe, o que lhe garantia uma rede de apoio financeira e de cuidado. Sandra também relatou a fundamental ajuda que teve dos pais na criação de seus filhos. Pesquisas como de Bila Sorj et al (2007) mostram que famílias que tenham em seu arranjo doméstico outros parentes, estão percentualmente em menor situação de pobreza do que aquelas que têm apenas uma chefia ou mesmo chefia com cônjuge. O apoio financeiro e no trabalho de cuidado que os pais e as mães de Rita e Sandra realizaram possibilitou que elas alcançassem melhorias nas suas vidas. Rita contou com o auxílio financeiro da mãe para manter a filha na universidade, e Sandra, a partir do auxílio de sua mãe no cuidado de seus filhos, pôde trabalhar fora e juntar dinheiro para construção de alguns cômodos de sua casa própria.

Aos 28 anos, Sandra mora com seus dois filhos, o mais velho de 9 anos e o mais novo de 3 anos. Solteira, atualmente trabalha informalmente como manicure, o que lhe garante uma remuneração de R\$300,00 reais, que somada ao benefício do Bolsa Família, R\$180,00 reais, totaliza sua renda familiar mensal. Ela teve o primeiro filho aos 17 anos e falou que mantém uma boa relação com os pais dos filhos, disse que pode contar com a colaboração para as necessidades das crianças, mas que não recebe pensão alimentícia regular.

Sandra começou a trabalhar aos 17 anos. De lá para cá, já trabalhou como empregada doméstica, babá, atendente em uma lanchonete, vendedora e agora, como manicure. A experiência como manicure foi resultado, segundo ela, da tentativa de conciliar trabalho e cuidado dos filhos. As tentativas de conciliação entre trabalho pago e de cuidado não são exclusivas de Sandra. Todas as mulheres relataram estratégias para adaptar as responsabilidades do trabalho com a família,

um problema que não aparece só nas trajetórias das solteiras, o que caracteriza essa questão como um *problema de gênero*, isto é, um problema particular das mulheres, em especial, as pobres (a discussão se aprofundará na seção seguinte) (SORJ, 2014).

As diversas tentativas de conciliação também marcaram a trajetória de Vanessa, a mais jovem das oito mulheres, com 27 anos no momento da entrevista. Em certo período de sua vida, Vanessa era mãe, esposa, trabalhadora e estudante. No momento da entrevista, ela morava com o filho de 4 anos e com o namorado, de 26 anos, que trabalha junto com ela. Juntos eles trabalham como vendedores autônomos de sapatos, bolsas e relógios. Com esse trabalho, eles conseguem uma renda de R\$900,00 reais, podendo chegar até R\$1000,00 reais mensais. Além disso, Vanessa é beneficiária do Bolsa Família e recebe uma transferência no valor de R\$125,00 reais.

Vanessa considera que sua vida é uma bela *“história de novela”*. Ela nasceu em Ilhéus-BA, aos dois meses a mãe, que estava a caminho do Rio de Janeiro para trabalhar, deixou-a com o pai em Salvador. Então, Vanessa foi registrada novamente com o nome de uma outra mãe, e por ela foi criada, até que aos 7 anos descobriu que não era filha biológica dessa mulher. Esse foi um momento de muita revolta e tristeza, segundo ela. Mas, há pouco tempo Vanessa encontrou a mãe biológica através das redes sociais. Ela estava em contato com a mãe e em breve iria até o Rio de Janeiro para encontrá-la pessoalmente. Esse, inclusive, é o motivo que levou Vanessa ao CRAS no dia em que a encontramos: retirar seu ID Jovem²² para ter passagem terrestre gratuita.

A história de troca de lares de Vanessa é o que Cláudia Fonseca (2006) identificou como uma prática de troca de crianças, seguida pela ideia que a autora denominou de uma *“adoção à brasileira”*. Segundo Fonseca, esse tipo de situação é muito mais frequente do que imaginamos. A doação de bebês, apesar de não se limitar às camadas mais pobres, tem especial motivação entre essas: as dificuldades financeiras. Além dessa troca de lares, Vanessa também narrou uma adoção ilegal em sua trajetória, uma prática mais comum do que a adoção legal no contexto brasileiro, ainda segundo Fonseca (2006).

²² O ID Jovem é um documento que garante benefícios, como meia-entrada em eventos cultural-artístico e esportivos e desconto em passagem terrestre interestadual, para jovens, de 15 a 29 anos, com uma renda familiar de até dois salários mínimos com Cadastro Único atualizado. Disponível em <<https://idjovem.juventude.gov.br/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

Vanessa é a única de nossas entrevistadas que terminou o ensino médio, além disso, ela tem ensino superior incompleto – ela cursou administração bancária por um tempo. A bolsa em uma instituição privada de ensino superior veio através de um estágio. Ainda relacionada a essa oportunidade, Vanessa trabalhou no Banco do Brasil. Ela abandonou o trabalho e a faculdade para dedicar-se ao cuidado do filho, depois de uma gestação, um parto e um pós-parto com sérias complicações. Foi mãe aos 22 anos, fruto de desejo e planejamento com seu companheiro da época. Com esse homem, Vanessa foi casada 7 anos e se separou há 3 anos.

Por fim, faltaria ainda elencar uma outra experiência bem comum nas trajetórias aqui relatadas: o trabalho infantil e na adolescência. Entre as mulheres acima de 45 anos, todas declararam ter tido trabalho infantil: Maria no trabalho no campo, Rita como babá e Raimunda como doméstica e cuidadora. Cláudia e Ana (entre os 30 e 45 anos de idade) também falaram do trabalho na infância e na adolescência, Cláudia como doméstica e Ana como lavadeira (auxiliando a avó). Vanessa e Sandra (mesmo sendo as mais jovens, com menos de 30 anos) falaram de trabalhos na adolescência. Já Daniela, que não relatou um trabalho na infância ou adolescência, falou de um outro tipo de atividade, que nem sempre é vista como trabalho, não é remunerada e está diretamente relacionada às mulheres: o trabalho de cuidado.

O trabalho de cuidado é, como bem definiu Bila Sorj (2014, p.125), “um problema de e para as mulheres”. Daniela soube disso desde sua infância, quando cuidava, ora do irmão, ora da avó, tendo esse “dever” marcado em toda sua trajetória, ao dizer que havia dedicado toda sua vida aos outros/as. O *care*, enquanto trabalho não pago, está tradicionalmente delegado às mulheres e em níveis diferentes, dependendo da classe social. As mulheres pobres contam com menor acesso a serviços públicos de cuidado (como creches), com menos tecnologias que auxiliam no cuidado das crianças e da casa e menor possibilidade de remunerar outra pessoa para esses trabalhos – ficando dependente de uma rede de auxílio (parentes, amigas, vizinhas) muito precária (SORJ, 2014).

As trajetórias aqui narradas se destacam pelos inúmeros obstáculos que se apresentam nas vidas dessas mulheres. A condição de mulher, negra e pobre garantiu uma série de empecilhos específicos a esse conjunto, o que não quer dizer, que essas mulheres tiveram trajetórias limitadas e sem possibilidades de escolhas. Para traçar as formas como elas lidaram com as dificuldades que surgiram nos

caminhos de cada uma, dedicamos a sessão seguinte com foco nas estratégias de sobrevivência e de melhoria de vida. Antes disso, apresentamos um quadro que resume o perfil das entrevistadas.

Quadro 5 – Resumo do perfil das entrevistadas

	Idade	Cor	Escolaridade	Ocupação	Remuneração
Maria	59 anos	Parda	Frequentou por menos de 1 anos	Vendedora informal (cerveja em casa)	R\$300,00
Raimunda	61 anos	Parda	Ensino Fundamental I incompleto	Vendedora informal (doces e salgados na praia)	R\$700,00
Rita	56 anos	Preta	Ensino Fundamental II completo	Vendedora informal (salgados em casa)	R\$300,00
Ana	31 anos	Preta	Ensino Fundamental II incompleto	Não tem ocupação	R\$0,00
Daniela	35 anos	Negra	Ensino Médio incompleto	Diarista	R\$300,00
Sandra	28 anos	Negra	Ensino Médio incompleto	Manicure	R\$300,00
Cláudia	44 anos	Parda	Ensino Fundamental II completo	Não tem ocupação	R\$0,00
Vanessa	27 anos	Negra	Ensino Superior incompleto	Vendedora informal (bolsas e sapatos)	R\$900,00

Quadro 5 – Resumo do perfil das entrevistadas (continuação)

	Renda familiar	Valor do PBF	Estado conjugal	N. de filhos	Composição doméstica (vínculo, idade, escolaridade, ocupação e remuneração)
Maria	R\$800,00	Não é beneficiária	Solteira	5	Filho, 27 anos, 5ª série, trabalhos informais e intermitentes, R\$500,00 reais mensais
Raimunda	R\$900,00	Não é beneficiária	Casada	5	Esposo, 67 anos, sem escolaridade, trabalhos informais e intermitentes, R\$200 reais mensais
Rita	R\$300,00	R\$124,00	Solteira	2	Filha, 25 anos, cursando ensino superior, não trabalha Filho, 8 anos, matriculado na escola
Ana	R\$80,00	R\$163,00	Solteira	2	Filha, 10 anos, 5º ano Filho, 9 anos, 4º ano
Daniela	R\$400,00	R\$163,00	Solteira	2	Filho, 7 anos, 2º ano Filha, 2 anos, não está em creche por falta de vagas
Sandra	R\$300,00	R\$181,00	Solteira	2	Filho, 9 anos, 3º ano Filho, 3 anos, pré-escola
Cláudia	R\$0,00	R\$214,00	Solteira	5	Filho, 15 anos, 1º ano E. M. Filha, 15 anos, 7º ano Filha, 9 anos, 5º ano
Vanessa	R\$900,00	R\$125,00	Casada	1	Filho, 4 anos, escola Namorado, 26 anos, 2º grau completo, trabalho informal, 350,00 reais (trabalha junto com Vanessa)

Fonte: Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza

Elaboração: Autora

3.2 ESTRATÉGIAS PARA SAÍDA DA POBREZA

Na tentativa de identificar as estratégias mobilizadas para a saída da pobreza e para a própria sobrevivência, apresentamos agora um conjunto de recursos de que essas mulheres dispõem e utilizam nessa empreitada. Identificamos então uma série de arranjos, que se combinam de formas diferentes, a depender das disponibilidades que cada mulher tem ao seu redor, como trabalho pago, redes de auxílios, arranjo familiar, outras formas de renda etc.

3.2.1 *Trabalho pago*

A sobreposição dos pertencimentos de gênero, raça e classe colocam essas mulheres em uma posição desprivilegiada na hierarquia social. O fato de quase todas terem exercido trabalhos relacionados à limpeza e ao cuidado e estarem atualmente vinculadas ao mercado informal é sintomático de qual é esse local que ocupam. Segundo dados da Pnad 2014, 14% da massa de mulheres trabalhadoras estariam ligadas ao trabalho doméstico (PINHEIRO et al., 2016). A diferença é mais evidente quando discriminada por raça: dentre as negras, 17,7% estariam ligadas a esse tipo de serviços, ao passo que, entre as brancas, esse número é de 10% (PINHEIRO et al., 2016). Ainda segundo Luana Pinheiro et al. (2016), é preciso destacar que esse número é resultado de uma queda, de 2014 até 2016 foram menos 3 pontos percentuais na média de trabalhadoras domésticas.

De toda forma, o que queremos destacar nesse momento é que esse tipo de trabalho é acompanhado por uma alta taxa de informalidade, o que revela mais uma face da precarização do trabalho. Segundo Pinheiro et al (2016), mais de 70% das trabalhadoras domésticas não tinham registro em carteira no ano de 2014, além disso, segundo ela, “as negras têm ainda menos acesso à proteção social, apesar de terem se aproximado um pouco mais das brancas ao longo da década. Mas para ambos os grupos é baixíssimo o acesso à carteira de trabalho” (PINEHIRO et al, 2016, p. 17). Como vimos na sessão anterior, o direito a carteira assinada é recente para essa categoria.

Como também já foi tratado aqui, o trabalho informal é a principal ocupação das chefiãs de famílias em situação de pobreza, tornando-se um problema

crônico para essa camada. A informalidade, porém, não é um tema novo no cenário brasileiro e, até mesmo, latino-americano. A informalidade já aparecia como um problema central do Brasil nos estudos produzidos pela CEPAL ainda em meados do século XX (DEDECCA, 2015). Essa presença também se destaca no que Jessé Souza (2009) chama de *ralé*, isto é, uma parcela da população brasileira que sempre esteve à margem dos processos de modernização e desenvolvimento do país.

Apesar de a informalidade ser caracterizada pela precariedade, algumas vantagens foram apontadas por nossas entrevistadas nesse tipo de vínculo trabalhista. O trabalho informal exercido por todas as entrevistadas que declararam uma ocupação foi relacionado, ora a certa liberdade, ora à possibilidade de conciliação entre a geração de renda e o cuidado da casa e dos filhos.

Raimunda é um caso de olhar positivo sobre a informalidade (ela vende salgados na praia; R\$700,00 reais de remuneração). O carnaval é um período importante para garantir uma renda extra, segundo ela, *“quando é época de carnaval boto minha barraca na avenida”*. Em seguida, continua: *“a minha vida é assim. A gente vê uma oportunidade de festa, isso, aquilo, aí eu mesma vou”*. Raimunda não acha que sua idade (61 anos), cor (parda) ou local de moradia (periferia de Salvador) sejam empecilhos para conseguir trabalho, na verdade, ela gosta do que faz e vê na informalidade da sua atividade muitas vantagens: *“Eu gosto do que eu faço. Trabalho de noite, de manhã vou dormir, tomo meu banhozinho, visto minha roupinha e ... boto minhas coisas na minha sacola... Quando eu vejo tô com meu dinheirinho na minha mão”*. Ter seu próprio dinheiro e sua independência são as maiores motivações de Raimunda para o trabalho.

Diferente de Raimunda, entretanto, Sandra disse que encontrava muitas dificuldades no mercado de trabalho formal. Isso, somado à necessidade de cuidar dos filhos pequenos, a fez optar por trabalhar em casa como manicure. Ela apontou as exigências de experiência e as discriminações em relação à raça (cor, cabelo e tipo físico) como obstáculos no mercado de trabalho – apesar de dizer que nunca sofreu preconceitos. Sandra revelou que no momento era manicure e recebia cerca de R\$300,00 reais mensais como remuneração. O filho de quem ela cuidava, agora está matriculado, porém Sandra não tocou no desejo de trocar de atividade.

Assim como Raimunda, Rita também trabalha informalmente fazendo e vendendo alimentos. Ela relatou que depois de perder o emprego formal, há mais de 20 anos, ela caminha pela informalidade: *“Aí comecei a fazer minhas coisas em*

casa pra vender mesmo, pizza, salgado, coxinha, em casa". Mesmo depois de tanto tempo fora do mercado formal, Rita disse que continua procurando emprego. Essa também é a situação de Maria, que vende cervejas no portão de casa, segundo ela, *"para não ficar parada de tudo"*. Com essa atividade ela garante uma remuneração em torno de R\$300,00 reais por mês, com certa variação. Apesar desse trabalho, Maria se considera desempregada e gostaria de encontrar um emprego.

Rita e Maria, apesar de se dizerem desempregadas, têm uma atividade remunerada e essa situação não foi exclusividade delas. Uma coisa necessariamente não nega a outra. Ter um "bico" não é um emprego e possivelmente elas abandonariam essa atividade informal pelo trabalho formal. Isso revela que a percepção dessas mulheres sobre a informalidade também está associada à instabilidade, à insegurança e à expectativa de ser temporária – ainda que, em muitos casos, se torne uma regra e não uma excepcionalidade. Giselle Santos (2014) também destaca a percepção dessa diferença entre as mulheres pobres de Recife que entrevistou em sua pesquisa. Um emprego significa trabalho formal, carteira assinada e atividades mais valorizadas social e economicamente, condição que essas mulheres pobres nem sempre encontram (SANTOS, 2014).

No Brasil, no ano de 2017, os/as trabalhadores/as informais eram mais numerosos/as que os/as com carteira de trabalho assinada, 34,2 milhões em comparação com 33,3 milhões de formalizados²³. As/os informais costumam ter uma remuneração mais baixa que aquelas/es empregadas/os na formalidade. Esse tipo de arranjo também se replica, de forma ainda mais marcante, entre as trabalhadoras domésticas remuneradas, como já tratado aqui. A categoria de diarista, caracterizada pela informalidade, vinha em uma ascensão até 2014 e despontava como uma possibilidade de maior rendimento em relação às mensalistas, em detrimento das proteções trabalhistas a que as trabalhadoras formais têm acesso (PINHEIRO et al, 2016).

Esse não parece ser o caso de Daniela. A única das entrevistadas que afirmou estar trabalhando como diarista soma duas desvantagens do trabalho doméstico remunerado: a informalidade, acompanhada da desproteção trabalhista, e, a baixa remuneração. Daniela trabalha como diarista e tem uma remuneração mensal que varia em torno de R\$400,00 a R\$500,00 reais. Ela disse encontrar uma série de

²³ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/No-Brasil-trabalho-informal-e-a-nova-regra>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

dificuldades no mercado de trabalho, entre elas a baixa escolaridade, o local de moradia e a aparência: “a idade, a cor da pele, eu sou acima do peso, tudo, tudo influencia”.

Vanessa foi a entrevistada que declarou maior remuneração. Na época da entrevista ela estava trabalhando como vendedora autônoma. Ela vende sapatos, bolsas e relógios, o que lhe garante uma remuneração de cerca de R\$900,00 reais mensais²⁴. Vanessa teve experiências no mercado formal e chegou a trabalhar no Banco do Brasil através de contratos terceirizados. Mas, depois de se afastar do mercado de trabalho por três anos para cuidar do filho recém-nascido, ela retornou ao mundo do trabalho pela via da informalidade.

As estratégias de geração de renda entre essas mulheres passam pelo mercado de trabalho, mais especificamente, pelo mercado de trabalho informal. A informalidade é vista como temporária para algumas, mas como possibilidade para outras, como é o caso de Raimunda (que fala de maneira positiva sobre as possibilidades que a informalidade lhe oferece) e de Sandra (pode conciliar o trabalho com a família).

3.2.2 *As estratégias de conciliação entre trabalho e família*

Apesar de apenas Sandra ter relacionado diretamente a escolha pela informalidade com o trabalho doméstico e de cuidado, todas as outras entrevistadas disseram ser as grandes responsáveis pelo trabalho da casa. Ter trabalho remunerado não isenta nenhuma delas das responsabilidades com a casa e com os filhos, mesmo entre aquelas que moram com o cônjuge. Como já tratamos neste capítulo, a conciliação entre trabalho e família é um problema propriamente das mulheres e, no que diz respeito às mulheres negras, é um problema de longa data.

Segundo bell hooks (2015), ao contrário do que um feminismo racializado enfatizou, baseado na experiência de brancas de classe média, o trabalho fora de casa esteve presente na história da mulher, especificamente da mulher negra. Na verdade, no argumento de Angela Davis (2013), era o trabalho a característica primeira das mulheres negras na escravidão e, depois, apareciam suas funções

²⁴ Vanessa ora afirmou que essa é sua remuneração, ora que é a renda da casa, que seria resultado do seu trabalho e do namorado, optamos por tomar essa como sua remuneração já que o trabalho com o namorado é recente e, mais de uma vez, acabou afirmando esse valor como sua remuneração.

enquanto mãe, dona de casa, esposa etc. Nesse sentido, as experiências históricas das mulheres negras, e mesmo pobres, é oposta ao que o feminismo embranquecido afirmou, isto é, a narrativa de uma mulher que estaria renegada aos cuidados da casa e dos filhos, longe do mercado de trabalho.

Ainda segundo Angela Davis (2013), mesmo com o fim da escravidão, as mulheres negras não se retiraram do mercado de trabalho e, com os processos de urbanização, ocuparam de forma massiva os empregos domésticos. Ainda que a autora esteja falando do caso norte-americano, há grandes aproximações com a trajetória brasileira. Mulheres negras, no Estados Unidos ou no Brasil, estiveram tradicionalmente ligadas ao trabalho doméstico, implicando que as tentativas de conciliação entre trabalho e família fosse um problema recorrente em suas vidas muito antes que esse tema chegasse às formulações teóricas e políticas.

Assim, lidar com as questões que envolvem ter um trabalho pago e não pago se torna um problema típico das mulheres, especialmente daquelas que estão ocupadas, pois lidam com as tentativas de conciliação e com a responsabilidade “naturalizada” do trabalho de cuidado. Dessa forma, as mulheres que, por opção ou necessidade, optaram pelo trabalho remunerado, não se ausentaram das atividades que lhes foram impostas, em particular, o cuidado da casa e dos filhos. Entre as mulheres pobres, especialmente aquelas em arranjos monoparentais, a necessidade de gerar renda, bem como de cuidar de seus filhos, resulta em uma série de arranjos que combinam trabalho pago e não pago.

Pesquisas com mulheres de camadas pobres, como a realizada por Cynthia Sarti (2011) nos anos 1990 em São Paulo, apontam que haveria entre essas mulheres uma valorização do papel feminino com as responsabilidades pelo cuidado com a casa e com os filhos/as. Todavia, das mulheres que entrevistamos, apenas uma – Rita – disse que, no caso hipotético de poder escolher, as mulheres não trabalhariam fora e se dedicariam aos cuidados da casa e dos filhos.

Pesquisas mais recentes, como a de Clara Araújo e Celi Scalon (2005), apontam para uma mudança na direção dos nossos achados. Segundo elas, há uma percepção positiva das mulheres em relação à possibilidade de conciliação entre trabalho e cuidado. Há uma valorização do trabalho como “mecanismo de afirmação social e econômica, mas também como atividade instrumental, relacionada com a qualidade de vida material” (ARAÚJO; SCLON, 2005, p. 29). Como é o caso de Raimunda, ao expressar que sua maior motivação para trabalhar é sua

independência e a garantia de ter seu próprio dinheiro. Essa também é a opinião de Cláudia. Para ela, trabalho significa independência para as mulheres, em especial, independência financeira: *“Eu gosto de [ser] independente, eu gosto de comprar as coisas que eu quero, sem tá pedindo dinheiro pra ninguém. Nem os meus filhos eu gosto de ficar pedindo dinheiro”*.

O trabalho fora de casa aparece como uma possibilidade de realizar outras tarefas, que não aquelas relacionadas exclusivamente à reprodução. Na visão de Maria, caso as mulheres pudessem escolher entre o trabalho em casa ou fora de casa, elas prefeririam o trabalho fora, isso porque, segundo ela, *“é mais divertido, eu acho em casa a preocupação é mais... o trabalho nunca acaba...”*. Maria está certa em sua percepção. Segundo os dados da Pnad 2014, as mulheres trabalham muito mais que homens nas tarefas doméstica, independentemente de qualquer variável (PINHEIRO et al, 2016). Na média geral, as mulheres gastavam 25,3 horas semanais nas tarefas domésticas, enquanto os homens gastavam 10,9 horas. As mulheres em situação de pobreza trabalhavam ainda mais, em média, gastavam 29,9 horas semanais nas atividades domésticas (PINHEIRO et al, 2016).

Todavia, é preciso explicitar que, ainda segundo a pesquisa de Araújo e Scalon (2005), quando estamos falando de arranjos familiares com crianças, diminui a percepção daquelas que consideram que as mulheres deveriam trabalhar fora, nem mesmo em meio expediente. Diferentemente disso, em nossa pesquisa, as mulheres pobres de Salvador acreditam que é possível uma conciliação entre as responsabilidades familiares e o trabalho, mesmo com crianças pequenas, principalmente, porque a renda do trabalho é condição de sobrevivência da família.

Ana, por exemplo, está desempregada e vê vantagens na condição de poder dedicar mais tempo aos cuidados das suas crianças, em especial, no acompanhamento das atividades escolares, porém, disse que se uma oportunidade de trabalho surgisse, não teria dúvidas em aceitar. Assim, por mais que identifiquem dificuldades na conciliação, as mulheres entrevistadas reforçam a preferência pelo trabalho remunerado. As estratégias mobilizadas para a conciliação são diversas. Maria, por exemplo, revelou que contava com a ajuda da filha mais velha no cuidado das outras crianças: *“fazia o mingau e deixava pra ela [filha mais velha] dar na hora certa. Aí, de vez em quando, ao longo do dia, ia duas vezes em casa olhar”*.

Nesse sentido, a rede de parentesco, filhas mais velhas, mães, irmãs, entre outras, é fundamental para a conciliação determinada. É o caso de Sandra, que

pôde contar com o auxílio da mãe no cuidado de seus filhos, enquanto trabalhava fora, mas, depois que foi morar sozinha, passou a trabalhar em casa, adaptando as responsabilidades com o trabalho e com o cuidado com os filhos.

No caso de a rede de parentesco não estar presente, outra estratégia é remunerar uma outra mulher para cuidar das crianças. Essa foi a escolha de Cláudia. Segundo ela, é preciso *“saber deixar seus filhos nas mãos certas”*, como ela mesma fez. Enquanto trabalhava, Cláudia remunerava uma pessoa para cuidar de seus filhos. No caso dela, a creche não foi uma opção, pela desconfiança que tinha da qualidade do serviço oferecido.

Mas essa não é a opinião de todas. Sandra, que passou a trabalhar em casa para cuidar dos filhos, acha que a creche é um serviço essencial para as mulheres: *“ter mais possibilidades das mulheres ter uma creche, mais creches disponíveis que hoje em dia não tem tantas assim, entendeu. Porque a gente vai se sentir mais segura, nossas crianças, a gente sai pra trabalhar e nossas crianças vão pelas pessoas responsáveis pra olhar, pra ficar entendeu”*. Ana, que utilizou os serviços de creche para sua filha mais velha quando tinha trabalho, também acredita na importância desse tipo de política pública.

Talvez sejam a experiência e os relatos de Vanessa que sintetizem os prós e contras das tentativas e estratégias de conciliação entre trabalho e família que se colocam para essas mulheres. Nos seis meses em que trabalhou fora de casa e cuidou do filho recém-nascido, Vanessa se desdobrou: *“Trabalha fora, tem um filho pequeno, é muito cansativo, muito exaustivo. Eu já passei por isso, no período que meu filho era bem pequeno, eu trabalhava fora. Eu trabalhava em Águas Claras e morava na Fazenda Grande do Retiro, eu tinha 1 hora e 20 minutos de almoço, eu vinha pra casa pra dar de mama pro meu filho, voltava as vezes não comia, chegava em casa cansada, tinha que ir pra faculdade, tinha que estudar... é muito complicado. Ser mãe e trabalhar fora é uma barra”*. Destacou que a situação se complicava, pois ela não tinha com quem dividir o cuidado do filho: *“Quando tem uma pessoa pra dividir as tarefas, quando tem um pai presente que soma, que chega junto, ainda vai, mas, às vezes tem o pai em casa que não chega junto que não lava um prato, não lava uma roupa, bota a criança pra fazer atividade da escola, não verifica a mochila. Então, fica complicado”*.

Depois da decisão de sair do emprego, Vanessa vivenciou outro tipo de experiência em relação ao cuidado do filho: *“Eu fiquei em casa durante 3 anos da*

minha vida, 3 anos e meio da minha vida me dedicando a meu filho e a casa. É uma experiência, na parte de ser mãe é uma experiência maravilhosa, porque você pode acompanhar e vivenciar tudo do seu filho, primeiro passo, a primeira palavra, primeira papinha, brincar. Então, a parte de ser mãe não tenho que me queixar, pra mim foi maravilha. (...). Eu acompanhei tudo do meu filho, do primeiro passo à primeira palavrinha então a parte de ser mãe não tem que me queixar". O problema destacado por Vanessa na experiência exclusiva do cuidado são as tarefas que ela acumulou: *"a parte de ser mãe, dona de casa, esposa, mãe do marido, trabalhadora. Quando a gente casa, a gente acaba sendo esposa e mãe, mãe do filho, mãe do marido. Que você tem que se dedicar a seu filho, dedicar ao marido, preocupa se ele tá bem, tá bem de saúde, se ele comeu, mas, por outro lado, você perde muita coisa da vida. Eu perdi muita coisa, deixei muita coisa pra trás, pra me dedicar à família, pra me dedicar a meu filho".*

As mulheres com cônjuge e com filhos pequenos têm uma carga de trabalho doméstico mais alta que em qualquer outro arranjo familiar, inclusive naqueles em que a mulher vive sozinha com os filhos pequenos (SORJ, 2014). Além, disso, relatos como o de Vanessa – *"deixei muita coisa pra trás, pra me dedica a família, pra me dedicar a meu filho"* – e de Daniela – *"ninguém nunca deixou de viver a sua vida pra cuidar de alguém, eu sempre fiz isso"* – indicam o quanto a intensidade do trabalho de cuidado não remunerado pode afetar a individualidade de uma pessoa, em especial, de uma mulher.

Na tese defendida por Sarti (2011), haveria entre as famílias pobres, uma predominância do projeto coletivo em detrimento do projeto individual. A tensão coloca pela modernidade tardia, entre o avanço da espiral individualizatória e as responsabilidades e obrigações familiares, teria resultado diferente entre as pessoas em situação de pobreza. Para Sarti (2011, p. 3),

na família pobre, este conflito, ainda que exista porque os pobres fazem parte do mundo capitalista, moderno e individualizado, aparece pouco acentuado pela precedência do todo - a família sobre as partes - o indivíduo fazendo com que as relações familiares entre os pobres sigam um padrão tradicional de autoridade e hierarquia.

O custo da dedicação ao cuidado dos filhos e da família relatado pelas mulheres que entrevistamos poderia nos levar a crer que o argumento de Sarti (2011) está correto. Todavia, ao olhar para o desencadeamento da vida dessas mulheres, encontramos outras interpretações.

Vanessa, que se queixou de *“deixar muita coisa pra trás”* no período em que se dedicou exclusivamente à casa e ao filho, voltou ao mercado de trabalho. Para ela, ter um trabalho significa independência, primordialmente, financeira: *“sempre gostei de trabalhar porque eu não gosto de depender de ninguém, nem de pai, de mãe, de namorado, de marido, eu sempre gosto de ter o meu, porque eu tenho o meu posso dizer que eu quero desse jeito”*. Daniela também mudou a direção da qual se queixava. Ela falou durante toda a entrevista em estar vivendo um novo momento, *“uma transformação”*, um momento de *“despertar”*, de *“cuidar mais dela”*, de se *“libertar”*, de *“viver minha própria vida”*. Essas mudanças estão relacionadas à separação no casamento, mas também com uma ruptura de uma vida marcada pelo cuidado com os outros. Para ela, o pior momento foi a separação (decisão e pós), mas não teve dúvidas em dizer que o melhor momento de sua vida é o agora.

O que podemos destacar até o momento é que os problemas que gravitam em torno do *care* representam o quanto ele é significativo na vida das pessoas, em especial das mulheres, e, ao mesmo tempo, que ele não é reconhecido e valorizado. Parte das teorias sociais sobre reprodução humana ignorou o cuidado como um trabalho e, por isso mesmo, não levou em conta as horas, os custos e as responsabilidades ligadas a ele. A sociedade moderna, tanto quanto as teorizações sociais sobre ela, naturalizou o cuidado como um trabalho de mulher.

Segundo Jellin (1995), foram as tensões postas pelas transformações da sociedade moderna que colaboraram para evidenciar os custos do *care*. Segundo a autora, foi notadamente a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho que deu centralidade aos problemas em torno do trabalho de cuidado. Para a autora, as mulheres passaram a acumular trabalho pago e não pago, fato que teria alertado os problemas da naturalização da mulher com a esfera doméstica (JELLIN, 1995). Todavia, vale lembrar que a situação descrita por Jellin diz respeito a uma camada da sociedade. Como já exposto neste trabalho, o feminismo negro alerta sobre o viés de raça e classe que esse tipo de argumento envolve. É preciso destacar que as mulheres negras e pobres estiveram historicamente presentes no mercado de trabalho, sem que com isso estivessem isentas do trabalho doméstico não remunerado (DAVIS, 2013).

3.2.3 *As redes de apoio*

De toda forma, as estratégias utilizadas pelas mulheres que precisam combinar as responsabilidades da casa com as do trabalho passam, fundamentalmente, por uma rede de apoio. Estudos como o de Carol Stack (2015), desenvolvido em um gueto norte-americano no início dos anos 1970, demonstram como a “rede doméstica” é que sustenta e apoia as mulheres. Segundo a autora, as redes são núcleos, de parentes ou não parentes, que convivem e que formam a base das famílias (STACK, 2015).

As mulheres de Salvador também contam com redes de apoio, financeiras ou de cuidados. É o caso de Daniela, que, além da remuneração e do Bolsa Família, pode contar com ajudas, ainda que esporádicas, de sua mãe, pai e da avó paterna de seus filhos, apesar de não dispor de nenhum tipo de auxílio do pai de seus filhos.

Não ter o apoio financeiro dos pais dos filhos é a dura realidade de todas as mulheres que entrevistamos e que não residem com eles, a única exceção é Ana. Ela recebe a pensão alimentícia no valor de R\$80,00 reais, referente aos dois filhos, mas conta também com o apoio da avó paterna de suas crianças. Ela tem a casa cedida e as contas referentes ao domicílio, como energia e água, pagas pela mãe do ex-marido. Esse tipo de arranjo é um exemplo do que podemos chamar de redes de apoio. A avó paterna dos filhos de Ana passou então a ter uma parentalidade com ela e, por isso, participa da rede de apoio, assim como poderiam fazer mulheres da rede original de parentesco de Ana (mãe, tias, irmãs), como apontado por pesquisas com famílias pobres (STACK, 2015; SARTI, 2011).

Uma forma comum de redes de apoio são os auxílios intergeracionais. O vínculo de ajudas de pais e mães para suas filhas/os é o mais comum. Essa é a situação de Daniela (relatada acima), Rita e Sandra. Sandra disse que conta com o auxílio de sua mãe no cuidado das crianças e, com menos frequência, com o auxílio dos pais dos seus filhos. Já Rita está em uma situação financeira pior, exatamente porque perdeu o auxílio de seus pais. No caso dela, que morava com sua mãe e seus filhos, a condição financeira piorou após a morte da mãe que tinha a maior contribuição da renda doméstica (uma aposentadoria e uma pensão). Rita relatou que tem encontrado muitas dificuldades, em especial, em manter sua filha no último ano de graduação.

Mas o auxílio intergeracional também pode acontecer de filhas/os para mães/pais. Cláudia, que atualmente mora com os/as filhos/as pequenos/as e está desempregada, possui o apoio das filhas mais velhas – que já não residem com ela – e do irmão que mora em São Paulo. Raimunda também tem situação semelhante, já que mora na casa de um dos genros – ela relatou pagar um baixo aluguel, “*uns realzinhos aí*” – e usa o cartão de crédito de uma das filhas para poder parcelar compras.

As redes de apoio, sejam financeiras sejam de cuidados, ocupam espaços que poderiam ser preenchidos pelo Estado ou pelo mercado na trajetória dessas mulheres. Um exemplo, é a situação de pessoas que moram em casas cedidas. Para aquelas/es com condições financeiras de pagar aluguel ou financiar uma casa, o Estado – por meios de créditos – e o mercado – através de crédito e comércio imobiliário – suprem essa necessidade. Mas as pessoas em situação de pobreza dependem do auxílio de uma rede que possam apoiá-las²⁵. Essa situação também pode ser exemplificada através dos serviços de creches. As mulheres relataram que contam ou já contaram com o auxílio não remunerado no cuidado de suas crianças, exatamente pela falta desse tipo de serviço. Essa situação também é específica da camada mais pobre que não dispõe de condições financeiras para pagar creches particulares e ficam na dependência da oferta de vagas de serviços públicos, que historicamente sofrem com um déficit²⁶.

3.2.4 *As políticas sociais e as estratégias de saída da pobreza*

Um dos serviços públicos que chega até essas mulheres é a política de assistência social, até mesmo por ter como público alvo a população em situação de vulnerabilidade e pobreza. As relações dessas mulheres com a política de assistência social são diversas e, por isso, se tornam interessantes casos.

²⁵ Programas como o Minha Casa Minha Vida, focalizados na população mais pobre, lidou com o enorme problema da falta de moradia para essa população. Ainda assim, foi insuficiente para cobrir o déficit de moradia.

²⁶ “Entre as crianças de 0 a 3 anos que pertencem aos 20% com a renda domiciliar *per capita* mais baixa do país, 33,9% estão fora da escola porque não existe vaga ou creche perto delas. Já no grupo de 20% com a renda mais alta, esse problema só atinge 6,9% das crianças”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/um-terco-das-criancas-de-0-a-3-anos-mais-pobres-do-brasil-estao-fora-da-creche-por-falta-de-vaga-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

Dentre as oito mulheres entrevistadas, duas não eram beneficiárias do PBF: Raimunda e Maria, que não moram com crianças. De fato, Raimunda, que tem uma renda mensal *per capita* no valor de R\$450,00 reais, não se encaixa no critério de renda do Programa. Ela revelou nunca ter tentado o benefício do Bolsa Família, porque, segundo ela, não se encaixaria nos critérios de seleção, afinal o benefício seria para “*quem não tem salário nenhum*”, o que não é o seu caso – ainda que a remuneração de Raimunda seja resultado do trabalho informal que realiza. No dia em que encontramos Raimunda no CRAS, era sua primeira vez no atendimento desse serviço. O motivo de sua ida estava relacionado com o pedido de aposentadoria de seu marido.

Já Maria disse que costuma ir ao CRAS, em especial, “*quando precisa*”. Atualmente, ela não recebe o benefício do Bolsa Família, mas revelou que tem tentado voltar a receber: “*eu tô correndo atrás vendo se consigo de novo. Por que é uma ajudinha né?*” e, logo emendou, “*e tô correndo atrás de algum trabalho né?*”, demonstrando como a renda advinda do Bolsa Família não seria ideal ou suficiente para garantir suas necessidades.

Raimunda e Maria, com 61 e 59 anos, respectivamente, não se encaixam no critério de renda estabelecido pelo Bolsa Família. Elas nos informaram que têm uma renda *per capita* em torno de R\$400,00 reais. Parte dessa renda é resultado do trabalho informal que elas exercem. Apesar da informalidade, precariedade e baixa remuneração dos seus respectivos trabalhos, caso revelassem as informações que nos deram (renda e composição familiar) durante a atualização do Cadastro Único, não receberiam o benefício. A despeito da precariedade, do risco, das incertezas e vulnerabilidades que compõem a vida de Raimunda e Maria, elas não entram no critério de “pobreza” ou “extrema pobreza” adotados pelo Estado através do PBF.

As outras entrevistadas, por sua vez, estavam recebendo o benefício no momento das entrevistas. Daniela é a mais recente beneficiária. Ela recebe há dois anos e o valor atual é de R\$163,00 reais. Daniela também frequenta o CRAS há dois anos. Ela percebe o CRAS como um local onde pode conseguir apoio em relação à garantia de seus direitos, mas frisa a dificuldade que é conhecer as políticas e os locais que podem oferecer esse tipo de apoio. Daniela foi encaminhada pelo CRAS para algumas reuniões, que, para ela, trouxeram maiores “*esclarecimentos*”.

Os CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – é um tipo de política pública que tem como um fundamento a descentralização dos serviços. Segundo o MDS, o CRAS é a “porta de entrada” para a política de assistência social e tem como principal objetivo ser “um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade” (BRASIL, 2018c, s/p). Todavia, o relato de Daniela sobre a dificuldade de acessar esse tipo de serviço não corresponde ao objetivo que a política determina. Além disso, a ideia de “porta de entrada” também não se revelou em Salvador. Com exceção da própria Daniela, que disse ter sido encaminhada para algumas reuniões, nenhuma outra entrevistada afirmou que fora encaminhada para outros serviços a partir do CRAS.

Sandra, por exemplo, frequenta o CRAS desde que começou a receber o Bolsa Família. Ela acha que nem sempre os direitos das pessoas que mais necessitam são garantidos, como é caso do próprio Bolsa Família, mas também de outros benefícios. Sandra acredita que as oportunidades devem ser garantidas pelo Estado: *“o governo tem que dar mais oportunidades pras pessoas, tem que dar mais, assim, vamos fazer uma ação pra pessoas necessitadas e, é... como é que posso falar, esclarecer coisas que é do direito”*. Todavia, o CRAS e, de modo geral, a política de assistência social não têm agido no sentido de gerar essas oportunidades para as mulheres. A situação de Vanessa é exemplo disso. A oportunidade que teve para ingressar no ensino superior e em um estágio não aconteceu a partir de um encaminhamento do CRAS ou de serviços estatais, mas, sim, de um programa de uma empresa privada.

Rita, por outro lado, disse frequentar com certa regularidade o CRAS e que o serviço costuma atender suas demandas e das outras pessoas: *“elas atende a gente bem, elas que resolve as coisas da gente”*. No dia em que conversamos com Rita, ela tinha ido ao CRAS na tentativa de conseguir o ID Jovem para a filha, para que ela conseguisse isenção nas inscrições de concursos públicos. Conseguir o ID Jovem também era o motivo de Vanessa ir ao CRAS no dia em que encontramos com ela.

As políticas e serviços que as mulheres revelaram acessar a partir do CRAS em Salvador, Bolsa Família e ID Jovem, estão relacionados ao Cadastro Único, isto é, para ter acesso a esses dois tipos de benefício é preciso estar com o Cadastro atualizado. Nesse sentido, o Cadastro tem atendido o objetivo de unificar a entrada

nos benefícios sociais voltados para a população pobre. Ainda que as concepções que orientam o CRAS estejam longe de defini-lo como um local de atualização do Cadastro Único (BRASIL, 2018c), ele aparece dessa forma nas narrativas de suas usuárias em Salvador.

O benefício do Bolsa Família aparece como renda essencial na fala das entrevistadas, como disse Ana: *“o Bolsa Família é importante, se eu perder o Bolsa Família vou ficar de mãos atadas”*. O benefício é representado também como uma fonte de renda fixa, frente às instabilidades e incertezas com que essas mulheres convivem. Segundo a pesquisa de Giselle Santos (2014), apesar do caráter de instrumentalização das mulheres que o desenho do Programa adota, a renda fixa é uma oportunidade ímpar na vida das titulares do benefício, pois apresenta possibilidades até então não existentes.

Essa interpretação foi enfatizada por Rita. Beneficiária do PBF há cerca de 10 anos, recebendo atualmente R\$124,00 reais, a transferência é essencial para ela, pois é com essa renda que Rita mantém os gastos que sua filha tem com a graduação: *“Que aí esse dinheiro eu dou pra ela [filha] pra o transporte, né. Esse aí é o garantido que eu boto lá no transporte dela né”*. O fato de o Bolsa Família ser uma transferência de renda mensal regular (apesar dos possíveis bloqueios e cancelamentos) é uma das vantagens destacadas por Rita: *“é importante, é importante, não tanto pra mim quanto pras outras mães. Porque tem dia que a pessoa amanhece o dia, não tem nenhum pão pra dá pras crianças, aí chegou a data aí você tem certeza que você vai ter pão. Você pega o cartão, vai no banco, você já passa na padaria e já pega o pão, e o alimento... entendeu?”*.

Apesar de reconhecerem a importância do benefício em suas vidas, algumas ressaltaram como a transferência não é suficiente para garantir todas as necessidades que elas e sua família têm, nem mesmo que essa deva ser a única fonte de renda de suas famílias. Daniela, por exemplo, afirmou que as famílias não devem se *“limitar”* ao PBF. Sandra, que estava com o benefício bloqueado no momento da entrevista, reforçou que o benefício *“fez muita falta”* no período em que esteve bloqueado, mas, mesmo voltando a receber, ela não acha que ele seja suficiente para a manutenção dos gastos da família e que seria necessário ter outras fontes de renda.

3.2.5 *Enfrentando os obstáculos: as mulheres enquanto agente*

Frente a tantos obstáculos e dificuldades, a representação que essas mulheres fazem de si mesmas aparece como uma oposição aos infortúnios de suas vidas. Diferente de um imaginário construído sobre a mulher, em especial aquela em situação de pobreza, a representação que essas mulheres têm de si e da condição da mulher, no geral, envolve símbolos de força, luta e dedicação.

Enquanto mulheres, negras e pobres, elas experimentam a ponta inferior dos dualismos hierárquicos das posições sociais – homem x mulher; brancos x negros; ricos x pobres. Por essa condição, foram muitas vezes interpretadas como as maiores vítimas de nossa estrutura social. Até mesmo correntes do próprio feminismo salvaguardaram o papel de eterna vítima às mulheres (BADINTER, 2005). As inúmeras dificuldades estruturais preexistentes a essas mulheres aparecem como um destino social/cultural para elas.

Todavia, essa não é a imagem que elas mesmas fazem de si e da mulher, no geral. Para Sandra, por exemplo, ser mulher significa ser forte, ela afirmou: *“dizem que é frágil mas não é, mulher é forte, mulher é guerreira, mulher é batalhadora, entendeu. Mulher pra mim é ser respeitada né, ser respeitada por tudo que nós passamos, por tudo que nós vivemos”*. A palavra guerreira aparece também em outras falas, como a de Cláudia, que se definiu assim: *“porque eu sou, sou tão guerreira que cresci aqui sozinha e crio até hoje [os filhos]”*. Vanessa e Rita também usaram o termo para falar sobre sua condição de mulher.

Segundo o dicionário Michaelis (2018), “guerreira” é o feminino do adjetivo masculino guerreiro, que, por sua vez, enquanto adjetivo substantivo, se define como: “1) Que ou aquele que guerreia; 2) Que ou aquele que se esforça e luta muito por seus objetivos; batalhador” (MICHAELIS, 2018, s/p). A segunda definição está bem próxima do sentido empregado pelas mulheres ao usarem a palavra guerreira. Assim, aparecem também as palavras batalhadora e trabalhadora, no sentido de reforçarem sua ação para atingir seus objetivos. Deste modo, Vanessa definiu a condição da mulher: *“uma rocha, uma coisa muito forte. Ser mulher é uma palavra muito forte, é um significado muito forte. Não é só ser mulher, é ser mulher, ser mãe, ser dona de casa, ser trabalhadora, ser guerreira. Tem que correr atrás, tem que prover o alimento, tem que cuidar do filho, tem que cuidar da casa, tem que cuidar das contas”*.

Nessa perspectiva, a definição de guerreiras revela a condição de agente em que essas mulheres se colocam. Raimunda verbalizou essa postura ao dizer que *“é sempre, sempre o que eu quero”* e *“sempre dei a volta por cima, soube minhas conseqüências, eu levanto, eu ergo a cabeça e vou em frente, porque é sempre em frente que a gente tem que andar”*. Uma dessas frases foi dita no contexto em que Raimunda falou sobre a decisão de fazer a laqueadura, mesmo a contragosto de seu marido. Elas são *guerreiras* porque se colocam enquanto agentes de sua trajetória, porque, embora em situações de privações e desigualdades, traçam objetivos, planos e buscam persegui-los.

Elas também identificaram as desvantagens e obstáculos relacionados a sua condição de mulher e destacaram como os direitos importantes não são garantidos, como a liberdade (ir e vir, frequentar os lugares que deseja, usar as roupas que deseja), a igualdade salarial, o direito à propriedade e até mesmo, a igualdade jurídica. O relato de Vanessa resume bem essas críticas: *“o direito de ir e vir, o direito da mulher se vestir como quer, o direito da mulher comprar um carro, o direito da mulher pagar uma imobiliária. Tem tantas coisas que hoje em dia só homem que pode, só homem que pode, só homem que pode”*.

Ainda assim, algumas delas enfatizaram que a condição da mulher atualmente é melhor do que a que suas mães viveram. Sandra, por exemplo, elencou vantagens da atualidade: *“Tipo, antes ela [mãe] não podia trabalhar, quem trabalhava eram os homens, hoje em dia a gente já trabalha, entendeu”*. Maria, que tem 59 anos, destacou que sua trajetória se diferenciou muito da de sua mãe: *“acho a vida da minha mãe muito parada, porque minha mãe só era muito em casa”*. Ela revelou que não desejava isso para si mesma, por isso teria se mudado para Salvador: *“trabalhar pra mim ter outra vida”*. Ela considera que conseguiu trilhar uma vida diferente e melhor que de sua mãe, e prova disso seria a compra de sua casa própria.

Aparece então uma dupla interpretação da condição que ocupam – mulheres, negras e pobres. Por um lado, elas falam em limites (desigualdades no acesso a direitos), sobrecargas (conciliação trabalho e família) e falta de oportunidades (escolarização e mercado de trabalho), por outro, utilizam definições, como, *guerreiras* para demarcar os esforços e as contínuas tentativas de sobrevivência e de melhoria de vida. Assim, essas mulheres estariam “sendo produzidas *por* e ao mesmo tempo produtoras *de* novas possibilidades de viver a dimensão de gênero segundo sua classe social, sua idade/geração e raça/etnia”

(MACÊDO, 2008, p. 214). Talvez seja como Daniela definiu, nem sempre é fácil ser mulher: “*tem hora que ser mulher é um fardo, tem hora que ser mulher é bom, facilita, tem hora que não*”. Ela acha que a facilidade está na forma como as mulheres são socializadas, são, segundo ela, “*treinadas*”, por outro lado, o fato de ter que “*resolver tudo sozinha*”, de ter tantas responsabilidades e ainda não ser valorizada é o fardo de sua condição.

3.3 CONSTRUINDO POSSIBILIDADES: O PLANJEMAENTO PARA O FUTURO

Falta ainda tratar das perspectivas que essas mulheres traçam para o futuro, explorando, a partir de um exercício hipotético, quais objetivos almejam para suas vidas e a de seus filhos. Houve aqui uma tentativa analítica de separar as perspectivas de futuro das mulheres das de seus filhos, mas é preciso registrar que, na maioria das vezes, elas apareciam conectadas. Quando falamos de futuro, os planos para os filhos apareciam imediatamente. Para Sarti (2011), o projeto de “melhorar de vida” é um projeto coletivo da família, ainda que efetivamente se dê através de esforços individuais, especificamente aqui, do esforço da mulher.

Assim, “melhorar de vida”, além de ser um projeto coletivo, é também baseado na reciprocidade da rede em que a família está envolvida, diferente da lógica do “ascender”, que envolveria uma ruptura. Segundo Cynthia Sarti (2011, p.131), “os projetos de melhorar de vida que motivam sua existência, são formulados dentro dos limites do código de obrigações recíprocas entre iguais, que os mantém “iguais” em relação a seu grupo de referência”. Aqui, ainda que a individualidade seja fundamental para executar o plano, os resultados são previstos para um coletivo.

Nesse sentido, mesmo as mulheres que não moram com seus filhos/as ou têm crianças pequenas os incluem nos projetos de melhoria para o futuro. Essa é a situação de Maria, que apesar de ter todos os filhos/as adultos/as, espera que ela possa garantir “*uma coisa melhor*” para eles/as. Essa confusão entre o futuro particular das mulheres com o de seus filhos ou esse projeto coletivo de “melhorar de vida” nublam uma discussão que está no fundo dessas questões: a individualidade da mulher em segundo plano. Segundo Araújo e Scalón, nas questões relacionadas ao papel maternal das mulheres “a prevalência do ‘eu’ se dissipa” (ARAÚJO; SCALÓN, 2005, p. 67). Nessas situações, as mulheres têm dificuldades de separar seus planos

dos seus filhos, além de correrem o risco de se anularem em favor do futuro de seus filhos e filhas.

Ao tratarmos de futuro com Vanessa, sua primeira preocupação foi em relatar o projeto para seu filho: *“Dar uma qualidade de vida melhor a meu filho. (...) Minha preocupação acho que mais é em volta disso aí, do futuro, lá na frente do futuro das crianças, do futuro do meu filho”*. E, apesar de ter apenas 27 anos, ela considera que o investimento nela mesma já não vale a pena: *“Eu nem penso muito mais em mim, eu acho que o que eu tinha de viver aqui eu já passei, já vivi, já passei, já presenciei, eu já curti, eu já chorei, eu já fiz acho que de tudo um pouco, então acho que minha preocupação com o futuro é mais com meu filho”*. Nesse sentido, Cláudia também foi explícita em relacionar sua vida unicamente com a de seus filhos, levando esse raciocínio ao extremo ao dizer que depois que, conseguir ajudar todos os seus filhos, *“deus pode me levar”*.

O investimento na escolaridade é visto como uma estratégia segura para a melhoria de vida e possível saída da pobreza, porém esse é um plano para as futuras gerações, incabíveis nos planos dessas mulheres, mesmo que elas relacionem aumento da escolaridade com melhores oportunidades no mercado de trabalho e, então, aumento da renda (essa discussão está mais aprofundada da seção 2.3). Vanessa relatou com pesar o obstáculo que aparece em relação à possibilidade de voltar a estudar: *“Acho que hoje pra eu voltar pra faculdade é muito complicado, pra eu voltar pra faculdade eu teria que ter uma casa própria, porque o dinheiro do aluguel seria o dinheiro da minha faculdade. Todo mês quando pago meu aluguel, fico ‘meu deus eu poderia tá pagando a faculdade’, poderia tá me formando ou já poderia tá formada já”*. Além de Vanessa, outras mulheres não elencaram o retorno aos estudos como um plano para o futuro, e diversos são os motivos. As exceções foram Sandra e Daniela, que manifestaram o desejo de voltar a estudar e destacaram esse como um planejamento futuro, porém sem data para acontecer.

De todo o modo, todas elas relacionaram a escolaridade com a esperança de um futuro melhor e, por isso, traçam planos que envolvem educação para seus filhos. Cláudia, Raimunda e Rita, apesar de terem baixa escolaridade – 7ª série, 1ª série e 8ª série do ensino fundamental, respectivamente – garantiram o ensino superior a algumas de suas filhas – todas as filhas com ensino superior são mulheres. Para Raimunda, ter suas filhas *“formadas”* parece ser uma garantia de uma trajetória diferente da que ela teve. A filha de Rita está no último ano do curso de oceanografia

da UFBA, apesar das dificuldades em manter os gastos, Rita aposta na educação como uma forma de melhorar a condição de vida que eles vivenciam no presente. Os planos para sua filha é que, depois da graduação, ela possa tentar concursos públicos.

Rita acredita que não só a escolaridade é fundamental, mas que a qualidade da educação seja garantida. Por isso, o filho mais jovem de Rita estuda em um colégio financiado pela Fundação Bradesco. O colégio garante todo o material, o uniforme e até serviços de saúde, como dentista. Ela espera que o futuro de seu filho mais novo seja como o da filha mais velha: uma graduação na UFBA.

Ainda que não planejem o retorno para a escola, o trabalho é um desejo no plano dessas mulheres. Nenhuma delas detalhou o tipo de trabalho que desejam, apesar de em alguns momentos especificarem a ideia ter um “emprego”. Algumas falaram de aposentadoria e “sossego” no futuro. O trabalho nessa perspectiva aparece como um instrumento para as necessidades econômicas e, não como uma afirmação individual, seja por *status* ou identidade, que poderia se revelar no desejo de uma carreira (ARAÚJO; SCALON, 2005), reafirmando a ideia de uma individualidade em segundo plano.

Quando tratamos de assuntos particularmente íntimos, como as possibilidades de terem mais filhos, conseguimos, enfim, respostas relacionadas à individualidade delas. No geral, elas não pretendem ter mais filhos, desejam que suas filhas tenham filhos mais velhas do elas tiveram e em menor quantidade. A idade e a quantidade variam, mas a referência é sempre a sua experiência, e a recomendação envolve mais idade para a primeira gravidez e menor quantidade de filhos. Mas há também o desejo de que as filhas não tenham filhos/as, como Rita, que acha que as dificuldades em criar uma criança aumentaram e por isso não deseja que sua filha seja mãe.

Nesse tipo de raciocínio hipotético, revelam-se as dificuldades que a maternidade envolve. Ainda que não falem diretamente, é nesse tipo de resposta que identificamos as dificuldades que o modelo de maternidade atual implica. A sobrecarga de trabalho, as dificuldades em compartilhar o cuidado com outras pessoas e os obstáculos que surgem no mercado de trabalho são fatores que influenciam a condição de vida dessas mulheres e de suas famílias e estão fortemente relacionados à experiência da maternidade. Como apontado por Santos (2014, p. 195), “a sobrecarga feminina na responsabilidade do planejamento reprodutivo e criação dos filhos” faz com que os projetos se alterem.

A ideia da casa própria também aparece nas respostas sobre futuro. Ter uma casa própria, como argumenta Sarti (2011), está fortemente relacionada a um valor moral entre os pobres, “o que não quer dizer necessariamente estabilidade econômica, mas é a marca de uma importante distinção simbólica” (SARTI, 2011, p. 33). Além de ter uma casa, ou para aquelas que já possuem casa, a organização e a limpeza aparecem como valores importantes, uma “*casa do jeito que eu quero*”, como disse Cláudia. Sarti (2011) também apontava a limpeza e a organização como valores reforçados positivamente entre a população pobre.

Casa, trabalho e não ter mais filhos/as foram os pontos ressaltados por Giselle Santos (2014) no que diz respeito às perspectivas de futuro entre as mulheres pobres de Recife que ela entrevistou. Para ela, a renda garantida pelo PBF permitiu que as mulheres pudessem fazer projetos, entre os quais o da casa própria. Ela também destaca os planos de trabalhos formais ou informais menos precarizados, bem como, um desejo em não ter mais filhos no futuro, que também revelaria a sobrecarga da responsabilidade das mulheres nesse aspecto (SANTOS, 2014).

Entre nossas entrevistadas, os achados vão ao encontro do que Santos (2014) apontou, com exceção de que não encontramos uma vinculação entre o recebimento do benefício do PBF e o planejamento da casa própria. Ainda que elas enfatizem a importância do Bolsa Família, não demonstram que é através dessa renda que planejam ter uma casa. Pelo contrário, entre as mulheres de Salvador, o PBF não apareceu nas falas relacionadas ao futuro, e como bem aponta Larissa Batista (2016, p. 208), “ao que tudo indica, ninguém quer deixar um cartão de Bolsa Família como herança para seus filhos”.

No geral, os planos para o futuro envolvem uma melhoria de vida, uma saída da condição atual de pobreza. Ainda que nenhuma delas tenha revelado almejar uma condição de riqueza, a expectativa de viver em uma condição de vida melhor e, além disso, garantir condições melhores para as futuras gerações, é marcada em todas as falas. O desejo de uma vida melhor não é pequeno. Para o futuro, Sandra quer “*tudo*”, ela “*gostaria de conquistar tudo*” e Cláudia falou que, para seus filhos, ela “*penso alto*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender as estratégias mobilizadas por mulheres beneficiárias da assistência social na cidade de Salvador-BA no que diz respeito tanto às possibilidades quanto aos obstáculos envolvidos na superação da pobreza. Centradas nas trajetórias e estratégias de superação da pobreza de oito mulheres, negras e pobres, moradoras das periferias de Salvador, buscamos compreender os contextos, as atitudes e os planejamentos de futuro de cada uma delas, destacando aproximações e diferenças. Apesar das características comuns (gênero, raça e classe), encontramos diversidade de experiência e de opiniões entre essas mulheres. Encontramos, no fim, histórias com alta riqueza sociológica, que nos permitiu tratar de temas fundamentais para uma pesquisa que centrada nas questões sobre superação da pobreza.

Movidas por entender em que circunstâncias os diversos pertencimentos, como os de gênero, raça e classe, se interseccionam e geram diferentes possibilidades e obstáculos para a saída da situação de pobreza, partimos da hipótese de que as experiências relacionadas à condição de mulher, de cor/raça e classe, como, o trabalho de cuidado, a violência sexual, a violência doméstica, a discriminação na escola e no trabalho, acabavam por estreitar as possibilidades de escolhas dessas mulheres, por outro lado, as representações ligadas à ideia de mulher poderiam revelar noções de autonomia e agenciamentos mesmo em contexto de poucas possibilidades.

Como formulado ao longo do Capítulo 3, nossa hipótese estava correta. Por um lado, elas relataram os limites colocados pela experiência particular que vivenciaram enquanto mulheres, negras e pobres, contextos marcados pela privação, violência e exclusão, todavia, que não impossibilitaram escolhas, ainda que reduzidas. A representação que elas têm sobre a condição da mulher e delas próprias as coloca em uma situação diferente do que se poderia esperar. A noção de “guerreira” representa a força, a coragem e a dedicação com que elas agem e planejam a vida, representam o agenciamento no qual elas se colocam.

Além disso, nos interessava também saber de que maneira as mulheres em situação de pobreza atuam nos contextos de vulnerabilidade, a fim de buscar a saída da situação de pobreza. Nesse sentido, nossa hipótese era de que se assumindo como agentes, mesmo em situação de vulnerabilidade, essas mulheres

combinam estratégia no uso de recursos (benefícios sociais, trabalhos remunerados informais e redes de apoio para o cuidado das crianças) que lhes permitam a conciliação com o trabalho de cuidado da casa e das crianças na busca de melhores condições de vida.

As estratégias para manutenção e “melhoria de vida” realmente perpassam diversas dimensões da vida dessas mulheres. O trabalho informal aparece como saída para as dificuldades no mercado de trabalho formal e para as responsabilidades com o cuidado da casa e dos filhos. Ainda assim, elas não perdem de vista o desejo por um “emprego”, isto é, um trabalho que envolve formalização, não precarização e reconhecimento. Nessa linha, as redes de apoio aparecem como uma possibilidade de melhoria das condições, afinal, apresentam-se como um apoio, seja financeiro ou de cuidado. As redes de apoio ocupam o espaço que nem o Estado, nem o Mercado encontram na vida dessas mulheres pobres.

Os benefícios sociais, em especial o PBF, acompanham a trajetória de muitas delas. O benefício do Bolsa Família parece como essencial em suas perspectivas, especialmente por significar uma renda fixa, com a qual elas podem contar em um contexto de tantas inseguranças. Todavia, também é constante a interpretação de que essa renda não é suficiente e que o trabalho poderia ser uma “porta de saída” para a melhora da condição de vida. Trabalho, aparece então vinculado ao planejamento de futuro. Ainda que não havíamos supostos, a casa própria é uma meta enfatizada nos planos para o futuro e que significariam uma melhora na condição de vida, delas, e de seus filhos.

Por último, nos perguntávamos sobre o tipo de relação dessas mulheres com a escolarização e com o mercado de trabalho, como possíveis caminhos para a superação da pobreza. Para esse eixos, nossa hipótese era de que apesar de identificarem uma relação positiva entre escolaridade e renda, essas mulheres possuem baixa escolaridade e não planejam aumentar seu nível educacional, dessa forma, em que pese a baixa escolaridade, apostam no trabalho pago, ainda que em condições precárias ou informais, como possibilidade de saírem da situação de pobreza e depositam no futuro dos seus filhos o sucesso da relação escolaridade e renda. Essa hipótese se confirmou. Apesar de elas indicarem uma relação entre escolaridade, ocupação e renda, não preveem retomar os estudos e se dispõem a trabalhos de baixa qualificação. Apostam e criam condições para que essa relação seja de sucesso para seus filhos/as.

Assim, esta pesquisa, a partir da junção de perspectivas que priorizam o indivíduo enquanto agente na análise sociológica, focou-se na temática de pobreza fundamentada no entendimento daquelas que vivem nessa condição. Diferente de outras pesquisas sobre pobreza, que enfatizam problemas estruturais e saídas estruturais, as pesquisas sobre o/a pobre nos possibilita fazer outras perguntas, e consequentemente, encontrar outras respostas para essa antiga temática sociológica. Foi nesse sentido que pudemos destacar a agência das mulheres, mesmo frente às condições de privação e vulnerabilidade a que estavam expostas. Foram nos relatos sobre a decisão da laqueadura, a volta para o mercado de trabalho, o pedido do divórcio, entre tantas outras decisões, que pudemos verificar a realização da escolha dessas mulheres, ainda que em conjunto limitado de opções.

Como a abordagem das capacidades enfatiza (SEN, 2012; NUSSBAUM, 2002), não bastaria falar em liberdade para realizar, mas em reais condições de liberdade. Ainda que essas condições reais sejam limitadas, as “guerreiras” de Salvador-BA parecem aproveitar cada brecha. Todavia, não restam dúvidas de que a garantia de direitos sexuais e reprodutivos, trabalhistas, educacionais, civis, políticos e sociais, de modo geral, possibilitaria outro pacote de escolhas para essas mulheres, que, portanto, poderiam resultar em outras realizações, ampliando as preferências adaptativas (NUSSBAUM, 2002).

Nos projetos de vida para o futuro, sejam delas ou de seus filhos, foi possível captar as disposições características das trajetórias exploradas aqui (LAHIRE, 2004). A casa própria, o trabalho, uma possível aposentadoria, a escolha de um futuro parceiro ou de não ter mais filhos, todos esses desejos marcados pelas experiências particulares de cada uma delas, mas que não abriram mão de desejar e planejar outra condição de vida.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que pesquisas que explorem as experiências da pessoa pobre são sempre necessárias, para de fato captar quais as necessidades e conjunturas que marcam as dinâmicas dessa situação. É preciso, de forma particular, compreender as condições e as estratégias que mulheres em situação de pobreza vivenciam, as especificidades e generalidades que marcam essa posição. Em resumo, destacamos que tratar da pobreza a partir do pobre não é um caminho trilhado com certa frequência pelas ciências sociais, mas que, como já apontava Sarti (2011) nos anos 1990, pode revelar outras perspectivas dessa temática.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: _____ (Orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGB, 2005, p. 5-77.

ARRETCHE, Marta. **Apresentação**. In: _____ (Org.). **Trajetória das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015, p. 1-20.

ATLAS BRASIL. **Salvador, BA**. 2018. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/salvador_ba>. Acesso em: 19 ago. 2018.

AZEVEDO, Darana de; BURLANDY, Luciene. Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 201-209, jul./dez. 2010.

BADINTER, Elizabeth. **Rumo equivocado**: o feminismo e alguns destinos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARBOSA, Alexandre de Freitas (Org.). **Brasil real**: a desigualdade para além dos indicadores. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BARROS, Ricardo Paes de et al. **A Desigualdade da Pobreza**: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero. Rio de Janeiro: Ipea, 1997. (Texto para discussão 453).

_____. Nota técnica: Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. In: _____ (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006, p. 15-85. v.1.

_____. A recente queda da desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década. Rio de Janeiro: Ipea, 2007. (Texto para discussão 1304).

BATISTA, Larissa Verena Rocha. **Direito e políticas públicas**: análise do arranjo jurídico institucional do Programa Bolsa Família e o desafio das portas de saída. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

BAUMAN, Zygmund. **A sociedade individualizada**: vida contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. Tradução de Sebastião do Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **La individualización**: el individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas. Barcelona, Espanha: Ediciones Paidós Ibérica, S.A., 2003.

BICHIR, Renata. **Capacidades estatais para a implementação de programas de transferência de renda**: os casos de Brasil, Argentina e África do Sul. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2015. (Texto para Discussão 2032).

_____. Novas agendas, novos desafios: Reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, ed. 104, v. 35, n.1, São Paulo, p. 110-137, mar. 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Nota do MDS**: o perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010. Brasília: MDS, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: 29 ago. 2018a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Brasil sem miséria**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria>>. Acesso em: 24 maio 2018b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Centro de Referência de Assistência Social – Cras. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>>. Acesso em: 10 ago. 2018c.

CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 451-471, maio/ago. 2010.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; BARRETO, Vanda Sá. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 18, p. 251-273, 2007.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. Salvador, uma metrópole em transformação. In: _____ (Orgs.). **Salvador**: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2014, p. 235-261.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos: Gênero, Raça e Geração entre Líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 0, p. 57-73, 1992.

COHN, Amélia. Para além da justiça distributiva. **Observatório da Cidadania 2005**: rugidos e sussurros. Uruguai: IteM; Rio de Janeiro: Ibase, 2005, p. 49-55.

COMIN, Álvaro A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: ARRETCHE, Marta. **Trajatória das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015, p. 367-394.

COSTA, Sylvio de Souza Gadelha. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Revista Educação e Realidade**, v. 34, n. 2, p, 171-186, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 10, v.1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Joana; FAGUNDES, Álvaro. 22% dos brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza, diz estudo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 31 out. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1931680-22-dos-brasileiros-vivem-abaixo-da-linha-da-pobreza-diz-estudo.shtml>>. Acesso em: 24 maio 2018.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. Tradução livre. Plataforma Gueto, 2013. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **A redução da desigualdade e seus desafios**. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para discussão 2031).

DOMINGUES, José Maurício. Modernidade, tradição e reflexibilidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 209-234, out. 1998.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Ana. As mulheres como titulares das transferências condicionadas: empoderamento ou reforço de posições de gênero tradicionais? In: 13º Congresso da Rede Mundial de renda básica, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010.

FONSECA, Cláudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 11-43, jan./jun. 2006.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991

_____. **Modernidades e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. **A constituição da sociedade**. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. A questão da desigualdade. In: _____ (org.). **O debate global sobre a terceira via**. Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 253- 267.

GUERREIRA. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/guerreiro/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPeA, 2006.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, Brasília, p. 193-210, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador/panorama>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

JELLIN, Elizabeth. Familia y género: notas para el debate. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O estado de bem-estar social na idade da razão**: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Didier Martin. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Sociologia, problemas e práticas**, Oeiras, n. 49, p. 11-42, set. 2005.

LAVINAS, Lena. A Financeirização da Política Social: o caso brasileiro. **Revista Politika**, Rio de Janeiro: Fundação João Mangabeira em colaboração com Humboldt-Viadrina Governance Platform, n. 2, p. 35-51, jul. 2015.

LISBOA, Marcos. Os filhos da desigualdade. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 out. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2017/10/1931163-os-filhos-da-desigualdade.shtml>>. Acesso: 30 out. 2017.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Na trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador. 2008. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, 2008.

MACEDO, Renata Guedes Mourão. Trabalho doméstico, consumo e interseccionalidade: possibilidades de agência na trajetória de uma (ex)empregada doméstica. **Revista Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, p.184-207, jul./dez. 2015

MARIANO, Silvana; CARLOTO, Cássia. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p.901-908, 2009.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: _____. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 57-114.

MENEZES FILHO, Naercio; KIRSCHBAUM, Charles. Educação e desigualdade no Brasil. In: ARRETCHE, Marta. **Trajectoria das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Lisboa: Dom Quixote, 1969,1970.

MONNERAT, Giselle et al. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência e Saúde coletiva**, v.12, n.6, p. 1453-1462, dez. 2007.

MOREIRA, Rafael de Farias Costa. Empreendedorismo e Inclusão Produtiva: uma análise de perfil do microempreendedor individual beneficiário do Programa Bolsa Família. **Radar**: tecnologia, produção e comércio exterior, n. 25, p. 19-31, Brasília: IPEA, 2013.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (orgs.). **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2003, p. 265-282.

NERI, Marcelo. Desemprego, informalidade e pobreza. **Conjuntura econômica**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 56-58, abr. 2001.

NUSSMBAUM, Martha C. **Las mujeres y el desarrollo humano**. 2. ed. Spain: Herder, 2002.

OLIVEIRA, Mariana Pereira Pires de et al (Org.). **Rede de pesquisa formação e mercado de trabalho**: coletânea de artigos: volume I, tendências e aspectos demográficos do mercado de trabalho. Brasília: Ipea: ABDI, 2014.

OXFAM BRASIL. **A desigualdade que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf>. Acesso em: 07 out. 2017.

PINHEIRO, Luana et al. **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Brasília: Ipea, mar. 2016. (Nota Técnica n. 24).

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, p. 263-274, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. 2. ed. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983.

RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. Tradução de Jussara Simões. Revisão: Álvaro de Vita. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008

REIS, Elisa Pereira; SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza e exclusão social**: Aspectos Sócio Políticos. Trabalho preparado por solicitação do Banco Mundial, como contribuição para um estudo em andamento sobre a exclusão social no Brasil, 2002. Disponível em: < <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/exclusion.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina. Programas de transferencias condicionadas de ingreso e igualdad de género ¿Por dónde anda América Latina? **CEPAL - Serie Mujer y desarrollo**, n. 109, Santiago de Chile, nov. 2011.

SANTOS, Giselle Maria Nanes Correia dos. Gênero, **Desenvolvimento e Programa Bolsa Família**: Direitos Reprodutivos, Trabalho e Projetos de Vida de Mulheres do Coque (Recife/PE). 2014. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SANTOS, Yumi Garcia. **Mulheres chefes de família entre autonomia e dependência**: um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão. 2008. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2008.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea**, São Carlos, n. 1, p. 49-68, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. **Notas sobre o paradoxo da desigualdade no Brasil**. In: Rio Workshop on Inequality, Rio de Janeiro, 3 a 6 de jul. 2001. Disponível em: < <http://www.schwartzman.org.br/simon/paradoxos.htm>>. Acesso em: 22 set. 2017.

_____. **Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda**. IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2006. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/2006_desig.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.

_____. **Os desafios das políticas sociais para a América Latina**. In: Fórum Latino-americano de Políticas Sociais: abordagens e desafios. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 8-10 de agosto, 2007. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/polsoc.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

SEN, Amartya Kumar. O desenvolvimento como expansão da capacidade. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 28/29, 1993, [s/p].

_____. **Desigualdade reexaminada**. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, Recife: SOS CORPO, 1995.

SILVA, Luciane Lemos et al. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.11, n.21, p.93-103, jan/abr 2007;

SOARES, Barbara Cobo. **Sistemas focalizados de transferência de renda: contextos e desafios ao bem-estar**. 2010. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

SOARES, Cristiane. Os desafios (para as mulheres) do trabalho reprodutivo no Brasil com o processo de envelhecimento populacional. In: ITABORAÍ, Nathalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez (Org.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?:** implicações demográficas e questões sociais. Belo Horizonte: ABEP, 2016, p. 149-177.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Brasília: IPEA, out. 2009. (Texto para discussão n. 1424).

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p.123-128, 2014.

_____ et al. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

_____. **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STACK, Carol. Roles sexuales y estrategias de supervivencia en una comunidad negra urbana. In: FABARDO, Mercedes (Edit.). **Feminismo negros: uma antologia**. Madrid, Espanha: Traficantes de sueños, 2012, p. 187-206.

TASSARA, Carlos et al. **Protección social y lucha contra la pobreza en Brasil, Colombia y Chile**. ¿Graduarse de los PTC o salir de la pobreza? Estudio n. 17, Serie: Análisis, Área: Protección Social. Madrid: EuroSocial- Programa para la cohesión social em América Latina, 2015.

WORD WITHOUT POVERTY- WWP. Mundo sem pobreza, iniciativa brasileira de aprendizagem. **Descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família**. 2016. Disponível em: <https://www.wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/2-CONDICIONALIDADE_DO_PROGRAMA_BOLSA_FAMILIA_DESCUMPRIMENTO-PortuguEAs.pdf>. Acesso em: 01 set. 2018.

ANEXOS

ANEXO A QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

P0. Cidade/Estado (que reside atualmente): _____

P00. Cras: _____

P1. Qual a sua idade? _____

P2. Em relação à sua cor ou raça, como você se declara? (LER)

1. Branca 2. Preta 3. Parda 4. Amarela 5. Indígena

Outra _____

P3. Atualmente você está estudando?

1. Sim

2. Não

→ **P4. Que série/você frequenta?**

1. Alfabetização para adultos

3. Ensino Fundamental II – EJA

5. Ensino Médio Regular

90. NSA

2. Ensino Fundamental I – EJA

4. Ensino Médio – EJA (Supletivo)

Outro: _____

→ **P5. Até que série/ano você estudou?**

1. Ensino Fundamental I

3. Ensino Médio

5. Ensino Fundamental II – EJA

7. Alfabetização para adultos

Outro: _____

2. Ensino Fundamental II

4. Ensino Fundamental I – EJA

6. Ensino Médio – EJA

8. Nunca frequentei a escola

90. NSA

P6. Até que série/ano sua mãe estudou?

1. Nunca frequentou a escola

3. Ensino Fundamental I completo

5. Ensino Fundamental II completo

7. Ensino Médio completo

9. Ensino Superior completo

99. NS/NR

2. Ensino Fundamental I incompleto

4. Ensino Fundamental II incompleto

6. Ensino Médio incompleto

8. Ensino Superior incompleto

Outro: _____

P7. Atualmente você tem algum trabalho ou atividade remunerada?

- 1. Sim
- 2. Não

P8. Se você não tem trabalho remunerado, você é: (Ler)

- 1. Do lar
- 2. Aposentada
- 3. Desempregada
- 4. Pensionista
- 90. NSA
- 99. NSNR
- Outras _____

P9. Neste trabalho, você é: (Ler)

- 1. Trabalhadora por conta própria (bico, autônomo)
- 2. Trabalhadora temporária em área rural
- 3. Empregada
- 4. Trabalhadora doméstica
- 90. NSA
- 99. NSNR
- Outras _____

P10. Se você trabalha ou já trabalhou, com que idade você começou? _____

P11. Em que você trabalha (somente para quem não trabalha atualmente, mas já trabalhou) ou já trabalhou (para quem trabalha atualmente)?

90. NSA 99. NS/NR

P12. Qual o valor bruto da sua remuneração mensal? _____

90. NSA 99. NS/NR

P13. Atualmente, você mora com quem?

Nome	Sexo	Idade	Parentesco	Escolaridade	Contribui com a renda doméstica?	Com quanto contribui?

P14. Atualmente qual é o seu estado conjugal/estado civil?

- 1. Casada/amigada/amasiada/união estável
- 2. Solteira
- 3. Viúva
- 4. Separada/divorciada
- 99. NS/NR

P15. Tirando o Bolsa Família, quais as fontes de renda da sua família? (Não ler. Admite-se mais de uma resposta)

- P15.1. Trabalho
- P15.2. Ajuda/doação de não morador
- P15.3. BPC
- P15.4. Aposentadoria/pensão
- P15.5. Seguro-desemprego
- P15.6. Pensão Alimentícia
- P15.7. PROJOVEM
- P15.8. Sem Rendimento
- 90. NSA
- 99. NS/NR
- P15.Outras: _____

P16. Quem coloca mais dinheiro em casa?

- | | | |
|------------------------------|----------------|----------------------------------|
| 1. Beneficiária/entrevistada | 2. Companheiro | 3. Irmãos |
| 4. Filhos | 5. Netos | 6. Ex-companheiro/pai d@s filh@s |
| Outr@s: _____ | 90. NSA | 99. NS/NR |

P17. Sem considerar/somar o Bolsa Família, qual é a sua Renda Familiar? R\$ _____

P18. Qual é o valor total que você recebe do Bolsa Família? R\$ _____

P19. Há quanto tempo você recebe o Bolsa Família? _____

P20. Você teve filhos/as? (Preencher automaticamente o "sim" se a entrevistada já informou a presença de filho/a no domicílio. Fazer a pergunta normalmente no caso de entrevistada que não incluiu filho na composição doméstica)

- 1. Sim _____
- 2. Não _____
- 99. NS/NR _____



P21. Quantos?

- | | |
|---------|--------------|
| 1. 1 | 2. 2 |
| 3. 3 | 4. 4 |
| 5. 5 | 6. 6 ou mais |
| 90. NSA | 99. NS/NR |

P22. Você participa ou já participou de algum projeto, curso ou encontro regular que o Cras indicou?

- 1. Sim _____
- 2. Não _____
- 99. NS/NR _____



P23. Qual?

- | | |
|---------|-----------|
| 90. NSA | 99. NS/NR |
|---------|-----------|

P24. Sua casa é:

- | | |
|--------------------------|-----------------------------|
| 1. Própria | 2. Alugada |
| 3. Posse | 4. Cedida (Por quem: _____) |
| 5. Outra condição: _____ | 99. NS/NR |

P.25 Na sua casa:

P25.1. Qual o tipo de construção:	1. Alvenaria	2. Madeira
P25.2. Há energia elétrica?	1. Sim	2. Não
P25.3. Há disponibilidade de água encanada?	1. Sim	2. Não
P25.4. Há ligação com a rede de esgoto?	1. Sim	2. Não
P25.5. Há coleta de lixo regular em sua rua?	1. Sim	2. Não

P.26 Vamos falar um pouco sobre a condição de ser mulher. Eu vou apresentar algumas ideias e gostaria que você dissesse um valor de 0 a 10 para cada uma delas, de acordo com o grau de importância que tem para você. Zero significa sem importância e 10 significa muito importante. Você deve dar um valor dentro desta escala de 0 a 10. (Ler)

	0 a 10
P26.1 Não sofrer violência doméstica	
P26.2 Ter igualdade na divisão do trabalho doméstico	
P26.3 Ter acesso a crédito (fazer compras parceladas)	
P26.4 Ampliar o poder de consumo	
P26.5 Aumentar a autoestima	
P26.6 Ter liberdade para escolher quantos filhos ter	
P26.7 Ter liberdade para escolher o/a parceiro/a sexual	
P26.8 Ter um/a companheiro/a	
P26.9 Ter liberdade para vestir-se como quiser	
P26.10 Ter liberdade para frequentar os lugares/ambientes que quiser	
P26.11 Ter satisfação sexual	
P26.12 Morar numa casa boa e confortável	
P26.13 Ter um trabalho remunerado	
P26.14 Participar das decisões do governo	

P27. Agora, vamos falar sobre sua experiência na condição de mulher (Ler. Preencha com X)

	Sim	Às vezes/ Mais ou menos	Não	NS/ NR
P27.1 Você sofre ou já sofreu violência doméstica?				
P27.2 Na sua casa existe igualdade na divisão do trabalho doméstico?				
P27.3 Você tem crédito para comprar à prestação?				
P27.4 Depois de receber o PBF você tem mais poder de consumo?				
P27.5 Você tem boa autoestima?				
P27.6 Você tem ou teve liberdade para escolher ter filhos e quantos ter?				
P27.7 Você tem liberdade para se vestir como quiser?				
P27.8 Você tem liberdade para frequentar lugares/ambientes que quiser?				
P27.9 Você tem satisfação sexual?				
P27.10 Você mora numa casa boa e confortável?				
P27.11 Você tem liberdade para escolher seu parceiro sexual?				
P27.12 Você participa das decisões do governo?				

ANEXO B

ROTEIRO PARA ENTREVISTA NARRATIVA

PERGUNTA GERATIVA:

Gostaria que você me contasse sua história de vida. Me diga onde nasceu, onde cresceu, por quem foi criada. Se casou, teve filhos, com quem vive atualmente. Me fale também sobre sua experiência com a escola, com o trabalho e aqui com o CRAS. Eu gostaria de saber ainda sobre as dificuldades que você enfrentou e como fez para supera-las. Você pode levar o tempo que for preciso para isso! O que for importante para você me interessa.

EIXO 1- CIDADE/ESTADO

P1.1 Você gosta de morar nessa cidade?

P1.2 Você sempre morou nessa cidade? Nesse Estado? Se mudou, quais motivos te levaram a isso?

EIXO 2- FAMÍLIA/COMPOSIÇÃO DOMÉSTICA

P2.1 Agora vamos falar sobre família... O que você entende por família? O que você imagina quando falo a palavra família?

P2.2 Você teve filhos? Quantos?

P2.3 (Para quem foi mãe) Você sempre quis ser mãe? Qual idade você tinha quando teve o primeiro? Você teria outros filhos? **(Para quem não foi mãe)** Você quer ser mãe?

P2.4 (Caso tenha filha) → Qual seria uma boa idade para sua filha ter filho? E quantos filhos você acha que seria o ideal ela ter?

P2.5 (Se tem companheiro) → Você me disse que mora com seu companheiro... isso faz tempo? Você foi casada outras vezes? **(Se não mora com companheiro)** → Você me disse que não mora com companheiro, mas você já foi casada? Teria vontade de se casar novamente?

P2.6 Qual é a sua opinião sobre se casar ou ter um companheiro?

P2.7 Você me disse que atualmente está morando com [...], como vocês dividem as tarefas da casa? Você acha essa divisão justa?

P2.8 E quem de vocês trabalha fora de casa? Quem coloca mais dinheiro em casa?

P2.9 Como vocês fazem para pagar as contas? Quem participa da divisão das despesas?

P2.10 (Se tem companheiro) → Comente um pouco sobre sua relação com seu companheiro/marido. Como foi no passado e como é hoje em dia?

EIXO 3- FAMÍLIA E ORGANIZAÇÃO DOMÉSTICA

P3.1 Qual a sua opinião sobre a situação das mulheres que trabalham fora e têm crianças pequenas? Por quais motivos isso acontece? E sobre as mulheres que não trabalham fora para se dedicar aos filhos e à casa? Quais seriam os motivos?

P3.2 Como você acha que deveria acontecer a divisão de responsabilidades entre homens e mulheres? Homens e mulheres têm funções diferentes? Isso é positivo? Poderia ser diferente?

P3.3 No dia-a-dia da casa, sempre temos muitos afazeres, como cozinhar, lavar roupa, cuidar das crianças, geralmente, na sua casa de quem é a responsabilidade pela realização das atividades domésticas? **(Pausa)**. Você recebe ajuda de alguém? De quem?

P3.4 Quanto tempo você gasta com as tarefas domésticas?

P3.5 Quem você considera como a pessoa chefe da família ou responsável pela casa? **(Pausa)**. Por quê?

P3.6 Na sua opinião, como sua família enxerga o seu papel dentro dela? Também em sua opinião, qual o seu papel para tua família?

EIXO 4- ESCOLARIZAÇÃO

P4.1 E sobre educação... você acha importante estudar? Por qual motivo?

P4.2 Você me disse que estou até série? Como você se saia na escola? Você gostava da escola? **OU (para quem estuda atualmente)** → Você me disse que está estudando ... série. Você tem se saído bem na escola? Gosta de estudar?

P4.3 Se você pudesse, teria estudado mais? E hoje, voltaria a estudar?

EIXO 5- TRABALHO

P5.1 Sobre o estudo que você tem, você acha que isso facilita suas oportunidades de trabalho?

P5.2 Quais as dificuldades que você já encontrou no mercado de trabalho? E como você lidou com essa situação?

P5.3 Até quando você pretende trabalhar?

P5.4 Quanto você ganha atualmente do seu trabalho **OU** quando trabalhava, costumava receber quanto? Você acha justo esse valor?

P5.5 Você acha que é mais difícil encontrar trabalho sendo mulher/cor/idade e morando no seu bairro?

P5.6 Você me disse que trabalha desde ... anos de idade. Por quais motivos você trabalha? E se pudesse escolher, trabalharia fora ou cuidaria da casa e dos filhos/crianças? **(Para quem nunca trabalhou)** → Você me disse que nunca trabalhou. Por que motivo? E se pudesse escolher, trabalharia fora ou cuidaria da casa e dos filhos/crianças?

EIXO 6- ASSISTÊNCIA SOCIAL

P6.1 Vamos falar aqui sobre o CRAS agora...Há quanto tempo você frequenta o CRAS? O que você pensa sobre o CRAS? Como você se sente aqui?

P6.2 E sobre o Bolsa Família, de que modo ele é importante para você e sua família?

P6.3 Quais as dificuldades que você tinha antes de receber o Bolsa Família? Você já teve alguma dificuldade para cumprir as regras do Programa?

P6.4 Você comentou que fez/fez um curso/projeto indicado pelo CRAS, como foi? Você acha que foi importante? Por que?

EIXO 7- GÊNERO E CIDADANIA

P7.1 Vamos falar um pouco mais sobre a condição de ser mulher. O que é ser mulher para você? Como você faria a comparação entre a sua história de vida e a história de vida da sua mãe?

P7.2 Você acha que existem desigualdades entre homens e mulheres? (Pausa para desenvolvimento da entrevistada) Caso sim, em quais situações?

P7.3 Você acredita que existem atividades ou trabalhos que sejam mais apropriados para homens e outras mais apropriados para mulheres? **(Pausa para desenvolvimento da entrevistada)**. Quais? **(Pausa para desenvolvimento da entrevistada)**. Por quê?

P7.4 Você já sofreu algum tipo de discriminação pelo fato de ser mulher? **(Pausa para desenvolvimento da entrevistada)**. Se sim, em qual situação? E violência, você já sofreu? **(Pausa para desenvolvimento da entrevistada)**. Se sim, que tipo de violência e em que situação?

P7.5 Ao longo da sua vida, qual foi o período ou momento mais difícil para você? E como você lidou com a situação? E qual foi o melhor momento/fase/período da sua vida? O que ou quem contribuiu para isso?

P7.6 Na sua opinião, o que é ser uma pessoa pobre? Você se considera uma pessoa pobre? Por quê?

P7.7 Às vezes, as pessoas dizem que no Brasil muitos direitos não são respeitados. Você concorda com essa ideia? Quais direitos você considera que não são respeitados? Por que não são respeitados? E o que você acha que as pessoas podem fazer para ter a garantia de seus direitos? É importante ter apoio ou oportunidade? De quem?

P7.8 Você realiza alguma ação para defender seus direitos? Caso sim, o que e como?

EIXO 8- PROJETO DE FUTURO

P8.1 Agora vamos falar do futuro. O que você gostaria de conquistar para o seu futuro? Me diz, como você se imagina daqui a 10 anos? O que você imagina para seus filhos? Fique à vontade com o tempo, gostaria de saber de suas expectativas... (como, com quem, aonde?)

EIXO 9 - ENCERRAMENTO

9.1 Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre o que conversamos até aqui ou destacar algum ponto?

Nós agradecemos a sua colaboração! Tenha um Bom Dia/ Boa tarde!

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A senhora está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa intitulado “Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza”. O objetivo deste trabalho é investigar e analisar as possibilidades e os obstáculos para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza entre a população beneficiária do Programa Bolsa Família. Para realizar o estudo será necessário que a Sra. se disponibilize a participar de uma entrevista individual que será gravada. Esta entrevista transcorrerá como um tipo de conversa e pediremos à senhora que nos fale de suas experiências de vida e de suas expectativas de futuro. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para compreender como as mulheres lidam com situações de vulnerabilidade social e as estratégias que elas usam na tentativa de promover mudanças na sua condição social, especialmente no que se refere à busca de autonomia feminina. Os riscos da sua participação nesta pesquisa, apesar de pequenos, podem estar ligados a possíveis constrangimentos que a senhora possa sentir, a depender da sua relação com determinadas temáticas que serão abordadas em nossas perguntas. Se se sentir constrangida em algum momento, a senhora terá a liberdade de decidir até que ponto avançar, ou não, nas respostas às nossas perguntas. As informações coletadas serão utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual a Sra. receberá uma cópia.

Os benefícios da pesquisa envolvem a reflexão, por parte da Sra., de sua trajetória de vida e dos acontecimentos que julga ser mais importantes. Além disso, ao compreender as questões presentes na vida das mulheres beneficiárias do Bolsa Família, esperamos colaborar nas discussões e possíveis melhorias neste e em outros programas que se destinam às mulheres em especial e às pessoas em situação de vulnerabilidade social em geral.

A Sra. terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estaremos disponíveis através do e-mail silvanamariano@uel.br.

Desde já agradecemos!

Eu _____ (nome por extenso) declaro que após ter sido esclarecida pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza”.

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura da entrevistadora

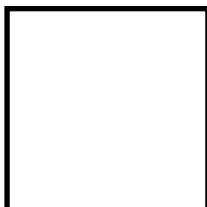
Nome:

Universidade Estadual de Londrina

Assinatura da entrevistada

Caso a entrevistada esteja impossibilitada de assinar:

Eu _____, abaixo assinado, confirmo a leitura do presente termo na íntegra para a entrevistada _____, a qual declarou na minha presença a compreensão plena e aceitação em participar desta pesquisa, o qual utilizou a sua impressão digital (abaixo) para confirmar a participação.



Polegar direito (caso não assine).

Testemunha n°1: _____

Testemunha n°2: _____